BALANÇO DE METAS PLANO NACIONAL DE CULTURA - PNC

2010 - 2024





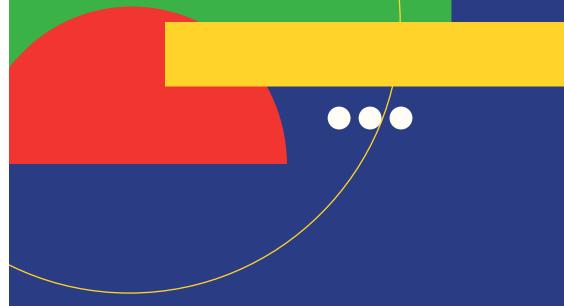
Apresentação

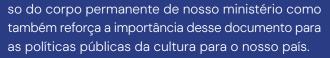
O Plano Nacional de Cultura (PNC), previsto no artigo 215 da Constituição Federal, foi criado pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. É um dos mais importantes instrumentos orientadores do poder público com relação à formulação de políticas culturais e atenta para as complexidades do fazer políticas públicas da cultura e para o espírito do tempo, sobre as necessidades da sociedade no presente, pactuadas com projeções de anos iminentes. Com duração de 10 anos, o plano tem o desafio de sintetizar o debate público de seu tempo e orientar – com foco – onde devem ser empreendidos os esforços coletivos relacionados à cultura nacional.

Esse caráter coletivo é parte inerente de sua constituição: do mesmo modo que a execução do PNC cabe a muitos, sua construção também deve ser inclusiva, participativa, resultado de um processo transparente e muito cuidadoso de escuta e participação social, que procura responder demandas reprimidas de nosso povo por políticas públicas de cultura que atendam verdadeiramente nossa sociedade e com metas que reflitam a nossa diversidade, riqueza cultural e criatividade brasileira.

Por ser um instrumento que acompanha o amadurecimento das práticas de gestão, e o dinamismo de construção das políticas públicas de cultura – como um lugar de memória de nossas políticas da cultura-, o Plano Nacional de Cultura vigente, o primeiro na história da política cultural nacional, foi acompanhado de forma contínua e pode nos contar parte de nossa história. Um de nossos maiores desafios é possibilitar que efetivamente todas as pessoas do Brasil se sintam parte das políticas nacionais de cultura. Nesse sentido, estamos olhando para dentro, para iniciativas subnacionais, para os municípios e estados, que são formuladores de inovações importantes nas políticas públicas.

Após um cenário recente de tentativa de aniquilação da cultura e desmonte de políticas culturais, o tempo também mostrou ser possível reunirmo-nos novamente para potencializar o que foi construído no passado. O PNC foi um instrumento fundamental para que nossos servidores e servidoras, os trabalhadores do ministério, pudessem defender as políticas da cultura. Por isso, o PNC foi monitorado de maneira contínua, o que demonstra não apenas o compromis-





Com as transformações históricas nas políticas culturais, como a aprovação de leis que buscam um maior equilíbrio do fomento, a exemplo da Política Nacional Aldir Blanc, que garante uma destinação de recursos nunca antes vista por meio dos entes federados, temos avançado na direção de concretizar o Sistema Nacional de Cultura. E isso só aumenta o compromisso do próximo plano, pois o investimento destes recursos precisa ser organizado de forma sistêmica, de acordo com as prioridades pactuadas junto à sociedade. Além disso, temos que incluir atores que foram historicamente marginalizados ou esquecidos em nossas políticas culturais, como protagonistas do pensar política.

Queremos abraçar os múltiplos territórios, e reafirmar o potencial transformador da cultura e o papel fundamental da participação social no fazer políticas públicas da cultura de maneira democrática e inclusiva. A publicação dessa cartilha busca organizar um balanço do que foi realizado nos últimos 12 anos

com relação a cada uma das 53 metas propostas pelo PNC. Mesmo que tenhamos percorrido um caminho de muita descontinuidade e rupturas, a memória do PNC é um mecanismo estratégico e essencial para fortalecer nosso compromisso, enquanto campo, de repensar e reelaborar as metas que vamos propor e pactuar para nosso futuro, principalmente, no sentido de coletivamente abraçarmos esse legado imenso de resistência e luta na construção de políticas públicas da cultura.

Por fim, queremos agradecer aos nossos servidores, servidoras, colaboradores, aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura, aos movimentos sociais, aos artistas, aos fazedores e fazedoras da cultura, aos gestores e agentes culturais, ao campo cultural como um todo, que se mobilizaram ao longo de todos esses anos para que pudéssemos ir o mais longe possível na concretização das metas colocadas no PNC que se finda, apesar de todas as adversidades.

Ministra da Cultura Margareth Menezes

Secretário-Executivo Márcio Tavares



O Plano Nacional de Cultura ainda vigente foi o primeiro Plano Nacional de Cultura, o primeiro exercício de condensar um conjunto de desejos, ambições e participações de um campo recém-estabelecido após a redemocratização. O PNC 2010-2024 cumpriu um papel institucional importante de materializar a formulação de projetos e de entregas que a política cultural buscava consolidar para o país. Foi fruto de um processo de participação social intenso, de um acúmulo de conferências nacionais e escutas nos territórios e acolheu uma amplitude de desejos e diversidades.

Quase 14 anos depois, que história esse plano conta? Buscamos nessa cartilha contar a história do que foi feito (ou deixou de ser feito) para alcançar cada uma das metas. Daquilo que foi pensado, do que foi proposto e desenhado inicialmente o que, efetivamente, ocorreu para alcançar cada uma das metas?

Este material só existe hoje e só é possível de ser produzido devido ao compromisso de servidoras e servidores em garantir que o PNC fosse monitorado ano a ano – mesmo em meio a rupturas, desmontes institucionais, descontinuidades e destruição de políticas. Se o fato de o plano ter sido acompanhado e monitorado anualmente demonstra sua força

institucional, seus resultados refletem processos de desmonte das políticas culturais.

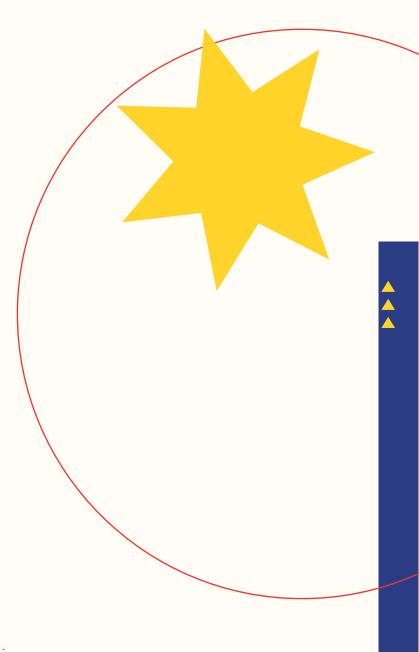
O retrato que essa cartilha apresenta é riquíssimo para entender a trajetória recente das políticas culturais. É possível visualizar, neste balanço, avanços na construção de uma institucionalidade da política cultural. Caminhos de desenho de políticas estruturantes, iniciados e interrompidos. Trajetórias incompletas. Atuações que aos poucos ganham um caráter difuso e fragmentado. Ao longo dos anos, percebe-se um deslocamento de atividades que buscavam construir políticas estruturantes para um cenário de ações e projetos pontuais. As atividades parecem procurar, depois de pensadas, alguma meta para se vincular para o cumprimento de um exercício formal de planejamento. O PNC perdeu seu papel norteador, de estabelecer programa, farol para as políticas culturais. Mas, em 2023, ao assumir a tarefa de reconstrução institucional do MinC, encontramos no PNC muitas formulações ainda válidas, ainda importantes para as políticas culturais. Encontramos muitos desafios ainda não superados, muitas tarefas ainda a serem realizadas. Por isso, identificamos a necessidade de atualizar, de reorientar o plano para o novo futuro que nos espera nos próximos dez anos.

Para termos algum sucesso nessa tarefa precisamos aprender com este plano vigente. Nossa expectativa é de que a cartilha possa ajudar nesse aprendizado: que possamos, ao olhar para cada uma das metas, seu objetivo, seus resultados, sua formulação metodológica e suas atividades - avaliar criticamente a política cultural federal, seus avanços e fragilidades. Para tal, a cartilha traz, por meta, informações compiladas de 2011 a 2022 (o monitoramento referente a 2023 está em processo de apuração), destacando o que foi cumprido ou não em relação ao que foi planejado para a data final de vigência do plano. Em seguida, listamos algumas das atividades mais relevantes realizadas no escopo dessa meta - uma linha do tempo que diz muito sobre o percurso e os esforços para sua implementação. Destacamos também algumas ações realizadas em 2023 que se referem à retomada das políticas culturais pelo MinC, ainda que estas não tenham sido contabilizadas para os resultados de cada meta.

Boa leitura!

Equipe Subsecretaria de Gestão Estratégia

Leticia Schwarz, Sofia Mettenheim, Miriam Araujo e Isaura Faiad



SUMÁRIO

META 1 → pág 16

META 2 → pág 20

META 3 → pág 23

META 4 → pág 26

META 5 → pág 30

META 6 → pág 33

META 7 → pág 37

META 8 → pág 41

META 9 → pág 44

META 10 → pág 48

META 11 → pág 52

META 12 → pág 55

META 13 → pág 58

META 14 → pág 62

META 15 → pág 66

META 16 → pág 69

META 17 → pág 72

META 18 → pág 75

META 19 → pág 78

META 20 → pág 85

META 21 → pág 90

META 22 → pág 93

META 23 → pág 97

META 24 → pág 101

META 25 → pág 106

META 26 → pág 111

- META 27 → pág 115
- META 28 → pág 119
- META 29 → pág 122
- META 30 → pág 127
- META 31 → pág 130
- META 32 → pág 134
- META 33 → pág 138
- META 34 → pág 142
- META 35 → pág 146
- META 36 → pág 150
- META 37 → pág 154
- META 38 → pág 157
- META 39 → pág 161

- META 40 → pág 165
- META 41 → pág 169
- META 42 → pág 173
- META 43 → pág 176
- META 44 → pág 180
- META 45 → pág 184
- META 46 → pág 188
- META 47 → pág 193
- META 48 → pág 196
- META 49 → pág 199
- META 50 → pág 202
- META 51 → pág 204
- META 52 → pág 207
- META 53 → pág 210

Lista de Siglas

ABINIA Associação de Estados Ibero-Americanos para o Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais da Iberoamérica

ABM Associação Brasileira de Municípios

ACT Acordo de Cooperação Técnica

AECID Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Ancine Agência Nacional do Cinema

APLs Arranjos Produtivos Locais

B

BDLP Biblioteca Digital Luso-Brasileira

BRDE Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

CAGED Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

Camex Câmara de Comércio Exterior

Capes Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior

CCJ Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

CCSAv Comitê Consultivo da Secretaria do Audiovisual

CD Câmara dos Deputados

CDC Centro de Desenvolvimento e Cidadania

CDI Comitê para a Democratização da Informática

CEDOC Centro de Documentação e Informação

Certific Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

CEUs Centros de Artes e Esportes Unificados

CFOAB Confederação da Ordem dos Advogados do Brasil.

CGPNC Coordenação-Geral do Plano Nacional de Cultura

CFT Comissão de Finanças e Tributação

CN Congresso Nacional

CNAE Cadastro Nacional de Atividades Econômicas

CNC Conferência Nacional de Cultura

CNCT Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

CNM Cadastro Nacional de Museus

CNPC Conselho Nacional de Política Cultural

CSC Conselho Superior de Cinema

CTAv Centro Técnico Audiovisual

CUFA Central Única das Favelas

- D -> DPU Defensoria Pública da União
- E

 EBC Empresa Brasil de Comunicação
 - **EDA** Escritório de Direitos Autorais
 - Estadic Pesquisa de Informações Básicas Estaduais
- FBN Fundação Biblioteca Nacional
 - FCP Fundação Cultural Palmares
 - FCRB Fundação Casa de Rui Barbosa
 - FIC Cursos de Formação Inicial e Continuada
 - FJPN Fundação José de Paiva Netto
 - FIRJAN Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
 - FNC Fundo Nacional de Cultura
 - FNDE Fundo Nacional de. Desenvolvimento da Educação
 - FSA Fundo Setorial do Audiovisual
 - FVA Formulário de Visitação Anual
 - Funarte Fundação Nacional de Artes
- G → GEOCAPES Sistema de Informações Georreferenciadas
 - GRULAC Organizado pelo Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe
 - GPublic Gestão e Políticas Públicas Contemporâneas
- → IBC Incubadoras Brasil Criativo
 - IBDA Instituto Brasileiro de Direito Autoral
 - IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 - Ibram Instituto Brasileiro de Museus
 - IFES Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
 - IFLA International Federation of Library Associations
 - Inep Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
 - INRC Inventário Nacional de Referências Culturais
 - IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
 - Iphan Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
 - IPL Instituto Pró-Livro
- LAB Lei Aldir Blanc
 - Labs Laboratórios de Arte e Cultura Digital
 - **LATI** Laboratórios de arte, tecnologia e inovação
 - **LDA** Lei do Direito Autoral
 - **LDO** Lei de diretrizes orçamentárias
 - **LOA** Lei orçamentária anual

MDIC Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MEC Ministério da Educação

MERCOSUL Mercado Comum do Sul

MF Ministério da Fazenda

MICA Mercado de Indústrias Culturais Argentinas

MICSUL Mercado de Indústrias Culturais dos Países do Sul

MinC Ministério da Cultura

MTE Ministério do Trabalho e Emprego

MTur Ministério do Turismo

Munic Pesquisa de Informações Básicas Municipais

N -> NPDs Núcleos de Produção Digital

OBEC Observatório Estadual de Economia Criativa

OCA Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual

OMPI Organização Mundial de Propriedade Intelectual

OSC Organizações da sociedade civil

PAC Programa de Aceleração do Crescimento

PAC 2 Programa de Aceleração do Crescimento

PAM Pesquisa Anual de Museus

PARFOR Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

PAR Prêmio Adicional de Renda

PEC Praça dos Esportes e da Cultura

PNC Plano Nacional de Cultura

PNAB Política Nacional Aldir Blanc

PNAP PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À PESQUISA

PNLE Política Nacional de Leitura e Escrita

PNPCT Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PNPI PROGRAMA NACIONAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

PPA Plano Plurianual

Proav Programa Nacional de Fomento ao Audiovisual

Procultura Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura

Proinq Programa de Inclusão de Estudantes Quilombolas

PROLER Programa Nacional de Incentivo à Leitura

Pronatec Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRONFAC Programa Nacional de Formação Artística e Cultural

RAC Registro Aberto da Cultura

RAIS Relação Anual de Informações Sociais

RECINE Regime Especial de Tributação para o Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica

RBCC Rede Brasileira de Cidades Criativas

ReCria Rede da Economia Criativa do Brasil

RUBI Repositório Rui Barbosa de Informações Culturais

S -> Salic Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura

SBM Sistema Brasileiro de Museus

SE Secretaria-Executiva

Sebrae Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECULT Secretaria Especial da Cultura

SEC Secretaria de Economia Criativa

SEFIC Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura

SEPPIR Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SGE Subsecretaria de Gestão Estratégica

Siafi Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SICG Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão

Sicony Sistema de Convênios do Governo Federal

Sigabrasil Sistema de informações orçamentárias que reúne diversas bases de dados

SIOP Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

SIPS Sistema de Indicadores de Percepção Social

SAV Secretaria do Audiovisual

SNBP Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

SNC Sistema Nacional de Cultura

SNIIC Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNPC Sistema Nacional do Patrimônio Cultural

SPOA Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

T -> TCU Tribunal de Contas da União

U → **U**F Unidade da Federação

UFAM Universidade Federal do Amazonas

UFBA Universidade Federal da Bahia

UFF Universidade Federal Fluminense

UFG Universidade Federal de Goiás

UFMT Universidade Federal do Mato Grosso

UFPA Universidade Federal do Pará

UnB Universidade de Brasília

UNESCO Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

LEGENDA PARA LER A CARTILHA



Título da meta, conforme estabelecido pela Portaria nº 123, de 2011.

OBJETIVO DA META

O que a meta busca atingir?

EXECUÇÃO

O compromisso de executar a meta é compartilhado com os entes federados, outros órgãos do Governo Federal, ou exclusiva do Sistema MinC?

PREVISTO ATÉ 2024

Meta final prevista pelo plano.

REALIZADO ATÉ 2022

Resultado do que foi feito até 2022.

DESEMPENHO

Qual o % da meta que foi efetivamente realizado, em relação ao previsto para 2024?

LEGENDA PARA LER A CARTILHA

CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Quais os desafios que essa meta apresentou na prática para ser medida.

PROPOSTAS DA 3° CNC QUE TEM A VER COM ESSA META

Quais propostas da terceira conferência se relacionam com essa meta?



PARA REFLETIR

Comentários das diferentes equipes do MinC sobre as metas, analisando o que podemos aprender com avanços e desafios realizados até aqui.



LEGENDA PARA LER A CARTILHA



PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS NO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

Durante o monitoramento anual, são mapeadas atividades realizadas para o cumprimento de cada uma das metas, por parte dos órgãos gestores da cultura a nível federal. Informações mais completas estão publicadas nos relatórios de monitoramento, disponibilizados anualmente no site. Para traçar esse histórico aqui, elencamos algumas atividades que se destacam.





Sistema Nacional de Cultura institucionalizado e implementado, com 100% das Unidades da Federação (UFs) e 60% dos municípios com sistemas de cultura institucionalizados e implementados.

EXPLICAÇÃO

Ter sistemas de cultura em todos os estados e em 3.339 cidades do Brasil (60%), para tornar efetivo o Sistema Nacional de Cultura.

OBJETIVO DA META

Fortalecer as políticas públicas de cultura por meio de uma gestão compartilhada entre os entes da federação e a sociedade civil para ampliar a participação social e, principalmente, garantir ao cidadão o pleno exercício de seus direitos culturais.

PREVISTO ATÉ 2024

Ter sistemas de cultura em todos os 27 estados e em 3.339 cidades do Brasil.

REALIZADO ATÉ 2022

80% da meta cumprida. (média dos indicadores).

27 estados e 3.150 dos municípios com acordo de cooperação federativa firmados.

Fonte de aferição: Plataforma do Sistema Nacional de Cultura (SNC)



→ COMO ACONTECE A ADESÃO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS AO SNC?

MANIFESTAÇÃO DE VONTADE

Estado/município formaliza sua vontade em ser parte integrante Cooperação Federativa e o Termo de Solicitação de Integração ao SNC.

e 3.150 municípios.

INSTITUCIONALIZAÇÃO

Estado/município elabora Lei do Sistema Municipal/Estadual (conselho de política cultural, plano de cultura, fundo de cultura e etc.);

→ Nessa fase: 19 estados e seus sistemas por lei própria.

FASE 3 **IMPLEMENTAÇÃO**

Componentes do SNC em funcionamento no Estado/Município.

os componentes obrigatórios (conselho, plano e fundo).

→ MAS O QUE É O ACORDO DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA?

O Acordo de Cooperação Federativa é um instrumento jurídico assinado pela União e pelo estado ou município em que esse assume o compromisso de implantar o SNC.

CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Em partes, o indicador é relevante mas insuficiente.

Medimos, por meio das adesões e legislações locais, quantos municípios aderiram ao SNC e institucionalizaram seus sistemas locais. Mas, a implantação formal dos componentes não significa que estejam em pleno funcionamento, com trabalhos ativos. O indicador da meta também não reflete se há melhora efetiva da gestão cultural local.

PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A **VER COM ESSA META: 1.11** e 1.25.

EM QUAL EIXO DA 4º CNC ESSE **TEMA SERÁ DISCUTIDO?**

Eixo 1 Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura.



PARA REFLETIR

Essa meta é estruturante, pois refere-se à criação, fortalecimento e desenvolvimento de instituições, conselhos, conferências e sistemas formais e permanentes que sejam capazes de formular, conduzir, executar e acompanhar as políticas públicas de cultura.

Há o desafio de estruturar o financiamento fundo-a-fundo e seu modo de operar a partir do pactuado federativamente na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), para se ter o sistema em bases permanentes para produção de políticas orgânicas e equitativas, tanto em termos sociais como regionais.

Outro desafio é instituir a CIT, que é componente estruturante do SNC e tem o papel de instância de articulação e pactuação federativa. É um espaço/instância para operacionalizar o pacto federativo tripartite.





PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

2012 >

Aprovação da Emenda Constitucional nº 34 que acrescentou o artigo 216-A na Constituição Federal, criando o Sistema Nacional de Cultura (SNC);

Parceria estabelecida entre o MinC, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) para assistência técnica à elaboração de planos estaduais e planos municipais de cultura.

2013 →

3^α Conferência Nacional de Cultura, com oficinas de capacitação a estados e municípios para elaboração de Planos estaduais e Municipais de Cultura;

Lançamento da primeira versão da Plataforma de Integração e Monitoramento do SNC.

2014 ->

Lançamento de editais de Fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura;

Encontro Nacional de Gestores Municipais de Cultura.

2015 ->

Oficinas para elaboração de Plano de Trabalho do SNC na Plataforma de Integração e Monitoramento em todo o país;

O MinC e a ABM (Associação Brasileira dos Municípios) promoveram Encontros Regionais de Gestores Municipais de Cultura em todas as regiões do Brasil para discutir os avanços e desafios enfrentados para a implantação dos Sistemas Municipais de Cultura.

2016 →

Atualização da Plataforma de Automatização do Sistema Nacional de Cultura.

2017 ->

Realização de 9 oficinas de implementação de sistemas de cultura que tiveram como resultado a capacitação de 379 gestores e conselheiros de 231 municípios.

2020

Publicação da Lei nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc) que definiu ações emergenciais destinadas ao setor cultural em função da Covid-19 e que teve sua gestão realizada de forma descentralizada, ativando os sistemas municipais e estaduais de cultura;

RETOMADA MINC 2023

SISTEMA NACIONAL DE CULTURA (SNC)

Até novembro de 2023, 3.514 municípios aderiram ao SNC e 364 Acordos de Cooperação Federativa foram publicados.

REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA:

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou em setembro, o Projeto de Lei nº 9.474/2018, que cria o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC), previsto na Constituição, responsável pelo planejamento, gestão e promoção das políticas públicas de cultura. O Projeto seguiu para aprovação no Senado.

LEI PAULO GUSTAVO

Em 2023, a LPG (Lei 195/2022) foi regulamentada e R\$ 3,8 bilhões foram repassados a estados e municípios para aplicação em ações com o objetivo de mitigar os efeitos sociais e econômicos da pandemia da Covid-19 sobre o setor cultural. Tivemos uma adesão recorde de 98% dos municípios e 100% dos estados. Para acessar os recursos da lei, os entes federados assumiram o compromisso de implantar o SNC localmente até a data de 11 de julho de 2024, conforme indicado nos termos de adesão assinados pelas/os representantes dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC

Também em 2023, o MinC lançou a maior política cultural da história, regulamentada a partir do decreto nº 11.740/2023. Pela primeira vez, as atividades do setor cultural terão uma fonte estável de dinheiro público, garantida até 2027. Serão investidos R\$3 bilhões anuais, num total inédito de R\$15 bilhões pelos próximos cinco anos, que vão diretamente para ações e programas de prefeituras e governos estaduais e distrital. A PNAB tem uma caraterística estruturante e consolida o Sistema Nacional de Cultura (SNC).

PROGRAMA NACIONAL DE COMITÊS DE CULTURA (PNCC)

O Programa Nacional dos Comitês de Cultura é uma Rede de Articulação Territorial de Cultura que une organizações culturais e agentes culturais territoriais para realização de ações de mobilização e fomento de potências, com o objetivo de democratizar o acesso à cultura por todo o Brasil.

Com investimento de R\$ 58,8 milhões, o PNCC foi lançado em outubro. Suas atividades serão realizadas por meio de uma Rede de Parceiros, criada por meio de termos de colaboração com 27 Organizações da Sociedade Civil – selecionadas por edital de chamamento público.

O objetivo é a execução de ações de mobilização social, formação em direitos e políticas culturais, apoio à elaboração de projetos e parcerias, comunicação social e difusão de informações sobre as políticas culturais, além de 595 Agentes Territoriais de Cultura – pessoas físicas que já atuam no setor, selecionadas por Institutos Federais e receberão bolsas por dois anos para desenvolver ações em seus territórios.

ESCRITÓRIOS REGIONAIS DO MINC

Estão sendo implementados, ainda, 27 escritórios regionais do MinC – espaços institucionais de articulação das políticas do Ministério junto aos entes federados. Os escritórios são uma presença institucional fundamental para a estruturação do Sistema Nacional de Cultura de forma capilarizada nos territórios.





100% das Unidades da Federação (UFs) e 60% dos municípios com dados atualizados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).

EXPLICAÇÃO

O SNIIC tem como objetivos coletar, sistematizar e interpretar dados; fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura. Desta forma, possibilitará formulação, monitoramento, gestão e avaliação de políticas públicas de cultura. Fornecerá ainda ampla publicidade e transparência para as informações declaradas, sistematizadas e atualizadas, para disponibilização na rede mundial de computadores.

OBJETIVO DA META

Fornecer informações sobre o campo cultural no país e permitir o monitoramento da política cultural.

→ O QUE É O SNIIC?

O SNIIC foi pensado para ser um banco de dados de bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, e transparência entre outros, disponível para toda a sociedade.

PREVISTO ATÉ 2024

100% dos estados e 60% dos municípios atualizando o SNIIC anualmente com informações sobre a gestão pública de cultura (elementos do Sistema, equipamentos públicos, número de servidores, orçamento etc).

REALIZADO ATÉ 2022

25 estados (92,59%) e 493 (8,85%) municípios alimentaram o SNIIC até o ano de 2017. A última informação é de 2017, pois, em 2018, o SNIIC foi descontinuado.

Fonte de aferição: Plataforma do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e Sistema Nacional de Indicadores e Informações Culturais.





CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Por um tempo, mas foi interrompido.

Monitoramento descontinuado a partir de 2018, com a extinção do Ministério da Cultura, a unidade que gerenciava o SNIIC deixou de existir impossibilitando assim o monitoramento da meta.

PROPOSTAS DA 3º CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 1.34

EM QUAL EIXO DA 4° CNC ESSE **TEMA SERÁ DISCUTIDO?**



Eixo 1 Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura.



PARA REFLETIR

Esta é uma meta estruturante de informação, já que busca solucionar a insuficiência de números, dados e informações acerca dos diversos setores culturais do Brasil. A meta permite visualizar o impacto das descontinuidades na política cultural, na sua própria estrutura, na sua espinha dorsal. A interrupção da coleta e cuidado com dados, da organização desse fluxo de alimentação de informações, produz como efeito um desconhecimento do próprio estado da arte do campo cultural.





PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

2012 >

O MinC definiu as informações necessárias que serão alimentadas pelos municípios, estados e DF e contratou empresa para desenvolver solução tecnológica e consolidar a tipologia dos objetos culturais.

2013 ->

O SNIIC foi lançado em um projeto piloto realizado em Palmas (TO) em abril de 2013;

Lançamento da primeira fase da Plataforma de Integração e Monitoramento do SNC com o objetivo de automatizar o processo de adesão ao SNC.

2014 ->

Treinamento para gestores e agentes culturais para descentralização da gestão do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC);

Lançamento da segunda fase da fase da Plataforma de Integração e Monitoramento do SNC, para acompanhar a execução do plano de trabalho de cada ente que aderiu ao Sistema Nacional de Cultura.

2015 ->

Renovação do sistema tecnológico do SNIIC, substituindo uma plataforma proprietária, que se encontrava defasada, por uma plataforma livre – o Mapas Culturais;

Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Instituto TIM, entidade que financiou originalmente o desenvolvimento da ferramenta Mapas Culturais, no contexto da prefeitura de São Paulo;

Realização do Fórum Nacional de Sistemas de Informação Cultural e do Seminário Latino Americano de Informações e Indicadores Culturais;

Integração das bases de dados do Ministério da Cultura. No final de 2015 já existiam as bases do Cadastro de Pontos de Cultura (SCDC), do Cadastro de Bibliotecas Públicas (DLLLB) e do Registro do Museus (Ibram) integrados ao SNIIC.

2016 >

Parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG) e início das reuniões do Grupo de Trabalho Ontologias da Cultura para padronizar conceitos associados a dados e informações culturais;

Capacitação de 132 Gestores e Desenvolvedores da Plataforma Mapas Culturais.

2017 →

Tratativa com 158 municípios para oferecer suporte a estados e municípios que desejam implementar o "Mapas da Cultura" específico para cada local;

Participação do IV Encontro dos Gestores dos Mapas Culturais e do III Encontro de Desenvolvedores da Plataforma Mapas Culturais, em São Paulo.

2018 ->

Análise da implementação dos sistemas estaduais e municipais de cultura pela plataforma do SNC.

RETOMADA MINC 2023

O MinC definiu como um dos seus objetivos estratégicos até 2026 estruturar o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e unificar as bases de dados e indicadores culturais.



Cartografia da diversidade das expressões culturais realizada em todo o território brasileiro.

OBJETIVO DA META

Construção de um mapa digital interativo e colaborativo para visualizar, reconhecer e difundir a diversidade cultural em todo o território nacional.

PREVISTO ATÉ 2024

Mapa interativo da diversidade das expressões culturais publicado com informações de ao menos 70% dos municípios de cada unidade da federação.

REALIZADO ATÉ 2022

5.434 dos 5.568 municípios possuíam alguma informação no Mapa da Cultura. A última informação é de 2017, pois, em 2018, o SNIIC foi descontinuado.

Fonte de aferição: Mapas Culturais/Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).







CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Em partes, o indicador é impreciso.

Quando esta meta foi elaborada, considerou-se como diversidade cultural o estabelecido na Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais pela Unesco em 2005. Mas, na extração dos dados do Mapas da Cultura do SNIIC, verificou-se que não era possível aplicar a definição de "diversidade cultural", utilizada pela Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, UNESCO - 2005. A definição ampla trouxe o problema de escolha dos campos de informação que são pertinentes para essa cartografia. Sendo assim, optou-se por extrair todos os dados existentes no SNIIC e não utilizar a definição da Unesco.

PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 1.34.

EM QUAL EIXO DA 4ª CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?



Eixo 4 Diversidade Cultural e Transversalidade de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural.



PARA REFLETIR

O que significa diversidade cultural nos dias atuais? O mapeamento cultural já é, em si, a cartografia da nossa diversidade cultural? Ou há alguma especificidade dessa cartografia? Como consolidar essa cartografia como reconhecimento e valorização de fato?

É uma meta de enorme complexidade, em especial conceitual. Na diversidade de expressões culturais também está embutida uma ampla gama de linguagens artísticas, mas não se resume a isso.

Ao longo dos anos, foram realizados diversos levantamentos, inventários e estudos na área de patrimônio imaterial. Mas, para que isso se torne uma cartografia, estas informações precisariam estar reunidas de maneira territorializada em um único instrumento cartográfico.



PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

2012 >

Seminário "Cartografias Colaborativas" no qual foram apresentados 10 projetos que poderão servir de exemplo para o alcance do objetivo proposto pela meta.

2013 ->

Realização do Encontro de Culturas Populares e Tradicionais com a participação de mais de 800 representantes deste segmento cultural.

2014 ->

Lançamento do Sistema de Informação sobre as manifestações culturais afrobrasileiras com o objetivo de construir uma plataforma georreferenciada com informações sobre as manifestações culturais negras brasileiras;

Instituição do Cadastro Nacional de Pontos de Cultura como instrumento da Política Nacional de Cultura Viva, Lei nº 13.018/2014

2015 →

Lançamento dos Editais ""Preservação e Acesso aos Bens do Patrimônio Afro-Cultural" e "Memória dos Povos Originários do Brasil", que levantaram informações relativas à cultura afro-brasileira à diversidade cultural dos povos originários do Brasil.

2016 >

Parceria com Universidade Federal do Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Nacional/UFRJ e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no desenvolvimento do Mapa Etno-Histórico de Nimuendajú.

2017 ->

Lançamento do Cadastro Geral de Informações Quilombolas.

2019 -

Realização de mapeamentos da Capoeira no Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Maranhão, Tocantins. Mapeamento das Casas de Religião de Matriz Africana no Rio Grande do Sul;

Edição de 4 publicações sobre os 20 Anos do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC).

2021 >

Mapeamento de Projetos Sociais Arte de Toda Gente e suas ações pedagógicas e artísticas, com objetivo de criar um sistema de dados para melhor estruturar e direcionar as ações do programa;

Conclusão da instrução técnica do processo de registro de 4 bens e Conclusão da instrução técnica de revalidação de 09 bens Imateriais.

2022>

Conclusão da instrução técnica do processo do Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil; Conclusão da instrução técnica do processo de Registro da Arte Santeira; Conclusão da etapa de identificação de Alto Camaquã do Inventário Nacional de Referências Culturais das Lidas Campeiras no Rio Grande do Sul;

Mapeamento das Casas de Religião de Matriz Africana do Rio Grande do Sul nas regiões de Porto Alegre e Grande Porto Alegre, Pelotas, Jaguarão e Rio Grande.



Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada.

OBJETIVO DA META

Viabilizar ações que deem as condições sociais e materiais para que os mestres e mestras das culturas populares e tradicionais possam viver de forma digna e transmitir seus saberes e fazeres.

PREVISTO ATÉ 2024

Quando a meta foi criada a intenção era aprovar e regulamentar marcos legais para:

- A proteção dos conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais e dos direitos coletivos das populações autoras e detentoras desses conhecimentos aprovado e regulamentado.
- 2. A inserção dos conhecimentos e expressões culturais populares e tradicionais na educação formal aprovado e regulamentado.
- Concessão, por parte do Estado brasileiro, de benefício em reconhecimento à contribuição cultural de mestres e mestras de expressões culturais populares e tradicionais aprovado e regulamentado.
- *Marco Legal é toda legislação que rege um determinado assunto, desde a Constituição, Leis, Portarias, Leis estaduais, municipais, etc. Fonte de aferição: Ministério da Cultura e Câmara dos Deputados.

REALIZADO ATÉ 2022:

O Marco Legal 1 teve seu processo de elaboração interrompido. Já em relação aos Marcos Legais 2 e 3 o Projeto de Lei nº 1.176 que Institui o Programa de Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares foi criado em 2011. Em 2013, o Projeto de Lei nº 1.786/2011 que Institui o Programa de Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares foi apensado ao projeto anterior. Em 20 de dezembro de 2023, os projetos constavam na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Não, estamos medindo outra informação.

Conseguimos acompanhar e medir se leis foram elaboradas, publicadas ou não, mas não é possível atestar quando isso se torna uma **política** ou não – e muito menos medir o impacto dessas medidas na vida de mestres e mestras.

PROPOSTAS DA 3º CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 1.34, 2.35 e 4.2.

EM QUAL EIXO DA 4º CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?

Eixo 1 Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura.

Eixo 3 Identidade, Patrimônio e Memória.

Eixo 4 Diversidade Cultural e Transversalidade de Gênero, Raça e Acessibilidade

na Política Cultural.

Eixo 5

Economia Criativa, Trabalho,
Renda e Sustentabilidade.



PARA REFLETIR

Deve-se também levar em conta uma política de proteção da propriedade intelectual destes conhecimentos e expressões, garantindo mecanismos de consulta prévia, direitos autorais coletivos e repartição de benefícios.

VOCÊ SABIA?



A entrada do Brasil no Comitê Intergovernamental da Diversidade Cultura da Unesco, em 2015, foi um fato importante para esta meta, pois esse comitê trabalhou para implementar as atividades e prioridades estabelecidas pelos Estados signatários da Convenção para a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco.







PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

2012 >

Acordo de cooperação técnica entre a Fundação Cultural Palmares (FCP) e a e a Defensoria Pública da União (DPU) para aprimorar a assessoria jurídica aos remanescentes de quilombos;

Início da assistência jurídica à Comunidades Quilombolas visando à proteção dos territórios certificados e titulados como quilombos para garantir a manutenção da posse;

Criação do Grupo de Trabalho na área de Conhecimentos e Expressões Culturais Tradicionais (Portaria n.º 37, de 12 de abril de 2012).

2013 →

Audiência Pública ocorrida na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, e mesa redonda realizada na UFRJ com a participação de representantes do poder público e dos setores interessados da sociedade civil, para a discussão do PL nº 1.786/2011.

2014 ->

Destacam-se os registros de novos bens do patrimônio cultural imaterial realizados pelo Iphan, sendo eles: Maracatu Nação, Maracatu Rural e Cavalo-Marinho, de Pernambuco, e a Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani, que se localiza no Sítio São Miguel das Missões (RS)

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Universidade de Brasília (UnB) disponibilizaram 30 vagas para o Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (Mespt).

2015 →

Entrada do Brasil no Comitê Intergovernamental da Diversidade Cultura da Unesco;

Sancionado o marco legal da biodiversidade (Lei nº 13.123/2015) que trata do acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado.

2016 >

29^a Edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade;

Lançamento do Prêmio Boas Práticas de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial;

Realização do XII Batizado de Troca de Cordel Cultural de Capoeira e do Encontro Estadual do Carimbó em Belém/PA;

Concessão de certificados de Patrimônio Cultural do Brasil à manifestação cultural dos grupos de Caboclos ou Caboclinho e aos bonequeiros do Rio Grande do Norte.

2021 >

Finalização do processo referente ao atendimento do Decreto nº 10.732/2021, que institui Comitê da Serra da Barriga;

Reconhecimento do repente, forró, ciranda e festeiro do Banho de São João (MS) como Patrimônio Cultural do Brasil em 2021.

2022>

Certificação de 61 comunidades quilombolas pela FCP;

Comunidades Quilombolas assistidas juridicamente em 53 municípios, razão de esbulho ou turbação em território quilombola certificado pela FCO com atividades de defesa judicial e extrajudicial, em ações de reintegração de posse e ação civil pública.

RETOMADA MINC 2023

PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS AUTORAIS DO SETOR ARTÍSTICO

O MinC deu início à elaboração de proposta de marco legal de proteção de conhecimentos e expressões culturais tradicionais.

PROGRAMA NACIONAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL (PNPI)

Foram investidos R\$ 22 milhões em edital que contemplou 58 projetos para a promoção e difusão da política de salvaguarda do patrimônio imaterial.

PRÊMIO MESTRAS E MESTRES DAS ARTES

Reconhecimento da trajetória de 50 artistas com mais de sessenta anos que cultivam inegável legado para as artes do Brasil

EDITAL DE PREMIAÇÃO SÉRGIO MAMBERTI

Premiação de 1.117 iniciativas de ações culturais de base comunitária, até o fim do ano, por meio dos Prêmios: "Cultura Indígena", "Culturas Populares e Tradicionais", "Diversidade Cultural" e "Cultura Viva", com um investimento de R\$ 33,51 milhões.





Sistema nacional de patrimônio cultural implantado, com 100% das Unidades da Federação (UFs) e 60% dos municípios com legislação e política de patrimônio aprovadas.

EXPLICAÇÃO

Ter leis e políticas de patrimônio cultural aprovadas em todos os estados e em 3.339 cidades do Brasil (60%).

OBJETIVO DA META

Fortalecimento da política de preservação do patrimônio cultural no Brasil nas diversas esferas de governo de modo a estabelecer diálogos e articulações para a gestão adequada do patrimônio cultural.

→ O QUE É O SISTEMA NACIONAL DE PATRIMÔNIO?

- O Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC) atuará para desenvolver uma política de preservação do patrimônio que regulamente princípios e regras para as ações de preservação.
- O Sistema deve avançar em três eixos principais:
- 1 → Coordenação: definir instância(s) coordenadora(s) para garantir ações articuladas e mais efetivas;
- $2 \Rightarrow \mbox{ Regulação: estabelecer conceituações comuns, princípios e regras gerais de ação; e$
- 3 → Fomento: incentivos direcionados ao fortalecimento institucional, estruturação de sistema de informação de âmbito nacional e consolidação de ações coordenadas em projetos específicos.

PREVISTO ATÉ 2024

100% das Unidades da Federação (UFs) e 60% dos municípios com legislação e política de patrimônio aprovadas.

REALIZADO ATÉ 2022

26 estados e 1.999 municípios possuem legislações de patrimônio aprovadas segundo dados da MUNIC de 2021.

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) e estaduais (ESTADIC) 2018— IBGE.

EXECUÇÃO



compartilhada com os entes federados.

DESEMPENHO

não é possível medir o desempenho da meta pois não é possível aferir se entes federados possuem política de patrimônio.

CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Em partes, o indicador é impreciso.

A fonte utilizada para a aferição da meta é a pesquisa do perfil dos municípios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Munic, que apresenta somente uma informação sobre um dos indicadores da meta número de municípios que possuem lei de patrimônio.

PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 2.40 e 3.30.

EM QUAL EIXO DA 4° CNC ESSE **TEMA SERÁ DISCUTIDO?**

Eixo 1 Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura.





PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

2012 ->

Desenvolvimento, a partir de 2012, do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), que é um instrumento para integrar os dados sobre o patrimônio cultural.

2013 ->

Parcerias com estados, além de ações de mobilização com os governos municipais para o desenvolvimento de política de preservação do patrimônio, recuperação de imóveis privados e condicionado a criação de fundos e Conselhos municipais de preservação do patrimônio cultural.

2014 ->

Parcerias com estados, além de ações de mobilização com os governos municipais para o desenvolvimento de política de preservação do patrimônio.

2015 ->

Parceria com o MEC, com disponibilização de Kit para 775 escolas sobre Educação Patrimonial para escolas estaduais ou municipais, com vistas a realização de inventários sobre patrimônio cultural local.

2017 ->

Consolidação dos documentos e textos produzidos que tratam das discussões sobre o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural;

Discussões sobre a gestão compartilhada de patrimônio cultural, com atores do poder público, sociedade civil e iniciativa privada, no âmbito das dezenove fortificações que conformam a lista do bem seriado Fortificações Brasileiras.

2018 ->

Contratação de consultoria para produzir estudos prévios para viabilizar a discussão para a construção do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural;

Realização do Seminário Internacional do Patrimônio que discutiu políticas e práticas de preservação;

Adesão ao Compromisso de Goiás (Brasil 200 anos de independência, o patrimônio que nos une), documento que ratifica os debates para definir novos compromissos e diretrizes de preservação do patrimônio cultural.

2020

Monitoramento dos Sítios culturais brasileiros reconhecidos como Patrimônio Mundial pela UNESCO por meio da produção de relatórios, acompanhamento das ações de conservação, proteção e promoção desses sítios.



50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares que estiverem cadastrados no sistema nacional de informações e indicadores culturais (SNIIC) atendidos por ações de promoção da diversidade cultural.

OBJETIVO DA META

Garantir que um número maior de povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares sejam atendidos por ações públicas de promoção da diversidade cultural.

→ DEFINIÇÕES IMPORTANTES:

De acordo com o Decreto nº 6.040/2007, são considerados povos e comunidades aqueles que ocupam e usam territórios e recursos naturais para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Em sua vida cotidiana utilizam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Já os grupos de culturas populares estão presentes em todo o território nacional, possuem necessidades específicas e estão em constante transformação. A todo momento, suas manifestações estão sendo retraduzidas e reapropriadas por seus próprios criadores.

PREVISTO ATÉ 2024

50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares que estiverem cadastrados no SNIIC precisavam ser atendidos por ações do poder público de promoção da diversidade cultural.

REALIZADO ATÉ 2022

1% de povos, comunidades e grupos cadastrados no SNIIC atendido por ações da diversidade cultural.

Até 2022, o MinC beneficiou 12.061 povos, comunidades e grupos com ações de promoção da diversidade. Mas, com a paralisação da gestão do SNIIC – MAPAS, em 2018, não foi possível localizar os povos, comunidades e grupos atendidos pela meta na base de dados do sistema.

Fonte de aferição: SNIIC Mapas Culturais.





CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Não, estamos medindo outra informação.

O MinC consegue dizer o número de povos e comunidades tradicionais beneficiados por ações. A ideia de ter um % para identificar a cobertura é interessante. Mas, não faz sentido estabelecer esse percentual considerando apenas os povos, comunidades e grupos já cadastrados no SNIIC - um universo muito inferior à realidade.

PROPOSTAS DA 3º CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 1.24, 2.35, 2.4, 2.5, 3.30

EM QUAL EIXO DA 4ª CNC ESSE **TEMA SERÁ DISCUTIDO?**

Eixo 3 Identidade, Patrimônio e Memória.

Eixo 4 Diversidade Cultural e Transversalidade de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural.



VOCÊ SABIA?

Na época de elaboração da meta, segundo dados da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), existiam aproximadamente 4,5 milhões de famílias pertencentes a 26 grupos específicos dos povos e comunidades tradicionais.







PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

2012 ->

Ações contínuas de salvaguarda a bens culturais de povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares;

Ações de desenvolvimento sustentável em comunidades remanescentes de quilombos, tradicionais e de terreiros em 135 comunidades;

Continuidade ao Programa Pontos de Memória que tem como objetivo apoiar ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social.

2013 ->

Realização de Encontros de Culturas Populares e Tradicionais;

Apoio a realização de diversos eventos que contribuem com o fomento, a valorização e preservação da cultura e do patrimônio afro-brasileiro e realização de ações de identificação, reconhecimentos, registros e salvaguarda de bens registrados.

2015 ->

Cerimônias Kuarup;

Apoio à Marcha das Margaridas 2015.

2016 →

Ações de Promoção, Proteção e Divulgação do Parque Memorial do Quilombo dos Palmares.

2017 ->

Enconquite – Encontro de Comunidades Quilombolas e Povos Tradicionais de Terreiros de Alagoas (Arapiraca/AL);

Projeto Plenarinho: entre rios e quilombos (Belém/PA), que trouxe alunos quilombolas para atividades na Câmara dos Deputados;

Festival de Artes e Festa das Cabacinhas;

Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros.

2018 →

Programa Sala do Artista Popular Edição 2018 e Encontro de Artesãos;

1º Reunião Presencial do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória;

1^a Teia Regional da Memória – Região Sudeste;

Conveniamento do projeto para realização de Kit multimídia sobre Jogos dos Povos Indígenas e também apoiou o canal web Cultura Indígena Contemporânea em vídeo.

2019 >

Seminário Forró e Patrimônio Cultural em Recife/PE.

2020>

Conveniamento de projetos que beneficiam instituições, coletivos e grupos de culturas populares ligados a festejos juninos do Distrito Federal e RIDE-DF, bem como artistas e grupos artísticos, outros povos e comunidades tradicionais e minorias étnicas, população rural, mestres, praticantes, brincantes e grupos culturais populares, urbanos e rurais, estudantes de instituições públicas de ensino (escolas, universidades, institutos etc), lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT.

2022→

Apoio a 35 dos projetos oriundos de emendas parlamentares celebrados pela Secretaria Especial de Cultura que atendem aos povos e comunidades tradicionais e aos grupos de culturas populares em suas ações;

Disponibilização no youtube da videoaula "Museu, memória e cidadania" (com 3.281 visualizações até o momento);

Realização do curso em EAD de Inventários Participativos que contou com 1.310 inscritos.

LISTAGEM DE EDITAIS E PRÊMIOS ENTRE 2014 E 2022

2014 Editais Culturas Ciganas;

Edital III Ideias Criativas;

Edital Rede Cultura Viva Afro-brasileira;

Prêmio de Culturas Afro-Brasileiras.

2015 Edital de Redes 2015

Editais de Pontos de Cultura Indígena 2015;

Prêmio de Culturas Afro-Brasileiras;

Prêmio Boas práticas de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

2016 Prêmio Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro.

2017 Edital Juventude Vlogueira: Canais Culturais;

na Web, Edital de Cultura Popular;

Edital de Cultura Popular 2017;

Edital de Pontos de Cultura Indígena.

2018 Edição Selma do Coco.

2019 Prêmio Culturas Populares 2019 – Edição Teixeirinha.

RETOMADA MINC 2023

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA FUNDAÇÃO PALMARES

Em 2023, uma das prioridades do MinC foi retomar e fortalecer a Fundação Palmares. Nesse período, foram realizadas, mais de **100 certificações fundiárias de quilombos** e lançados **diversos editais e prêmios de Valorização da Cultura Negra**: o Prêmio Palmares de Arte; a Bolsa de Mobilidade Cultural Afro-brasileira; as Manifestações Políticos Culturais Zumbi de Palmares; o Prêmio Luiz Melodia de Canções Afro-Brasileiras; o Prêmio Conceição Evaristo de Literatura Afro futurista; o Edital Sabores e Saberes da Gastronomia Quilombola; e o Prêmio Jovem Quilombola Inovador.

EDITAL DE PREMIAÇÃO SÉRGIO MAMBERTI

Premiação de 1.117 iniciativas de ações culturais de base comunitária, até o fim do ano, por meio dos Prêmios: "Cultura Indígena", "Culturas Populares e Tradicionais", "Diversidade Cultural" e "Cultura Viva", com um investimento de R\$ 33,51 milhões.

EDITAL PRÊMIO CONSTRUÇÃO NACIONAL DA CULTURA HIP-HOP

Premiação de 325 iniciativas culturais da Cultura Hip-Hop, com investimento de R\$ 6 milhões.

O edital visa implementar os objetivos e as ações estruturantes da Política Nacional Cultura Viva, com destaque para o reconhecimento dos agentes culturais que promovem a preservação, a difusão da diversidade cultural brasileira, bem como a valorização das expressões culturais do Hip-Hop no Brasil, por sua influência no modo de vida da juventude.

As iniciativas culturais contempladas visam à criação e/ou produção e/ou circulação de obras, atividades, produtos e ações, tais como: projetos de composição, arranjos, produção de beats, shows, vídeos, discos, arquivos audiovisuais, sítios de internet, revistas, batalhas, rodas culturais, cyphers, jams, espetáculos, slam, beatbox, pesquisas, mapeamentos, fotografias, seminários, ciclos de debates, palestras, workshops, oficinas e cursos livres, que possam contribuir com o desenvolvimento sociocultural do segmento.





100% dos segmentos culturais com cadeias produtivas da economia criativa mapeadas.

OBJETIVO DA META

Destacar as potencialidades dos segmentos culturais para ganhos econômicos e sociais.

→ O QUE É ECONOMIA CRIATIVA?

A economia criativa é um setor estratégico e dinâmico, tanto do ponto de vista econômico como social. Gera trabalho, emprego, renda e inclusão social.

A economia criativa é composta das atividades econômicas ligadas aos segmentos – de acordo com definição da Unesco – como patrimônio natural e cultural, espetáculos e celebrações, artes visuais e artesanato, livros e periódicos, audiovisual e mídias interativas e design e serviços criativos.

→ COMO FUNCIONA O MAPEAMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS?

Cada segmento cultural tem uma ou mais cadeias produtivas, isto é, sequências de etapas de produção até que o produto esteja pronto e colocado à venda. As etapas podem ser realizadas por diferentes agentes econômicos, sempre relacionados uns com os outros como elos de uma corrente.

Mapear essas cadeias ajuda na identificação e monitoramento de tendências emergentes, permitindo que o setor se adapte mais rapidamente às mudanças do mercado, além de facilitar com que cada região identifique seus avanços e desafios para então, adaptar estratégias de manutenção e crescimento.

PREVISTO ATÉ 2024

Mapear 6 segmentos culturais e suas cadeias produtivas.

REALIZADO ATÉ 2022:

	SEGMENTO CULTURAIS DA UNESCO	MAPEAMENTOS REALIZADOS
2010	Espetáculos e celebrações	Música e Carnaval
2012	Design e serviços criativos	Design
2014	Patrimônio natural e cultural	Museus e Jogos digitais
2018	Audiovisual e mídias interativas	Jogos Digitais
	Audiovisual e mídias interativas; artes visuais e artesanato	Jogos eletrônicos e Artesanato





CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Em partes, o indicador é relevante mas insuficiente.

A meta fala em "todos os setores da economia criativa", no entanto medimos apenas o número de segmentos com estudos/ mapeamento das cadeias produtivas definidos pela Unesco.

PROPOSTAS DA 3º CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 4.21 e 4.31.

EM QUAL EIXO DA 4° CNC ESSE **TEMA SERÁ DISCUTIDO?**

Eixo 5 Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade.



PARA REFLETIR

Precisamos avançar para além do mapeamento para a estruturação destas cadeias – criar políticas de incentivo e apoiar ações ligadas à economia criativa.





2012 >

Criação do Observatório Brasileiro da Economia Criativa (OBEC). O Observatório será a instância responsável pela produção e difusão de pesquisas, dados e informações sobre a economia criativa dos 26 estados e do Distrito Federal, bem como pelo estímulo ao debate entre estudiosos, especialistas, agentes governamentais e representantes do setor cultural.

2013 ->

Inauguração dos Observatórios Estaduais de Economia Criativa em Manaus (AM) e em Brasília (DF);

Prêmio Economia Criativa, para apoiar 19 estudos e pesquisas na área;

Tradução para o português do relatório mundial sobre economia criativa. O Creative Economy Report 2010 é um relatório bianual, traz números e dados sobre os segmentos criativos no mundo;

Conveniamento com 06 universidades federais para mapeamento das cadeias produtivas;

Inauguração dos Observatórios Estaduais de Economia Criativa em Manaus (AM) e em Brasília (DF).

2014 ->

Realização de estudo com o objetivo de subsidiar a elaboração dos Planos Setoriais (Arquitetura e Urbanismo, Design e Artesanato);

Levantamento de dados quantitativos e qualitativos sobre dança nas seguintes capitais: Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e Goiânia para o mapeamento da dança no país;

Lançamento da publicação "Museus e a dimensão econômica: da cadeia produtiva à gestão sustentável".

2015 →

Contratação de consultoria, pela UNESCO, para desenvolvimento de manual de referência para o desenvolvimento de framework para estudos nesse campo;

2016 →

Contratação de consultoria técnica especializada para desenvolver estudo analítico e comparativo das seis linguagens (artes visuais, circo, dança, literatura, música e teatro) definidas na Política Nacional das Artes;

Ciclo de debates com agentes do setor musical brasileiro para desenvolvimento de um programa voltado à economia da música brasileira;

Mapeamento do segmento da dança em oito capitais do país. O trabalho foi desenvolvido no âmbito do grupo de pesquisa Proceda (Processos Corporeográficos e Educacionais em Dança), vinculado à Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

2017 →

Apoio ao desenvolvimento da Rede da Economia Criativa do Brasil (ReCria), uma plataforma colaborativa para articular os Observatórios Estaduais da Economia Criativa (OBECs); as Incubadoras integrantes do programa Brasil Criativo; pesquisadores, agentes culturais e seus segmentos criativos;

Elaboração do Manual de Exportação de Bens e Serviços Culturais: TV e Mídias Digitais, Cinema, Publicidade, Música e Games para estimular os empreendedores a levarem a diversificada produção cultural brasileira para além das fronteiras do País.

2018 ->

Realização do II Censo da Indústria Brasileira de Jogos Digitais.

2020>

Realização da Cartografia do Artesanato Brasileiro, em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA).

2021 >

Realização do mapeamento da cadeia produtiva dos GAMES, em parceria com a Universidade Federal do Rio

Grande do Sul (UFRGS), com previsão de conclusão em 2022.

2022

Conclusão do Termo de Execução Descentralizada nº 03/2019 – Nº do Processo: 71000.059700/2019–77, firmado entre a então Secretaria da Economia Criativa (Ministério da Cidadania) e a Universidade Federal do Pará. O objeto do termo era a realização da Cartografia do Artesanato Brasileiro, contendo relatório de pesquisa (SEI Cultura 1057175), catálogo de endereços e Cartografia do Artesanato Brasileiro;

Destaca-se que ainda que o projeto não contemplasse o mapeamento da cadeia produtiva em si do segmento do artesanato, certamente contribuiu para a sua realização, na medida em que ofereceu o mapeamento nacional de agentes, incluindo a criação de banco de dados georreferenciado.





110 territórios criativos reconhecidos.

OBJETIVO DA META

Reconhecer 110 territórios (bacias e de cidades criativas) com requisitos que os qualifiquem como criativos.

→ O QUE SÃO TERRITÓRIOS CRIATIVOS ?

Na época de elaboração da meta, entendia-se que os territórios criativos compreendiam as bacias criativas, cidades criativas e bairros criativos.

As bacias criativas eram entendidas como regiões geográficas formadas por diversos territórios com identidade cultural convergente, que representavam polos criativos regionais.

As cidades criativas se referiam aos complexos urbanos onde as atividades culturais de vários tipos fossem parte integrante da dinâmica local.

Os bairros criativos, por sua vez, representavam dimensão espacial menor, no interior do espaço intraurbano.

→ COMO ERA FEITO O RECONHECIMENTO?

O reconhecimento de territórios criativos referia-se a uma chancela concedida pelo Ministério da Cultura (MinC) e à criação de um sistema de governança compartilhada, entre o poder público e a sociedade civil.

PREVISTO ATÉ 2024

Ter 110 territórios criativos reconhecidos.

REALIZADO ATÉ 2022

12 cidades criativas reconhecidas pela Unesco.

Fonte de aferição: Ministério da Cultura.





CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Não, estamos medindo outra informação.

Essa meta apresenta incoerência entre o indicador (o que medimos) e o título da meta. A meta falava em território criativo e o indicador em bacias e cidades criativas reconhecidas pelo MinC.

PROPOSTAS DA 3º CNC QUE TEM A VER COM **ESSA META:**

4.2, 4.20, 4.31, 4.9

EM QUAL EIXO DA 4° CNC ESSE **TEMA SERÁ DISCUTIDO?**

Eixo 5 Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade.





2012 >

Desenvolvimento de metodologias de identificação e reconhecimento dos territórios criativos.

2013 -

Pólos Criativos – Um estudo sobre os pequenos territórios criativos brasileiros. O texto trata de um conjunto de estudos resultantes de Consultoria da UNESCO para apresentar um estudo preliminar e conceitual sobre Pólos Criativos no Brasil.

2014 >

Programa Incubadoras Brasil Criativo formalizou doze instrumentos nos quais estão pactuadas a execução de planos de trabalho que identificam e reconhecem em cada estado um conjunto de territórios criativos;

O MinC deu início ao processo de ativação dos Territórios de Vivência – áreas no entorno dos CEUs.

2016 -

O MinC lançou a plataforma territórios criativos em parceria com a UFF;

O projeto "Prospecção e Capacitação em Territórios Criativos", em parceria com a UFF, pesquisou 4 territórios criativos, sendo eles: Territórios Criativos Cariri/CE; Territórios Criativos Madureira/RJ; Territórios Criativos Quilombo Machadinha/RJ, Territórios Criativos Paraty/RJ.

2019 >

Contratação de 15 especialistas nos mais diversos setores da economia criativa, a fim de que elaborassem o levantamento de informações, elaboração de propostas de diretrizes e plano de trabalho com vista a subsidiar a candidatura de 15 municípios à rede de cidades criativas da Unesco;

A Unesco elegeu 2 (número máximo por país) cidades brasileiras como cidades criativas: Fortaleza e Belo Horizonte, que teve sua candidatura elaborada com apoio da então Secretaria Especial da Cultura.

2020>

Formalização de convênio com o município do Rio de Janeiro para realizar ciclo de oficinas e um dossiê com o registro das ações dos agentes de economia criativa da cidade do Rio de Janeiro, com a expansão das oficinas para todos os 4 distritos do município (São João de Meriti, Belford Roxo, Nova Iguaçu e Magé) e, em paralelo, revisar e mapear a atual produção de empreendimentos, aumentando o cadastro de empreendedores culturais, com especial atenção aos jovens.

2022

Publicação da Portaria MTur nº 55, de 12 de dezembro de 2022, que institui a Rede Brasileira de Cidades Criativas (RBCC), que tem como objetivo principal promover a cooperação entre cidades que identificam a criatividade como um fator estratégico para o desenvolvimento urbano e turístico sustentável. O modelo é inspirado na Rede Mundial de Cidades Criativas da Unesco que conta com a participação de 12 cidades brasileiras. A Rede Brasileira de Cidades Criativas será operacionalizada pelo Ministério da Cultura e do Turismo.





300 projetos de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local.

OBJETIVO DA META

O objetivo do apoio é ajudar a transformar projetos dos diferentes segmentos culturais em empreendimentos.

- → O QUE SÃO OS PROJETOS DE APOIO À SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA?
 - Os projetos de apoio à sustentabilidade econômica deveriam atuar junto às cadeias produtivas da economia criativa da produção local para intervir nos
- levantamento de informações e dados da economia criativa; articulação e estímulo ao fomento de empreendimentos criativos;
- III educação para competências criativa;
- IV produção, circulação/distribuição e consumo/fruição de bens e serviços criativos; V criação/adequação de marcos regulatórios para os setores criativos.

PREVISTO ATÉ 2024

300 projetos desenvolvidos pelo MinC voltados à sustentabilidade econômica da produção cultural local, incluindo os Arranjos Produtivos Locais (APL) criativos.

REALIZADO ATÉ 2022

No total foram apoiados 272 projetos.

Fonte de aferição: Ministério da Cultura.





CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Em partes, o indicador é relevante mas insuficiente. Em partes, pois não conseguimos aferir o impacto nos territórios, ou seja, se os projetos se tornaram empreendimentos bem-sucedidos com benefícios às comunidades envolvidas.

PROPOSTAS DA 3º CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 4.16, 4.20, 4.21, 4.25, 4.29 , 4.32 , 4.4

Destaque: esta foi a meta com o maior número de propostas na 3 CNC!

EM QUAL EIXO DA 4° CNC ESSE **TEMA SERÁ DISCUTIDO?**

Eixo 5 Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade.





PRÊMIOS E EDITAIS

2012 →

Realização do Prêmio Economia Criativa para fomento a 150 iniciativas empreendedoras e inovadoras.

2013 ->

Seleção de 14 projetos pelo edital de fomento a incubadoras de empreendimentos da economia criativa para fortalecer entidades que atuam com empreendimentos criativos e inovadores;

Seleção de 11 projetos no edital de apoio à formação para profissionais e empreendedores criativos.

2015 ->

Lançamento dos Editais do Conexão Cultura Brasil #negócios que contemplaram 48 projetos.

2016 ->

Lançamento do Edital de Fomento a Incubadoras de Empreendimentos da Economia Criativa.

CONVÊNIOS E PARCERIAS

2012 →

Implantação do Criativa Birô em 13 estados do país. O Criativa Birô é um projeto para fornecer assessoria técnica e capacitação aos pequenos empreendedores ligados à chamada economia criativa, que envolve atividades relacionadas com produção cultural, comunicação, arquitetura, moda e design.

2013 ->

Acordo firmado com a UnB tem como objetivo garantir suporte técnico para os Criativas Birôs;

Parceria entre MinC e MDIC para fortalecer o desenvolvimento de arranjos econômicos culturais. O acordo garante o desenvolvimento de 27 Arranjos Produtivos Locais Intensivos em Cultura (APLs) no Brasil, um em cada unidade da Federação.

2014 ->

Apoiados 100 projetos apresentados por empreendedores culturais para rodadas de negócios com 10 países do Mercosul no I Mercado de Indústrias Culturais dos Países do Sul (Micsul) – iniciativa dos Ministérios de Cultura de países da América do Sul;

Inauguração do Observatório da Economia Criativa do estado do Rio de Janeiro (vinculado à Universidade Federal Fluminense).

2015 ->

Realização de 4 (quatro) termos de cooperação junto às universidades federais para fortalecimento técnico e institucional de Arranjos Produtivos Locais e a criação de um Banco Comunitário.

2016 →

Implantação do Banco Comunitário da Ceilândia, fruto de um termo de execução descentralizada firmado com a UnB em 2014;

Termo de Execução Descentralizada firmado com a UFAM para implantação da Incubadora Indígena;

Termo de Execução Descentralizada firmado com a UFMT para a execução do projeto Territórios Criativos Indígenas;

Criação da Incubadora Jaboatão Criativo, que visa potencializar a economia criativa no município de Jaboatão dos Guararapes/PE.

2017 ->

Parceria com Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para capacitação das comunidades remanescentes de quilombo para que possam promover sua sustentabilidade a partir do seu patrimônio cultural.

2020

Conveniamento de projetos voltados para capacitação no segmento cultural Artesanato / Gastronomia para incentivar a criação de Arranjos Produtivos Locais – APLs ligadas à economia da cultura em três (3) regiões do estado de Pernambuco – Região Metropolitana do Recife, Mata Sul e Norte.

2020>

Apoio a projetos de capacitação em empreendedorismo, gestão cultural e formação artística para empreendedores atuantes nos setores da economia criativa.

ESTUDOS E PESQUISAS

2018 →

Publicação do Manual de exportação de bens e serviços culturais;

Publicação do Mapa do regime tributário: artes visuais, audiovisual, editorial, jogos digitais e música;

Publicação do Pesquisa Rio de Janeiro a Janeiro – estudo de sustentabilidade econômica do setor cultural.

RETOMADA MINC 2023

MERCADOS CRIATIVOS

MICA: O Brasil participou em junho da 7º edição do Mercado de Indústrias Culturais Argentinas (MICA), como convidado de honra, e levou uma delegação de 90 empreendedores (as) criativos (as) brasileiros (as), que participaram das rodadas de negócios. A comitiva de profissionais foi selecionada por meio de um edital lançado em março de 2023 e contemplou empreendedores do audiovisual, circo, dança, design, editorial, hip hop, jogos eletrônicos, música e teatro.

MIC BR

Em novembro de 2023, foi realizada, em Belém do Pará, a terceira edição do mercado criativo, com uma programação que contou com rodadas de negócios, atividades de networking, showcases, mentorias, conferências, mesas de debate e atividades culturais. Mercados criativos públicos, como o MICBR, constituem políticas públicas desenvolvidas pelos estados nacionais na América do Sul com vistas a proporcionar aos empreendedores e profissionais criativos da região a oportunidade de aumentar sua rede de contatos e negócios, bem como internacionalizar seus bens e serviços criativos. Nesta edição, o MICBR ampliou de nove para 13 o número de setores criativos em sua programação de negócios: Áreas Técnicas; Artesanato; Audiovisual & Animação; Circo; Dança; Design; Editorial; Hip-Hop; Jogos Eletrônicos; Música; Moda; Museus & Património; e Teatro.





Aumento em 15% do impacto dos aspectos culturais na média nacional de competitividade dos destinos turísticos brasileiros.

OBJETIVO DA META

Aumentar o peso dos aspectos culturais no desenvolvimento do turismo.

→ O QUE É O ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE DO TURISMO NACIONAL?

O Índice de Competitividade traz um diagnóstico dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional. Ele busca medir a capacidade de um destino de evoluir em relação a si mesmo. O índice é subdividido em 13 dimensões, dentre as quais, "aspectos culturais" contempla produção cultural associada a turismo, patrimônio histórico e cultural e estrutura municipal para o apoio à cultura.

→ COMO A POLÍTICA CULTURAL PODE IMPACTAR ESSE ÍNDICE?

A ideia para efetivação dessa meta era desenvolver ações que viabilizassem a adesão dos destinos turísticos priorizados pelo MTur ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), para potencializar sua política cultural e aumentar a sua avaliação dessa dimensão.

PREVISTO ATÉ 2024

Aumentar de 55,9% para 64,3% a dimensão dos aspectos culturais do Índice de Competitividade do Turismo Nacional do MTUR.

REALIZADO ATÉ 2022

Em 2015 a nota dos aspectos culturais chegou a 64,0%. Em 2015 o Índice foi descontinuado.

Fonte de aferição: Pesquisa de Índice de Competitividade do Turismo Nacional.





CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Por um tempo, mas foi interrompido.

O índice é um exemplo interessante de um esforço de medir o resultado das ações, mas não necessariamente reflete ações que a Política Cultural promoveu.

Em 2015, o Índice foi descontinuado. Essa situação evidencia o risco de utilizar um índice externo, sobre o qual não há governabilidade.

PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 4.1.

EM QUAL EIXO DA 4° CNC ESSE **TEMA SERÁ DISCUTIDO?**

Eixo 3 Identidade, Patrimônio e Memória.

Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade.





2012 >

Lançamento de editais de modernização e incentivo à memória do esporte olímpico e à arte contemporânea.

2013 ->

Contratação de consultoria na área de desenvolvimento sustentável da cultura e do turismo – com as possibilidades de um legado positivo a partir da realização dos grandes eventos esportivos de 2014 e 2016.

2014 ->

Lançamento do Guia do Patrimônio Cultural no País da Copa para incentivar o turismo cultural durante o evento.

2015 ->

Realização do seminário "Turismo Cultural Étnico sob a perspectiva da Economia da Cultura", com sua programação em torno das comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra.

2016 →

Primeira versão do Guia Brasileiro de Sinalização Turística elaborado pelo Iphan, em parceria com a Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) e o Denatran (Departamento Nacional de Trânsito);

Parceria com a Universidade Estadual de Alagoas (Uneal) para desenvolver um projeto integrado de fomento às atividades turísticas da região do Parque Memorial Quilombo dos Palmares;

Acordo de cooperação técnica entre MinC, Iphan, ICMBio, Fumdham e Governo do Piauí para regular e definir as atribuições específicas de cada um desses órgãos no que tange a gestão compartilhada do Parque Serra da Capivara.

2014 →

Projeto Conhecendo Museus, uma parceria entre Ibram, Empresa Brasil de Comunicação – EBC, Fundação José de Paiva Netto – FJPN e Ministério da Educação – MEC.

2017 →

Projeto de Geração de Emprego e Renda no Rio de Janeiro – Calendário Rio de Janeiro a Janeiro;

Pesquisas de impacto socioeconômico do réveillon 2017-2018;

1º Encontro Internacional Técnico de Cultura, Negócios e Turismo Étnico.

2018 ->

Assinatura do Compromisso de Goiás (Brasil – 200 Anos de Independência – O Patrimônio que nos une) com destaque para a necessidade de maximizar o potencial dos sítios declarados pela Unesco como Patrimônio Mundial como destinos turísticos patrimoniais.

2019 >

Promoção do Ano Patrimônio+Turismo, com o estabelecimento de 10 metas para a promoção da preservação do Patrimônio Cultural e a promoção turística sustentável;

Publicação do Decreto nº 9.763/2019, que regulamenta o disposto no inciso XI do caput do art. 5º da Lei nº 11.771/2008, com as diretrizes para a Política Nacional de Turismo para ordenar e a promover os segmentos turísticos relacionados com o Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil.

2020>

Atualização e lançamento do Guia Brasileiro de Sinalização Turística;

Ações de fortalecimento dos Sítios Patrimônio Mundial Brasileiros como destinos patrimoniais em face ao impacto da Covid-19.

2021 >

III SEMPAT - Seminário de Patrimônio e Turismo do Mercosul;

Participação no projeto de cooperação técnica internacional **Governança**, **gestão e uso do Patrimônio de Interesse Religioso no Mercosul**, proposto pelo Governo do Paraguai com financiamento da UNESCO;

Articulação e subsídios técnicos para a publicação de página dupla de promoção do Sítio Roberto Burle Marx na revista World Heritage, da Unesco, n. 100, edição de outubro de 2021, em 3 idiomas.

2022→

Relatórios periódicos dos 16 sítios património mundial em inglês para avaliação pela UNESCO em 2023. Acesse em: UNESCO World Heritage Centre – Periodic Reporting;

Disponibilização de materiais publicados pelo Iphan sobre o patrimônio cultural brasileiro de matriz africana para o estande brasileiro na IV edição da Semana da América Latina (SALC), organizado pelo Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe (GRULAC) na UNESCO.

RETOMADA MINC 2023

PATRIMÔNIO CIDADÃO

Em 2023, foi iniciada a implementação de 22 unidades do canteiro-modelo de conservação, que promove assistência técnica gratuita aos moradores de baixa renda em centros históricos numa parceria do Iphan com universidades e institutos federais, com um investimento total de mais de R\$ 65 milhões, aplicados nas cinco regiões do país.

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

Tivemos em 2023, mais de 2500 sítios arqueológicos cadastrados.

CAIS DO VALONGO

Após anos de negligência por parte do governo anterior, que quase resultou na perda do título de patrimônio mundial, foram retomadas, por parte do Governo Federal, as ações no Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, Patrimônio Mundial UNESCO desde 2017. Entre elas, a recriação do Comitê Gestor do Cais do Valongo, extinto em 2019 e empossado em março de 2023.





Aumento em 95% no emprego formal do setor cultural.

EXPLICAÇÃO

Criar mais de 1,3 milhão de empregos formais no setor cultural.

OBJETIVO DA META

Estimular a formalização do mercado de trabalho do setor cultural, de modo a reduzir a informalidade do trabalho artístico, dos técnicos, produtores e demais agentes atuantes no campo e valorizar o trabalhador da cultura.

→ COMO A POLÍTICA CULTURAL PODE IMPACTAR OS EMPREGOS FORMAIS?

O alcance desta meta depende de uma série de ações, entre elas a adequação da legislação trabalhista relacionada aos trabalhadores da cultura, assim como a regulamentação de diversas profissões do setor.

PREVISTO ATÉ 2024

Sair de 1.529.535 empregos formais do setor cultural em 2010 e chegar a 2.982.595 empregos formais do setor cultural no final da vigência do PNC.

REALIZADO ATÉ 2022

1.563.025 empregos formais do setor cultural. Os últimos dados disponibilizados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) são referentes a 2021.

Fonte de aferição: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).





CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Sim, mas sem consistência necessária.

A listagem de empregos culturais precisa ser revista.

Outra reflexão é sobre a proposição do valor da meta, considerando que o valor ficou muito abaixo do proposto, será que ela era factível?

PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 4.21, 4.31, 4.34.

EM QUAL EIXO DA 4º CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?

Eixo 5 Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade.



2012 >

O MinC atuou na formulação e execução de programas de forma a contribuir com essa meta. Entre as estratégias estão o aumento de oferta de formação para o setor, a ampliação do alcance do Programa Certific do MEC e a instalação dos Criativa Birô nos Estados para orientar os trabalhadores dos setores criativos.

2015 ->

Foi realizada audiência pública no Senado Federal para discutir a regulamentação da atividade de artesão.

2016 ->

Desenvolvimento do Atlas Econômico da Cultura Brasileira, uma ferramenta para o setor cultural compreender a real dimensão do mercado no que se refere aos diversos segmentos da cultura. No que tange à análise e ao dimensionamento do mercado de trabalho, o Atlas visa contribuir com a geração de indicadores e dados relevantes sobre o emprego e suas características para o setor cultural. A proposta é apresentar dados estatísticos que forneçam um quadro abrangente do mercado de trabalho cultural no Brasil de forma que esses dados, mensurações e tendências mostradas ajudem a redefinir o escopo de setores e atividades econômicas relacionadas à cultura.

2017 ->

O Ministério da Cultura celebrou o Acordo de Cooperação Técnica com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES com vistas à promoção de ações conjuntas que contribuam para a valorização da economia da cultura e para o fortalecimento de suas cadeias produtivas no Brasil.

2018 ->

O Ministério da Cultura publicou a Portaria MTB nº 656 de 22 de agosto de 2018 que aprova modelos de contrato de trabalho e de Nota Contratual para contratação de músicos, profissionais, artistas e técnicos de espetáculos de diversões.

2020>

Conveniamento do projeto de capacitação para empreendedores criativos por meio de duas edições do Curso de Produção Cultural (teoria e prática) voltado para elaboração e gestão de projetos culturais, culminando na produção de evento musical, denominado Projeto Viva Centro, na cidade de Salvador/BA.

RETOMADA MINC 2023

TRABALHADORES DA CULTURA

Quanto à atenção aos trabalhadores da Cultura, foram iniciadas as tratativas para elaboração da cartilha de Classificação Brasileira de Ocupações da Cultura; e para oferecer melhores condições de vida e trabalho no mundo da cultura, haverá o lançamento da plataforma de educação à distância para capacitação e formação para o mundo do trabalho em Cultura.

SEMINÁRIO DIÁLOGOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – MUNDO DO TRABALHO EM CULTURA

O evento tratou do ensino profissional e tecnológico no Brasil, desde a oferta de cursos nas áreas da cultura até as políticas públicas para formação técnica em cultura.



100% das escolas públicas de Educação básica com a disciplina de Arte no currículo escolar regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural.

OBJETIVO DA META

Garantir plena cidadania cultural e qualidade de ensino, assim como o fortalecimento das relações entre Cultura e Educação na escola.

PREVISTO ATÉ 2024

Que 158.650 escolas públicas de educação básica ministrem a disciplina de arte.

REALIZADO ATÉ 2022

Total de 137.335 de escolas públicas de educação básica em 2022, das quais 105.653 escolas públicas ministravam a disciplina de arte em 2022.

Fonte de aferição: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.



CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Em partes, o indicador tem problemas de cálculo.

Conseguimos medir ao longo dos anos quantas escolas públicas ministram a disciplina de artes.

Apesar do indicador aparentemente positivo, se observamos a tendência a partir da análise da série histórica, constatamos que tanto o número de escolas públicas quanto o número de escolas públicas que ministram a disciplina de Artes vêm diminuindo nos últimos anos.

PROPOSTAS DA 3º CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 2.22 e 2.40

EM QUAL EIXO DA 4° CNC ESSE **TEMA SERÁ DISCUTIDO?**

Eixo 5 Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade.



VOCÊ SABIA?

O ensino da Arte como parte obrigatória do currículo regular remonta à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/96). A inserção do ensino obrigatório de Arte foi fruto do movimento de arte-educadores e culminou também na sua concepção como conhecimento capaz de promover o desenvolvimento cultural dos alunos (LDB, art. 26, § 2), razão pela qual passa a ser uma disciplina e não atividade educativa conhecida genericamente como Educação artística.





2012 ->

Levantamento sobre o déficit entre o número de escolas públicas e o número de docentes licenciados em arte em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP);

Realização de diversos debates a respeito de políticas e experiências que integram cultura e educação.

2013 ->

Seminário "Construção de um Plano Articulado para Cultura e Educação" com lançamento de publicação, na Câmara dos Deputados;

Consolidação da Rede Nacional de Cultura para Educação;

Articulação junto ao Conselho Nacional de Educação para regulamentação da Lei Nacional de Educação para regulamentação da Lei nº 11.769/2008, que altera a LDB e torna obrigatório o ensino de música na educação básica;

Mobilização para real implementação da Lei nº 10.639/2008, que obriga o ensino das culturas indígenas e da cultura afro-brasileira nas escolas de educação básica;

Termo de Cooperação com a Universidade de Brasília de pesquisas para integração dos saberes populares nas instituições de Ensino Formal.

2014 ->

Seminário Conexões: Educação, Cultura e Arte, em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj/MEC) e o Mestrado em Educação, Cultura e Identidades (UFRPE/Fundaj);

Mapeamento das práticas culturais na educação infantil no Brasil, abrangendo as 5 regiões brasileiras em parceria com Universidade Federal do Ceará – UFC.

2015 →

Fórum Interministerial de Educação Integral, no III Fórum de Educação Integral de Pernambuco – Educação e Cultura: desafios da política e do currículo.

2016 >

O MinC instituiu o Programa Nacional de Formação Artística e Cultural – PRONFAC pela Portaria MinC nº 37, de 5 de maio de 2016;

Acordo de Cooperação Técnica 001/2016 entre o junto ao Ministério da Educação consolida incorpora a educação infantil nos três programas – Mais Cultura nas Escolas, Mais Cultura nas Universidades e Pronatec Cultura.

2021 >

A superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Piauí realizou, por meio virtual, a mesa-redonda para discutir o ensino da capoeira nas escolas do Piauí;

RETOMADA MINC 2023

Em parceria das pastas de Cultura e Educação, foram estabelecidas metas para ampliação progressiva da oferta de artes e de formação cultural nas escolas de tempo integral, retomando o papel da cultura na formação de crianças e jovens brasileiros.



20 mil professores de Arte de escolas públicas com formação continuada.

OBJETIVO DA META

Desenvolvimento de uma série de habilidades ao docente essenciais para elevar a qualidade do ensino de Arte no ensino médio.

→ O QUE É FORMAÇÃO CONTINUADA?

A formação continuada do professor de Arte é entendida como todas as formas deliberadas e organizadas de aperfeiçoamento profissional do docente mediante palestras, seminários, encontros, grupos de estudo, oficinas, cursos presenciais e a distância.

PREVISTO ATÉ 2024

20.000 professores com formação continuada.

REALIZADO ATÉ 2022

Total de 4.920 professores com formação continuada . A última informação é de 2016, pois a execução da política foi descontinuada.

Fonte de aferição: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e Ministério da Cultura.





CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Sim, conseguimos dizer quantos profissionais foram formados. Mas, o resultado final, que é maior qualidade no ensino oferecido não está sendo medido.

PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 2.11 e 2.40

EM QUAL EIXO DA 4º CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?

Eixo 2 Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social.

Eixo 6 Direito às Artes e Linguagens Digitais.



PARA REFLETIR

Em 2022, dos 36.691 professores que ministravam artes no Ensino Médio, 13.954 possuíam licenciatura no campo das artes (artes visuais, dança, música e teatro).





2012 ->

Pesquisa-ação para formular princípios capazes de orientar políticas de cultura voltadas para a educação em parceria com a Casa da Arte de Educar;

Mapeamento e georreferenciamento dos Territórios Educativos referentes às escolas públicas da Educação Básica, com equipamentos culturais, de saúde e pontos de cultura.

2013 →

O MinC realizou a Pesquisa-Ação "Plano Articulado para Cultura e Educação" – reunindo 1.664 atores, de 26 estados e 180 municípios, participaram presencialmente da pesquisa representantes do setor público (63,8%) e da sociedade civil (36,2%);

Lançamento do portal Cultura Educa (http://culturaeduca.cc);

Estudos e pesquisas para integração dos saberes populares nas instituições de Ensino Formal em parceria com a Universidade de Brasília.

2014 →

I Encontro Nacional de Ensino Superior das Artes, em Ouro Preto – para mobilizar e articular Instituições Públicas de Ensino Superior das Artes.

2015 →

Encontro de Cultura e Artes no Currículo: saberes, artes & territórios com 200 professores, gestores e artistas;

l Encontro Nacional Cultura e Primeira Infância;

III Fórum de Educação Integral de Pernambuco – Educação e Cultura: desafios da política e do currículo;

13 rodas de conversa do Programa Mais Cultura nas Escolas (encontros organizados nos territórios com o apoio dos Comitês de Educação Integral e das Secretarias de Educação), em 11 estados brasileiros, mobilizando, aproximadamente, 1.100 professores;

Seminário Nacional de Formação Artística e Cultural, com 500 professores, para promover o debate em torno da formação artística e cultural e de colher subsídios para formulação da política pública e do Programa Nacional de Formação Artística e Cultural;

Projeto de Integração Universidade & Escola: Parceria entre MinC e UNB com o objetivo de desenvolver estudos e desenvolvimento de Material Instrucional para Formação Continuada para 1.000 Professores (as) de Artes do Centro-Oeste.

2016 ->

O MinC instituiu o Programa Nacional de Formação Artística e Cultural – PRONFAC, instituído pela Portaria MinC nº 37/2016. Um dos objetivos do acordo é valorizar a formação de professores na perspectiva de ampliação de seus repertórios culturais;

Programa de Alfabetização Audiovisual: consiste em um conjunto de ações realizadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em parceria com as Secretarias Municipais da Cultura e da Educação de Porto Alegre, financiadas pelo Ministério da Educação – Programa Mais Educação;

No âmbito do Programa Mais Cultura nas Universidades houve a capacitação de 26 professores nas Oficinas de Formação de Contadores de Histórias.

2018 >

Acordo estabelecido entre o então Ministério da Cultura e o Ministério da Educação sofreu uma descontinuidade a partir de 2016, o que impactou na implementação do Programa de Incentivo à Formação Continuada de Professores de Artes que atuam nas escolas.

2020

Realização de oficinas sobre fortificações para qualificar professores da rede pública em Santa Catarina. As oficinas visavam atender às recomendações da Unesco em relação à gestão de bens reconhecidos como Patrimônio Mundial.

2021 >

Lançamento do curso de Educação Patrimonial, Diversidade e Meio Ambiente, destinado a professores da rede pública.

2022

Pactuação de Termo de Descentralização de recurso com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia Artes e Culturas na Casa do Duca – Educar para um mundo igualitário, sensível e belo. A parceria tem como objetivo promover atividades artísticos-culturais nas linguagens do Teatro, Circo, Música, Literatura, Cultura Popular e Artes Visuais no Centro de Artes de Amargosa: Diversidade, Universidade, Cultura e Ancestralidade – Casa do Duca, visando: a formação de público (estudantes e professores da escola básica, especialmente da rede pública, licenciandos do Centro de Formação de Professores/UFRB, líderes comunitários, público geral da cidade de Amargosa, Vale do Jiquiriçá e região); a qualificação da educação no que tange à temática Arte-Educação; a qualificação da formação inicial e continuada de professores; e a valorização da cultura popular em suas distintas dimensões e linguagens;

Pactuação de Termo de Fomento projeto nº 929399/2022 que teve como objeto a capacitação de educadores na área da Cultura/Educação com Acessibilidade.





100 mil escolas públicas de Educação Básica desenvolvendo permanentemente atividades de arte e cultura.

EXPLICAÇÃO

Oferecer atividades de arte e cultura em 100 mil escolas públicas de Ensino Básico em horário complementar ao turno escolar.

OBJETIVO DA META

Ampliar o desenvolvimento de atividades de arte e cultura nas escolas de educação básica do país, em diálogo com os projetos político-pedagógicos das mesmas e contemplando a diversidade e a regionalidade cultural.

PREVISTO ATÉ 2024

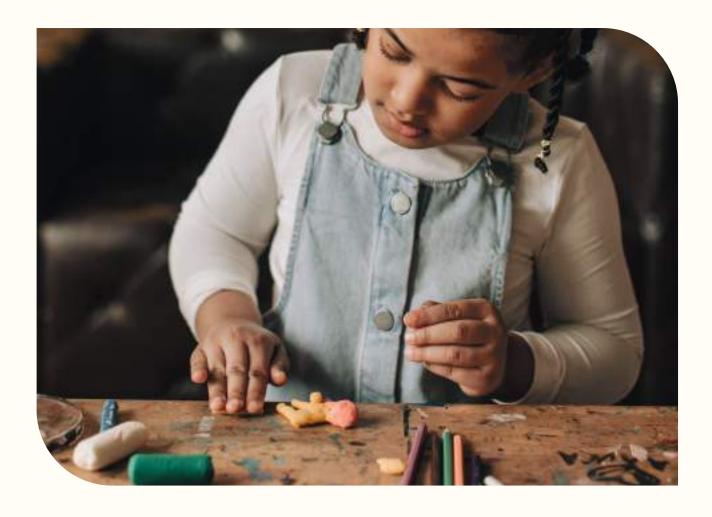
100 mil escolas públicas de Educação Básica atendidas, desenvolvendo permanentemente atividades de arte e cultura (Programa Mais Cultura nas Escolas). A última informação é de 2014, pois a execução do programa foi descontinuada.

REALIZADO ATÉ 2022

5.069 escolas atendidas.

Fonte de aferição: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e Ministério da Cultura.





CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Por um tempo, mas foi interrompido.

A partir do levantamento do número de escolas públicas de Educação Básica que estão desenvolvendo permanentemente atividades de arte e cultura, é possível monitorar se houve ampliação do desenvolvimento dessas atividades. Entretanto, o Programa Mais Cultura nas Escolas foi descontinuado.

PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 2.1, 2.14,

2.22 e 4.5

EM QUAL EIXO DA 4º CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?

Eixo 2 Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social.

Eixo 6 Direito às Artes e Linguagens Digitais.







2012 ->

Começaram as tratativas entre MEC e MinC para a ampliação da oferta de cursos de licenciatura aos professores da educação básica no âmbito do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR).

2013 >

Lançamento do Programa Mais Cultura nas Escolas, uma parceria entre MEC e MinC, que visa promover ações entre o projeto pedagógico de escolas públicas contempladas com os Programas Mais Educação e Ensino Médio Inovador com experiências culturais em curso nas comunidades locais;

2014 ->

Monitoramento de escolas do Programa Mais Cultura nas Escolas da região nordeste em parceria com a Universidade Federal de São Paulo, que foram atendidas 110 escolas;

Edital "Escola: lugar de brincadeira, cultura e diversidade", promovido em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC), teve como objetivo identificar e premiar centros de educação infantil públicos, conveniados ou comunitários que desenvolvem ações comprometidas com a infância e a diversidade, tendo o brincar como principal linguagem e manifestação cultural;

Edital Prêmio Funarte de Concertos Didáticos, que selecionou 42 projetos para a realização de concertos didáticos em escolas da rede pública, contempladas em 2014.

2015 ->

Acompanhamento da execução dos planos de atividades culturais no âmbito do Programa Mais Cultura nas Escolas em todas as regiões do país, realizando visitas em 10 estados brasileiros mais o Distrito Federal;

Reuniões realizadas junto a Diretoria de Currículos e Educação Integral no MEC, na articulação da pauta de cultura em diálogo com o Programa Ensino Médio Inovador.

2016 ->

Realização do piloto "Conhecendo a nossa história: da África ao Brasil" para a distribuição de O2 (duas) publicações: o livro "O que você sabe sobre a África? Uma viagem pela história do continente e dos afro- brasileiros" e a revista temática customizada pedagógica denominada "Coquetel";

Programa Nacional de Formação Artística e Cultural – PRONFAC, instituído pela Portaria MinC nº 37/2016, prevê a promoção da intersetorialidade entre cultura e educação por meio dos programas Mais Cultura nas Universidades, Mais Cultura nas Escolas e ProExt Cultura e Arte;

Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2016, firmado entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação, que visa o desenvolvimento de ações conjuntas para a implementação de uma política articulada e integrada entre cultura e educação.

2018 ->

O Programa Mais Cultura nas Escolas, lançado em conjunto entre o então Ministério da Cultura e o Ministério da Educação, que selecionou 5 mil escolas em 2012, para o desenvolvimento de processos educativos que envolvessem iniciativas culturais. Foi interrompido pelo MEC em 2017;

Lançamento do prêmio Funarte Arte e Educação 2018 para selecionar e premiar propostas artísticas e planos de trabalho nas linguagens de Artes Visuais, Música, Dança, Circo e Teatro, em quaisquer meios e formatos, que promovam o reconhecimento e incentivem a continuidade de iniciativas inovadoras e experimentais no campo da arte e educação.

2021 >

Parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para realizar o Programa de Alfabetização Audiovisual. O projeto tem como objetivo promover o acesso ao cinema no universo escolar, formar professores e produzir vídeos estudantis;

Realização das oficinas Arte Iny Karajá Patrimônio Cultural do Brasil. Elas abordam temas da cultura das aldeias nas escolas indígenas, por meio da publicação Arte Iny Karajá Patrimônio Cultural do Brasil;

Série de vídeos intitulada "Interpretando o acervo: Ofícios e Saberes" para que mais de 180 escolas estaduais dos 36 municípios que compõem a mesma região do Campo das Vertentes recebam a série de vídeos.

2022

Realização de 13 Termos de Fomento cuja temática se relacionam ao contexto da meta 14 do PNC e que beneficiaram 171 escolas.

RETOMADA MINC 2023

Em 2023 as pastas de Cultura e Educação retomaram a parceria histórica e necessária, construindo um acordo de cooperação envolvendo ações integradas e articuladas para ampliação progressiva da oferta de artes e de formação cultural nas escolas de tempo integral, retomando o papel da cultura na formação de crianças e jovens brasileiros. Também iniciaram a regulamentação da Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), instituída pela Lei nº 13.696 de 2018, estratégia de promoção do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas de acesso público no Brasil.





Aumento em 150% de cursos técnicos, habilitados pelo Ministério da Educação (MEC), no campo da arte e cultura, com proporcional aumento de vagas.

EXPLICAÇÃO

Ampliar a oferta de vagas em cursos técnicos nas áreas das artes, designer e produção cultural.

OBJETIVO DA META

Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores, visando a formação de profissionais cada vez mais capacitados diante das fortes exigências do mercado.

PREVISTO ATÉ 2024:

1.745 cursos técnicos nos campos de arte e cultura na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. 2.733 matrículas efetuadas no Eixo Tecnológico Produção Cultural e Design, as matrículas efetivadas por todos os demandantes.

REALIZADO ATÉ 2022

A última informação é de 2018, pois a execução do programa foi descontinuada.

Em 2018, havia 39 cursos técnicos nos campos de arte e cultura na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

175.214 matrículas efetivadas por todos os demandantes.

Fonte de aferição: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e Ministério da Cultura

EXECUÇÃO



DESEMPENHO

não é possível mensurar por falta de informação.



CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Não, estamos medindo outra informação.

O indicador estava incompatível com o título da meta, haja vista que o título diz que deveria aumentar o número de cursos técnicos com o proporcional aumento de vagas. Porém, no indicador, não especificou como seria a fórmula para o número de vagas, se restringindo apenas ao número de cursos. O indicador de matrícula para a meta parece ser mais adequado do que a soma dos cursos para acompanhar o cumprimento do objetivo da política.

PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 2.11; 3.36; 4.13.

EM QUAL EIXO DA 4º CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?

Eixo 2 Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social.

Eixo 6 Direito às Artes e Linguagens Digitais.



OBSERVAÇÃO

Em 2011, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

Nesse contexto, o Ministério da Educação (MEC) reviu e atualizou o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT).

Para melhor monitorar esta meta, optouse por mudança no seu indicador, passando a ser considerado o aumento no número de matrículas efetuadas no eixo "produção cultural e design".

A medição desta meta passou a ser feita pela soma das matrículas efetuadas anualmente em cursos no eixo citado, pelas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

.....



2012 ->

O Ministério da Cultura passou a ser demandante de vagas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o que possibilitou a expansão na implantação dos cursos técnicos de cultura em todas as regiões brasileiras;

Realização do primeiro encontro do ciclo "Seminários Técnica e Arte: a educação profissional e tecnológica em cultura" em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ).

2013 ->

Projeto "Técnica e Arte: Educação Profissional e Tecnológica em Cultura", em cooperação com o Instituto Técnico Federal do Rio de Janeiro – estudos, pesquisas e articulação junto à sociedade civil para elaboração de um projeto de campus de Institutos Federais voltado às artes e à cultura no âmbito da EPCT (Educação Profissional Científica e Tecnológica).

2014 ->

Realização do I Encontro Nacional de Ensino Superior das Artes, em Ouro Preto – que teve como objetivo mobilizar as Instituições Públicas de Ensino Superior das Artes para dialogar sobre ações que promovam o fortalecimento e a ampliação de programas e cursos voltados para a formação, pesquisa e extensão em arte e cultura.

2015 →

Realização de mapeamento de demandas junto às Secretarias Estaduais /Fundação de Cultura;

Mobilização do Sistema S, Institutos Federais - IFs, escolas técnicas para oferta de Mobilização e sensibilização de ofertantes (Sistema S, IFs, escolas técnicas) para oferta de cursos do Eixo Tecnológico Produção Cultural e Design.

2016 ->

O MinC mapeou 72.744 vagas na área da cultura para os cursos técnicos. Contudo, o MEC não pactuou nenhuma vaga.

2017 ->

O MinC pactuou um total 74.650 vagas na área da cultura para os cursos técnicos, considerando a Formação Inicial e Continuada (FIC) e os cursos técnicos.

2018 >

O Ministério da Cultura pactuou um total de 7.765 vagas na área da cultura para os cursos técnicos, considerando a Formação Inicial e Continuada (FIC) e os cursos técnicos;

RETOMADA MINC 2023

Em 2023, o MinC iniciou a formulação do Programa Nacional de Formação e Qualificação para o Mundo do Trabalho em Cultura, que nos próximos anos desenvolverá atividades de ampliação e descentralização de ações formativas, cursos técnicos, tecnológicos e acadêmicos. Além disso, foram ofertadas bolsas que incentivam a formação de profissionais da cultura e a inserção destes profissionais de forma descentralizada e articulada, contribuindo para a formação cidadã e da inclusão da diversidade e acessibilidade no Mundo do Trabalho em Cultura.



Aumento em 200% de vagas de graduação e pós-graduação nas áreas do conhecimento relacionadas às linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura, com aumento proporcional do número de bolsas.

OBJETIVO DA META

Formar mais profissionais de nível superior na área da cultura para qualificar o mercado de trabalho do campo cultural.

A meta também deverá ser distribuída no território de forma equitativa em atendimento às desigualdades regionais.

PREVISTO ATÉ 2024

1.695,300 matrículas nos cursos de graduação nas áreas de arte e cultura; e 87.990 matrículas nos curso de pós-graduação nas áreas de arte e cultura.

REALIZADO ATÉ 2022

790.376 matrículas nos cursos de graduação nas áreas de arte e cultura; e 51.395 matrículas nos cursos de pós-graduação nas áreas de arte e cultura.

Dados referentes à 2021 porque até o fechamento desta cartilha o MEC não havia disponibilizado somente os dados de 2022.

Fonte de aferição: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Geocapes e Ministério da Cultura.





CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Em partes, o indicador é impreciso.

Destaca-se que há uma imprecisão na definição das áreas do conhecimento relacionadas às linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas afins à cultura, o que prejudica a medição do objetivo da meta. PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 2.11; 3.36; 4.13.

EM QUAL EIXO DA 4º CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?

Eixo 2 Democratização do acesso à Cultura e Participação Social.

Eixo 6 Direito às Artes e Linguagens Digitais.



2013 ->

I Seminário Cultura e Universidade – Bases para uma política nacional de cultura para as instituições de Ensino Superior. O ciclo de oficinas gerou a produção da minuta para instituir o Programa Nacional de Formação em Arte, Cultura e Inovação (PRONACULT).

2014 ->

I Encontro Nacional do Ensino Superior das Artes, na cidade de Ouro Preto/MG;

Pós-graduação Memória e Acervos da FCRB.

2015 →

Foi iniciada a implementação do Programa Mais Cultura nas Universidades, parceria entre MinC e MEC, nas 101 Instituições Federais de Ensino Superior – IFES do país, tendo sido classificadas 98 Instituições no Edital Mais Cultura nas Universidades;

O Programa, voltado para a produção, implementação e institucionalização de planos de cultura nas Universidades e nos Institutos Federais de Ensino Superior, tinha entre seus objetivos, fortalecer e descentralizar a oferta presencial e a distância de cursos e programas de qualificação profissional, cursos técnicos de nível médio e cursos de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão.

2017 ->

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal de Mato Grosso aprovou a criação do Programa de Inclusão de Estudantes Quilombolas (Proinq). O programa previa uma política de ação afirmativa para o ingresso de estudantes quilombolas do Estado de Mato Grosso na UFMT, com a oferta de 100 vagas anuais, por um período de dez anos.

RETOMADA MINC 2023

SEMINÁRIO NACIONAL DE CULTURA E EDUCAÇÃO - APRENDER PARA CONSTRUIR.

A iniciativa, em parceria com o Ministério da Educação (MEC) objetivou promover o debate sobre a construção de políticas públicas intersetoriais que destaquem a integração entre educação, arte e cultura como estratégias fundamentais para a criação de repertórios e a democratização de atividades culturais e educativas.

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO EM CULTURA

Em fase de formulação, o Programa desenvolverá nos próximos anos, ações de ampliação e descentralização de atividades formativas, cursos tecnológicos e acadêmicos; além da oferta de bolsas que incentivem a formação de profissionais da cultura, a inserção destes profissionais de forma descentralizada e articulada, que desenvolva formação cidadã, com garantia da diversidade e acessibilidade no Mundo do Trabalho em Cultura.





20 mil trabalhadores da cultura com saberes reconhecidos e certificados pelo Ministério da Educação (MEC).

OBJETIVO DA META

A certificação profissional é um importante recurso que, ao reconhecer a competência do conhecimento adquirido fora das escolas, pode, ao mesmo tempo, organizar o mercado de trabalho, promover a produtividade e ser um mecanismo de inclusão social e profissional.

PREVISTO ATÉ 2024

Reconhecer os saberes de 20 mil trabalhadores de Cultura.

REALIZADO ATÉ 2022

Meta iniciada mas não cumprida.

Fonte de aferição: Ministério da Cultura e Ministério da Educação.





CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Não , pois não há dados para aferi-la.

O indicador se tornou inviável uma vez que a Rede Certific não funcionou e a meta não foi iniciada. PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 2.11; 2.22; 3.36;

3.39 ; 4.29 ; 4.5

EM QUAL EIXO DA 4º CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?

Eixo 2 Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social.

Eixo 5 Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade.







PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

2012 →

Seminários Técnica e Arte: a educação profissional e tecnológica em cultura, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ);

Articulação para a expansão da certificação dos trabalhadores da cultura, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec (inclusão do Certific na Bolsa Formação);

A Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Rede Certific) é uma política pública de educação profissional e tecnológica voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e a certificação de saberes adquiridos em processos formais e não formais de aprendizagem.

2013 →

O MinC atuou na articulação com a Sociedade Civil para a inclusão de cursos no programa Certific, em diálogo com demandas levantadas pela Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica SETEC-MEC.

2015 >

O Ministério da Cultura em parceria com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, e outros ministérios, realizou agenda para discussão de estratégias de identificação de demandas e mobilização de públicos para acesso aos processo de certificação profissional, por meio da Rede Certific.

2016 >

O Ministério da Cultura firmou o Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2016 junto ao Ministério da Educação que prevê o estabelecimento de ações de reconhecimento dos mestres de saberes tradicionais nos processos formativos na educação básica, no ensino técnico e profissional e educação superior;

No âmbito do acordo, entre as ações intersetoriais a serem implementadas, destaca-se, promover ações de certificação de saberes pelo MEC a trabalhadores de todas as áreas da cultura.



Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura.

OBJETIVO DA META

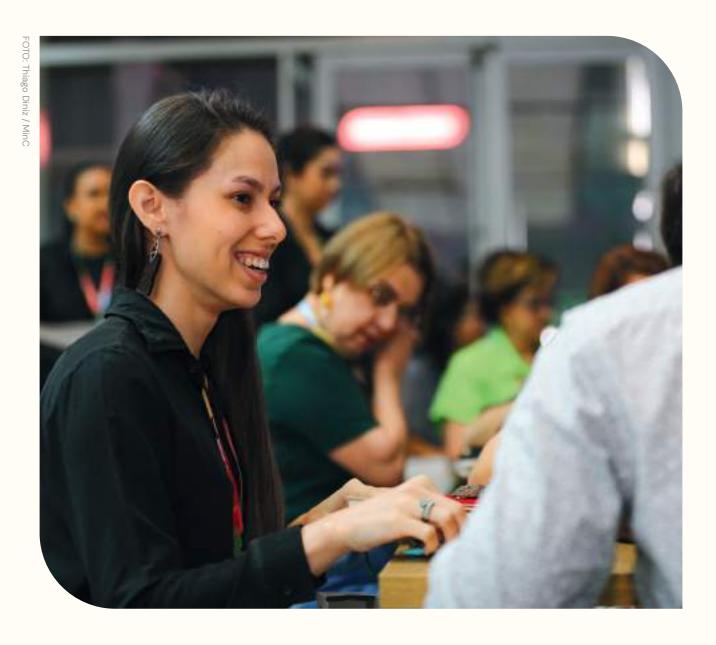
Esta meta tem como objetivo qualificar artistas, profissionais da cultura e gestores para a área cultural.

PREVISTO ATÉ 2024

FOTO: Vitor Vasconcelos / MinC







CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Em partes, pois o indicador da meta é diferente do seu enunciado. Além disso, cada unidade do MinC tem uma fonte de informações e um conceito de capacitação diferente para medir o indicador da meta. PROPOSTAS DA 3° CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 1.14; 2.11; 4.13

EM QUAL EIXO DA 4º CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?

Eixo 2 Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social.

Eixo 6 Direito às Artes e Linguagens Digitais.



PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

Entre as atividades realizadas nesta meta, verificou-se que ao longo dos anos foram realizadas mais de 262 atividades entre oficinas, palestras, cursos, convênios, seminários, colóquios, fóruns e encontros sobre cultura.

RETOMADA MINC 2023

PROGRAMA OLHOS D'ÁGUA

Apoio para geração de espaço de pesquisa, difusão, formação para artistas e melhoria da infraestrutura de formação em estados e municípios – seleção de 70 projetos por meio do Edital Escolas Livres de Formação em Arte e Cultura, distribuídos em todo o Brasil, no valor global de R\$20 milhões.

FUNARTE RETOMADA

236 projetos selecionados por meio de 5 editais setoriais para iniciativas de criação, pesquisa, memória, formação e intercâmbio.

ESCOLA NACIONAL DE CIRCO LUIZ OLIMECHA

Formação técnica de 53 artistas circenses, alunos da única escola pública federal para o circo brasileiro.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Foram celebrados 72 termos de colaboração com Organizações da sociedade civil (OSC) para o desenvolvimento de projetos educativos que contribuam para o reconhecimento, a valorização e a preservação do Patrimônio Cultural brasileiro.

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO EM CULTURA

Em fase de formulação, o programa desenvolverá nos próximos anos ações de ampliação e descentralização de atividades formativas, cursos técnicos, tecnológicos e acadêmicos; além da oferta de bolsas que incentivem a formação de profissionais da cultura, a inserção destes profissionais de forma descentralizada e articulada, que desenvolva formação cidadã, com garantia da diversidade e acessibilidade no Mundo do Trabalho em Cultura.

RETOMADA SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS

O Seminário Internacional de Políticas Culturais reúne pesquisadores, especialistas e gestores para apresentação e discussão de trabalhos que promovam a reflexão e o debate entre estudantes, pesquisadores, professores e demais profissionais que atuem ou tenham como objeto de estudo a área das políticas culturais. Tivemos 120 pessoas apresentando trabalhos e 550 pessoas ouvintes e participantes dos debates presencialmente.

IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA CÁTEDRA UNESCO DE POLÍTICAS CULTURAIS E GESTÃO

Com o tema "Processos formativos no campo das políticas culturais: ações e reflexões", o evento é um encontro de especialistas, gestores e membros das Cátedras UNESCO, aberto ao público.

A Cátedra UNESCO de Políticas Culturais e Gestão foi instalada com o objetivo de se constituir com um centro de excelência, com um polo de estudos avançados, em torno do qual seja articulada uma rede de pesquisadores, de maneira a contribuir com os processos de disseminação de conhecimento.





Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento.

OBJETIVO DA META

Potencializar a produção do conhecimento em cultura com iniciativas de fomento a produtores de conhecimento.

PREVISTO ATÉ 2024

Em 2024, deveria haver 962 pessoas beneficiadas por programas de fomento à pesquisa e difusão do conhecimento.

REALIZADO ATÉ 2022

De 2010 a 2024 a quantidade total de beneficiados por ações de fomento e pesquisa foi de 8.475 pessoas.

Fonte de aferição: Ministério da Cultura.





CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Em partes, o indicador é impreciso.

A meta deixa em aberto a definição do que é fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento, o que dificulta a sua mensuração.

PROPOSTAS DA 3º CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 2.11.

EM QUAL EIXO DA 4º CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?

Eixo 2 Democratização do acesso à Cultura e Participação Social.

Eixo 6 Direito às Artes e Linguagens Digitais.



PARA REFLETIR

Na listagem de atividades realizadas nessa meta, conseguimos ver uma grande quantidade de iniciativas de apoio e premiação de pesquisas. Entretanto, as iniciativas são dispersas, parece faltar uma reflexão mais estruturante sobre como aproximar a pesquisa e a produção de conhecimento das políticas culturais. Quais são os principais campos, eixos, perguntas de investigação que a política cultural precisa nesse novo cenário? Como organizar junto às universidades redes engajadas e articuladas de reflexão e pesquisa? Como organizar a gestão desse conhecimento para que os achados das diferentes pesquisas estejam acessíveis, dialoguem, se somem?







PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

2012 >



462 Bolsas concedidas para apoio à pesquisa, nos seguintes programas, áreas e temáticas:

- 53 bolsas no Programa Nacional de Apoio à Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional, da Fundação Casa de Rui Barbosa;
- 15 bolsas de Estímulo à Produção em Artes Visuais, Interações Estéticas e Residências Artísticas;
- 394 projetos apoiados pelo Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural do Fundo Nacional de Cultura;
- Edital com 19 bolsas para pesquisadores negros.

48 Prêmios concedidos:

- 1º Prêmio Luso-Brasileiro de Dramaturgia Antônio José da Silva 10 iniciativas no Prêmios Funarte de Produção Crítica em Música;
- 2 iniciativas no Prêmio Mário Pedrosa;
- 12 iniciativas no Prêmio Memória do Esporte Olímpico;
- · 10 iniciativas no Prêmio Memórias Brasileiras;
- · Lançamento do II Prêmio Palmares.

Cursos, residências, congressos e estudos:

- Realização do VII Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros/as;
- Apoio à produção de publicações sobre cultura afrobrasileira, cultura afro-latina e africanidades.

121 Bolsas concedidas para apoio à pesquisa, nos seguintes programas, áreas e temáticas:

- 14 Bolsas de Estímulo à Produção em Artes Visuais;
- 50 Bolsas Funarte para a Formação em Artes Circenses;
- 32 Bolsas por meio do Edital Público do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa (PNAP);
- 25 Bolsas para o mestrado profissional em preservação do patrimônio cultural.

Cursos, residências, congressos e estudos:

- · Apoio a ida de 16 estudantes brasileiros para a Escola de Cinema de Cuba;
- Realização de Estudo Qualitativo de Acesso à Informação em Bibliotecas Públicas.

2014 ->

70 Bolsas concedidas para apoio à pesquisa, nos seguintes programas, áreas e temáticas:

- 25 Bolsas para o mestrado profissional em "Preservação do Patrimônio Cultural";
- 31 Bolsas a pesquisadores e pesquisadores residentes, para incentivar a produção de trabalhos originais via acervo da BN.
- Edital para concessão de 14 bolsas para pesquisadores negros, em cooperação com a SEPPIR-PR.

193 Prêmios concedidos:

• 193 pessoas beneficiadas pelo Prêmio Funarte Carequinha de Estímulo ao Circo.

Cursos, residências, congressos e estudos:

- 149 pessoas beneficiadas pelo Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural no eixo "Formação e Capacitação";
- Apoio a ida de 17 estudantes brasileiros à Escola de Cinema de Cuba;
- Apoio a 5 processos de criação e residência artística do Iberescena (circo, dança e teatro).

2015 ->

213 Bolsas concedidas para apoio à pesquisa, nos seguintes programas, áreas e temáticas:

- 28 bolsas concedidas para pesquisas nas áreas de ciências humanas e sociais ensejando a produção de publicações que estudem e divulguem o acervo da Biblioteca Nacional;
- 33 bolsas concedidas por meio do programa de bolsas nas áreas museológicas e do patrimônio cultural e 29 por meio Programa de bolsas na área do conhecimento literário, científico e cultural;
- 25 Bolsas para o mestrado profissional em "Preservação do Patrimônio Cultural";
- · 60 Bolsas Funarte para formação em Artes Circenses;
- 45 Bolsas Funarte de Fomento aos Artistas e Produtores Negros;
- Programa Rede Nacional Funarte Artes Visuais 12ª Edição que selecionou 22 projetos de reflexão crítica sobre as artes visuais.

142 Prêmios concedidos:

- 113 iniciativas premiadas no Prêmio Funarte Carequinha de Estímulo ao Circo-2015;
- 12 iniciativas premiadas no XV Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia;
- 17 iniciativas premiadas no Prêmio Funarte de Arte Contemporânea;

Cursos, residências, congressos e estudos:

- Pós graduação de gestão cultural, por meio do Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste;
- Apoio a ida de 13 estudantes brasileiros à Escola de Cinema de Cuba;
- 1ª Chamada Pública de Pesquisas do Centro Lucio Costa para seleção de 10 projetos referentes à preservação e gestão do patrimônio cultural;
- 1º Chamada Pública Edital de Artigos do Centro Lucio Costa para seleção de 10 artigos;
- Publicação de 4 livros pelo Programa Edições Funarte. As publicações buscam contribuir para a divulgação, memória e reflexão sobre as políticas para as artes no Brasil e suas respectivas linguagens artísticas: música, teatro, dança, circo e artes visuais.

2016 >

269 Bolsas concedidas para apoio à pesquisa, nos seguintes programas, áreas e temáticas:

- 19 bolsas a pesquisadores, por meio do Edital do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa;
- 79 bolsas por meio do Programa de bolsas de incentivo à produção do conhecimento técnico e científico;
- Fomento de duas pesquisas sobre a demanda de consumo do audiovisual no Brasil, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);
- 8 bolsas para alunos de graduação, pós graduação e docentes, para o projeto Territórios Criativos;
- Benefício a 117 pesquisas no âmbito do Observatório Brasileiro da Economia Criativa (OBEC);
- 10 bolsas para aluno e pesquisador por meio do IV Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura;
- 40 bolsas para aluno e pesquisador por meio do Programa Mais Cultura nas Universidades, parceria entre MinC e MEC, nas 101 Instituições Federais de Ensino Superior – IFES do país, tendo sido classificadas 98 instituições no Edital Mais Cultura nas Universidades;
- 35 bolsas para aluno e pesquisador por meio do Projeto Corredor Cultural;
- 59 bolsas de Formação em Artes do Circo 19 bolsas Funarte para Formação em Artes Cênicas.

2017 ->

286 Bolsas concedidas para apoio à pesquisa por meio do Edital do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

- 149 bolsas por meio do Programa de bolsas de incentivo à produção do conhecimento técnico e científico;
- 115 bolsas para formação em Artes Circenses;
- 08 pesquisas do projeto Funarte de Pesquisa Musical;



- Benefício a 3 pessoas por meio do Estágio Internacional do programa Iberbibliotecas, e benefício a 61 pessoas por meio dos Cursos de Formação do Programa Iberbibliotecas;
- Seleção de 10 projetos de pesquisa de Economia Criativa do Edital de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

Cursos, residências, congressos e estudos:

· Lançamento do Mapa de Residências Artísticas do Mercosul.

2018 >

149 Bolsas concedidas para apoio à pesquisa

- 63 bolsas por meio do Programa de bolsas de incentivo à produção do conhecimento técnico e científico;
- Benefício a 50 pessoas por meio da Bolsa Funarte para formação em Artes Circenses;
- Benefício a 3 pessoas por meio do Iberescena: Apoio a processos de criação e residência artística – Circo, Dança e Teatro –, 2 pessoas no Ibermúsicas – Residências de compositores, 1 pessoa no Ibermúsicas;
- · Benefício a 20 pessoas por meio do Estágio Internacional do programa Iberbibliotecas;
- Benefício a 10 pessoas por meio da 1ª Bolsa de Intercâmbio Iberbibliotecas.

8 Prêmios Concedidos:

• Premiação de 8 pessoas por meio do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Cursos, residências, congressos e estudos:

 Participação de 53 pessoas do mestrado profissional em Preservação do Patrimônio Cultural.

2019 →

318 Bolsas concedidas para apoio à pesquisa 58 bolsas por meio do Programa de bolsas de incentivo à produção do conhecimento técnico e científico;

- Benefício a 108 pessoas por meio da Bolsa Funarte para formação em Artes Circenses;
- 18 Bolsa Funarte de Residências Artísticas nas Estações Cidadania-Cultura;
- 05 Bolsa Funarte de Estímulo à Conservação Fotográfica. Solange Zúñiga;
- Benefício a O8 pessoas por meio do Edital do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa;
- Benefício a 64 pessoas por meio do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural; 08 autores de trabalho de pesquisa por meio das pesquisas do Centro Lucio Costa;
- 50 pessoas por programas de fomento à formação e à pesquisa, incluindo concessões de bolsas, prêmios de pesquisas, residências artísticas e intercâmbio para formação;
- Benefício a 07 pessoas por meio de pesquisas, estudos e levantamentos sobre a cultura e o patrimônio afro-brasileiro.

2020→

135 Bolsas concedidas para apoio à pesquisa, nos seguintes programas, áreas e temáticas:

- 58 bolsas por meio do Programa de bolsas de incentivo à produção do conhecimento técnico e científico;
- Capacitação de 11 profissionais por meio do Programa de Pós— Graduação em Memória e Acervos da FCRB;
- Benefício a 10 pessoas por meio do Edital do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, para concessão de bolsas de pesquisa;
- Benefício a 60 pessoas por meio da Bolsa Funarte para formação em Artes Circenses;
- 5 Bolsas Funarte de Estímulo à Conservação Fotográfica Solange Zúñiga;
- Benefício a 43 pessoas por meio do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural.

Cursos, residências, congressos e estudos:

- Apoio no processo de criação e residência artística (circo, dança e teatro) de 10 projetos com participação em 16 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Espanha, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal e Uruguai, nos quais foram beneficiadas um total de 20.000 (vinte mil) pessoas;
- Realização de 06 pesquisas referentes ao projeto Funarte de Pesquisa Musical;
- 60 pessoas selecionadas para a 3^a edição do Curso de Especialização latu sensu em Acessibilidade Cultural, realizado por meio de parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

2021 >

78 Bolsas concedidas para apoio à pesquisa

- 58 bolsas por meio do Programa de bolsas de incentivo à produção do conhecimento técnico e científico;
- Capacitação de 10 profissionaispor meio do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da FCRB;
- Benefício a 13 pessoas por meio do Edital do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, para concessão de bolsas de pesquisa.

2022>

143 Bolsas concedidas para apoio à pesquisa

- 11 bolsas de pesquisa, 6 na categoria pesquisador-doutor e, 5 bolsas a pesquisadores de Iniciação Científica-que resultaram em especiais da Biblioteca Nacional;
- 30 bolsas via Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal do Ceará;
- 54 bolsas para formação em artes circenses, e 171 pessoas pelo programa Iberescena e Ibermúsica;
- Benefício a 25 pessoas por meio de pesquisas, estudos e levantamentos sobre cultura e o patrimônio afro-brasileiro;
- · Benefício a 23 pessoas no mestrado profissional em Preservação do Patrimônio Cultural.

132 Prêmios Concedidos:

- Premiação de 60 iniciativas na 35ª Edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade;
- 18 iniciativas premiadas no Prêmio André Rebouças de Pintura, Desenho e Xilogravura;
- 14 iniciativas premiadas no Edital Jovem Inovador;
- 40 prêmios concedidos pelo Edital Contando a Nossa História.

Cursos, residências, congressos e estudos:

 3.841 (três mil oitocentos e quarenta e um) alunos beneficiados por cursos on-line de gestão cultural, artes cênicas e editorial viabilizados por meio do Termo de Execução Descentralizada firmado com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

RETOMADA MINC 2023

PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À PESQUISA

Incentivo à pesquisa para produção de trabalhos originais, desenvolvidos a partir de pesquisas no acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

PROGRAMA DE APOIO À PESQUISA INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Apoio aos projetos de pesquisa em desenvolvimento na Fundação Biblioteca Nacional (FBN), sob supervisão de pesquisadores da instituição, com o intuito de incentivar a produção de trabalhos originais desenvolvidos a partir de pesquisa nos acervos da Fundação Biblioteca Nacional.

PRÊMIO LUIZ DE CASTRO FARIA

O concurso reconhece pesquisas acadêmicas de excelência com temática relacionada ao Patrimônio Arqueológico Brasileiro.

PROGRAMA OLHOS D'ÁGUA

Apoio para geração de espaço de pesquisa, difusão, formação para artistas e melhoria da infraestrutura de formação em estados e municípios – seleção de 70 projetos por meio do Edital Escolas Livres de Formação em Arte e Cultura, distribuídos em todo o Brasil, no valor global de R\$ 20 milhões.

FUNARTE RETOMADA

236 projetos selecionados por meio de 5 editais setoriais para iniciativas de criação, pesquisa, memória, formação e intercâmbio.

ESCOLA NACIONAL DE CIRCO LUIZ OLIMECHA

Formação técnica de 53 artistas circenses, alunos da única escola pública federal para o circo brasileiro.

MOBILIDADE ARTÍSTICA NACIONAL E INTERNACIONAL

Fortalecimento da pesquisa e da produção artística brasileira por meio de intercâmbios e residências no Brasil e no exterior, com 102 projetos contemplados e presença brasileira em 4 continentes.



Média de quatro livros lidos fora do aprendizado formal por ano, por cada brasileiro.

OBJETIVO DA META

Estimular o hábito da leitura no país, envolvendo ações interministeriais com foco nos programas de impacto social e em parceria com entes federativos e iniciativas do terceiro setor.

PREVISTO ATÉ 2024

Média anual de leitura da população de 4 livros lidos fora do ambiente escolar.

REALIZADO ATÉ 2022

2,73, média anual de leitura da população brasileira, fora do que é solicitado pela escola. Dados referente a 2019, pois esta é a última edição da Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil.

Fonte de aferição: Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil.









CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Sim , mas sem consistência necessária.

Esse indicador é um ótimo exemplo de um resultado final na sociedade promovido pela política cultural.

Entretanto, tecnicamente, a medição da meta fica comprometida uma vez que a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil só é publicada a cada 5 anos pelo Instituto Pró-Livro (IPL). Ainda, em 2011, o IPL alterou a metodologia da pesquisa, em relação à de 2007, que foi usada como base para a elaboração da meta. Essa mudança metodológica não permite mais aferir a quantidade de livros lidos fora da escola, por ano, mas sim nos últimos três meses que antecedem à pesquisa.

Essa mudança mostra o risco de usarmos indicadores externos e o impacto de alterações nas séries históricas.

PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 2.8 e 3.10.

EM QUAL EIXO DA 4ª CNC ESSE **TEMA SERÁ DISCUTIDO?**



Eixo 2 Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social.



PARA REFLETIR

Como diz o ex-ministro Gilberto Gil no artigo "A dimensão cultural da leitura", de 2006, a cultura brasileira é rica na sua oralidade e espontaneidade. Mas ainda é pobre em sua dimensão escrita. É preciso que o MinC lidere, com o novo Plano Nacional de Livro Leitura e Literatura 2024-2034, um amplo pacto pelo livro e a leitura no Brasil. O ambiente de pouco desenvolvimento da leitura cultural impacta enormemente na cidadania, uma vez que é a leitura o principal elemento de mobilidade social nas sociedades desenvolvidas.



PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

EM RELAÇÃO AO APOIO À REALIZAÇÃO DE FEIRAS LITERÁRIAS, DESTACAM-SE:

- Feiras Literária de Bonito e de Recife
- Feira Literária de Mucugê-FLIGÊ
- Feira Literária de Porto Alegre
- Saraus Literários em Belo Horizonte
- Sarau Literário em São Mateus-ES
- Feira Literária de Bonito
- Festival Literário de Londrina
- Feira Literária Infanto-juvenil de Belém FLIB
- FELITA Festival Liter Rio de Itapecerica
- FLIR -Feira do Livro de Resende
- Feira do Livro Chapecó
- → FLIST Festa Literária de Serra Talhada
- Feira Literária e Cultural Municipal de Taguara
- Feira do Livro de Porto Alegre (RS)
- Festa Literária de Pirenópolis
- Projeto Diálogos Contemporâneos em Brasília
- Feira Nacional do Livro e Leitura de Ribeirão Preto
- Festa Literária Internacional de Paraty FLIP
- 14ª Edição da Feira Cultural e Literária de Três Coroas
- 2^a FeLib Itinerante Online
- Festa Literária das Periferias FLUP
- XXX Feira do Livro de Arroio do Meio CulturArte
- III FLIX Festa Literária Internacional do Xingu
- ♦ IV Bienal do Livro de Volta Redonda Periferia Conect@da
- 20^a Feira Internacional do Livro de Ribeirão Preto
- Projeto Literário Diálogos contemporâneos
- 10° edição da Festa Literária das Periferias Flup
- XIII Bienal Internacional do Livro de Pernambuco
- Jornadinha Literária do DF, Edições Ceilândia e Paranoá
- → 11^α Jornada Literária do Distrito Federal
- I Feira Literária, Publicação de Livro e Aquisição de Acervo
- ◆ Literário no Município de São Bento do Norte RN

EDITAIS E PRÊMIOS REALIZADOS:

2012 ->

Lançamento de Edital de formação de parcerias para a coedição de obras de autores negros, juntamente com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR- PR).

2014 >

Prêmio Viva Leitura 2014 Formação de jovens mediadores de Leitura no Rio de Janeiro e em São Bernardo do Campo –SP;

Concessão de 93 prêmios de apoio à bibliotecas comunitárias e Pontos de Leitura.

2015 →

Edital Todos por um Brasil de Leitores;

Edital de Apoio ao Circuito Nacional de Feiras e Eventos Literários.



2016 → Edital de apoio ao Circuito Nacional de Feiras de Livros e Eventos Literários.
8º Prêmio Vivaleitura, que integra o Plano Nacional de Livro e Leitura
Coleção de obras literárias vencedoras do Prêmio Oliveira Silveira.

2017 > Prémio Literário Ferreira Gullar.

2018

Edital de incentivo à publicação de obras literárias inéditas que abordam a temática do bicentenário da independência do Brasil.

2019 - Edital Prêmio de Incentivo à Publicação Literária – 200 Anos de Independência – 2ª edição;

PUBLICAÇÕES, CURSOS, ENCONTROS, SEMINÁRIOS:

2012 → Lançamento de e-books de obras de autores brasileiros em domínio público;
Publicação de edições fac símiles impressas de obras clássicas da cultura brasileira.

2013 → Organização do XIX Encontro Nacional do Sistema de Bibliotecas Públicas;

Fórum Brasileiro de Bibliotecas Públicas;

Apoio a 100 Pontos de Leitura.

Reconhecimento e apoio às ações dos Comitês do PROLER formados por especialistas dedicados ao estímulo à leitura e formação de mediadores;

Formação de 120 mediadores de leitura (preferencialmente aposentados) para atuar em bibliotecas públicas;

Publicação da pesquisa **Frequência das Práticas Culturais dos Brasileiros**, em parceria com o IPEA.

2015

Encontro Internacional de Políticas Públicas – Território Leitor, com 230 pessoas beneficiadas.

2016

Lançamento em parceria com a ONG Mais Diferenças, 25 livros adaptados a pessoas cegas ou com alguma deficiência visual.

2017 > V Fórum Brasileiro de Bibliotecas Públicas.

Produção, edição, publicação e distribuição das 1.000 obras literárias Milagre no sertão de Minas e Escravidão e história econômica de Minas Gerais.

Também a aquisição e difusão de acervo e atualização da base de dados da biblioteca do Instituto Cultural Amilcar Martins em Belo Horizonte;

Digitalização do acervo próprio da Fundação Waldemar Alcântara para publicação na internet e consulta física em sua biblioteca.

2021 >

Produção, edição, publicação e distribuição da obra literária infantil Jongo Magia – histórias encantadas e antirracistas para crianças.

2022

Publicação do livro "Discussões do Bicentenário da Independência" em formato digital;

Edição e publicação do Almanaque de Diamante ARUC — Associação Recreativa Unidos do Cruzeiro.

RETOMADA MINC 2023

EDITAL PONTOS DE LEITURA 2023

Premiação de 300 Bibliotecas Comunitárias que desenvolvam atividades de mediação de leitura, criação literária, ampliação do acesso à informação, à leitura e ao livro, que tenham contribuído significativamente para o fortalecimento da valorização da prática leitora em contextos urbanos e rurais, contemplando povos e comunidades representativos da diversidade cultural brasileira.

PLANO NACIONAL DE LIVRO E LEITURA E POLÍTICA NACIONAL DE LEITURA E ESCRITA (PNLE)

Regulamentação da PNLE (Lei nº 13.696/2018) como estratégia permanente de promoção do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas de acesso público no Brasil; revisão e reconstrução do PNLL para o decênio 2024-2034, com políticas, programas e ações continuadas para o desenvolvimento da capacidade leitora; ampliação do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD Literário), para aquisição de obras literárias para bibliotecas públicas e comunitárias em todo o Brasil

PROMOÇÃO E DIFUSÃO DO LIVRO, LEITURA E DA CRIAÇÃO LITERÁRIA NACIONAL NO BRASIL E NO EXTERIOR

Lançados os editais: Prêmio Carolina Maria de Jesus para seleção de 60 obras literárias produzidas por mulheres.





150 filmes brasileiros de longa-metragem lançados ao ano em salas de cinema.

OBJETIVO DA META

Aumentar o número de filmes brasileiros nos cinemas e torná-los acessíveis ao maior número de pessoas.

PREVISTO ATÉ 2024

150 filmes brasileiros lançados a cada ano.

REALIZADO ATÉ 2022

O número de lançamentos variaram ao longo dos anos. Até 2022, foram lançados um total de 1.644 filmes, o que dá uma média de 126 filmes por ano, chegando a 84% do cumprimento da meta. Fonte de aferição: Observatório do Audiovisual.









CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Sim, Conseguimos medir o número de filmes ano a ano. Mas, não conseguimos saber quantas pessoas estão assistindo, se esse número está aumentando ou não.

PROPOSTAS DA 3º CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 3.9

EM QUAL EIXO DA 4º CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?

Eixo 5 Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade.

Eixo 2 Democratização do acesso à Cultura e Participação Social.





PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

EDITAIS E PRÊMIOS:

70 projetos apoiados pelo Edital Prêmio Adicional de Renda;
 7 projetos apoiados pelo Edital Programa Ancine de Qualidade;
 Lançamento do edital Fundo Setorial do Audiovisual.

2013 → Edital do Prêmio Adicional de Renda que premiou 72 empresas;
Edital do Programa Ancine de Qualidade que premiou 7 filmes;
Editais de coprodução internacional que premiaram 11 projetos.

2014 → 45 complexos de uma sala e 21 complexos de duas salas premiados pelo Edital do Prêmio Adicional de Renda.

2015 -> 53 complexos de uma sala e 25 complexos de duas salas premiados no Prêmio Adicional de Renda 2015.

Editais em parceria com Governos de Estados no âmbito da **linha de Arranjos**Financeiros Estaduais e Regionais do Fundo Setorial do Audiovisual;

Edital Arranjos Financeiros Estaduais e Regionais;

Edital Suporte Automático / Linha de Desempenho Comercial do Programa Brasil de Todas as Telas – Ano 2;

Edital Suporte Automático - Desempenho Artístico;

Lançamento de sete editais, que oferecem oportunidades de investimento para a produção de longas-metragens para as salas de cinema e, no caso do edital cearense, também para a produção de obras seriadas para a TV, episódios pilotos, curtas- metragens e novas mídias para veiculação pela internet, além do apoio à criação e manutenção de cineclubes e ações de formação em audiovisual.

2018 → Edital de Fomento ao Audiovisual de Niterói;
Edital de Fluxo Contínuo de Produção para Cinema;
Edital de Apoio à Produção 2019.

PROGRAMA BRASIL DE TODAS AS TELAS E RECINE

Programa Brasil de Todas as Telas: a Chamada Pública PRODAV 07/2014. A nova chamada contemplou produtoras brasileiras de 10 obras cinematográficas lançadas em 2012.

Programa Brasil de Todas as Telas: investimento em 09 projetos para cinema e televisão – oito longas-metragens para as salas de cinema, uma animação, e uma série de ficção para televisão por assinatura.

O Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine), tem sido o principal responsável pela expansão e modernização do parque exibidor brasileiro. Ele beneficiou 383 salas de cinema em 17 unidades da Federação brasileira, em projetos de construção, ampliação ou atualização de complexos cinematográficos;

A Ancine, o BNDES e o Banco do Nordeste (BNB) assinaram um protocolo de intenções para a celebração de contrato que concederá ao BNB o status de agente financeiro do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA).



Aumento em 30% no número de municípios brasileiros com grupos em atividade nas áreas de teatro, dança, circo, música, artes visuais, literatura e artesanato.

OBJETIVO DA META

Estimular a estruturação de grupos, com ou sem caráter comercial, estáveis (com pelo menos dois anos de atuação) ou que tenham CNPJ (sejam juridicamente constituídos).

PREVISTO ATÉ 2024

Percentual de Municípios com Grupos Artísticos e Culturais.

ATIVIDADES CULTURAIS	LINHA BASE (2010)	PREVISTO (2024)	ALCANÇADO (2014)
Teatro	1.837 (33%)	2.383(40%)	1.004 (18%)
Dança	3.000 (54%)	3.900 (70%)	3.813 (68%)
Circo	152 (3%)	198 (4%)	378 (7%)
Conjuntos Musicais	2.397 (43%)	3.116 (56%)	3.043 (55%)
Orquestras	749 (13%)	974 (17%)	1.229 (22%)
Corais	2.550 (46%)	3.315 (60%)	2.806 (50%)
Bandas	3.358 (60%)	4.365 (78%)	3.810 (68%)
Artes Visuais *	2.267 (41%)	2.947 (53%)	1.094 (20%)
Associações Literárias	542 (10%)	705 (13%)	766 (14%)
Artesanato	3.736 (67%)	4.857 (87%)	4.376 (79%)

EXECUÇÃO
compartilhada com os entes federados.

DESEMPENHO
96%
da meta cumprida.
(média dos indicadores)

Realizado: Dados referentes a 2014, ano da publicação da MUNIC – Suplemento Cultura.

*grupos de artes plásticas, desenho e pintura).

Fonte de aferição: MUNIC - Suplemento Cultura 2014.

PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 2.5 e 3.27.

CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Por um tempo, mas foi interrompido.

A meta era medida pelo Suplemento Cultura da MUNIC, cuja última edição foi em 2014.

EM QUAL EIXO DA 4º CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?

Eixo 2 Democratização do acesso à cultura e Participação Social;

Eixo 6 Direito às Artes e Linguagens Digitais.





PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

EDITAIS NACIONAIS DE PREMIAÇÕES PARA GRUPOS E ARTISTAS:

- Prêmio Funarte Artes na Rua (circo, dança e teatro);
- Prêmio Funarte de Teatro Myriam Muniz;
- Prêmio Funarte de apoio a orquestras;
- Bolsa Funarte de Estímulo à Produção em Artes Visuais 2014;
- Prêmio de Artes Plásticas Marcantonio Vilaça 7^α edição;
- Prêmio Funarte de Arte Contemporânea 2014;
- Prêmio Funarte de Dança Klauss Vianna/2014;
- · Prêmio Vivaleitura;
- · Leitura para Todos: projetos sociais de leitura;
- Prêmio Funarte Carequinha de Estímulo ao Circo / 2015;
- Bolsa Funarte de Fomento aos Artistas e Produtores Negros;
- XV Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia;
- Bolsa Funarte de Formação em Artes Circenses;
- · Prêmio Funarte de Arte Contemporânea;
- Programa de Oficinas de Capacitação Artística;
- · Projeto Arte em Foco;
- Prêmio Funarte de Apoio a Orquestras ;
- Edital de coprodução de filmes entre Brasil e Argentina; Brasil e Portugal; Brasil e Uruguai; Brasil e Itália e Brasil e Chile;
- Programa de Apoio à Participação de Filmes Brasileiros em Festivais Internacionais e de Projetos de Obras Audiovisuais em Laboratórios e Workshops;
- Programa de Apoio à Participação de Produtores Brasileiros de Audiovisual em Eventos de Mercado e Rodadas de Negócios Internacionais;
- · Programa Ibermedia;
- · Programa Ibermuseus;
- Programa de Apoio ao Oscar;
- Programa de apoio à tradução, publicação e intercâmbio de autores brasileiros no exterior;
- · Prêmio Luiz de Camões;
- · Prêmio literário FBN;
- Bolsas de estudo para Capacitação em Territórios Criativos;
- · Feira Internacional do Livro de Guadalajara (FLIG).



RETOMADA MINC 2023

A Funarte lançou diferentes programas para atender a diversidade do campo artístico:

APOIO À AÇÕES CONTINUADAS

Com 102 iniciativas contempladas, por meio de três editais de fomento às redes produtivas das artes: grupos e coletivos; espaços artísticos; eventos calendarizados (festivais, bienais, mostras).

REDE DAS ARTES DE DIFUSÃO NACIONAL

Com fomento à 150 projetos de circuitos de obras e espetáculos artísticos em todo o território nacional.

FUNARTE RETOMADA

236 projetos selecionados por meio de 5 editais setoriais para iniciativas de criação, pesquisa, memória, formação e intercâmbio.

AUDIOVISUAL

Aconteceram 3 chamadas públicas para concessão de bolsas para produção independente de obras de curta metragem, com a seleção de 30 estreantes, entre mulheres, pessoas negras, indígenas e também curtas com temática voltada à infância



15 mil Pontos de Cultura em funcionamento, compartilhados entre o Governo Federal, as Unidades da Federação (UFs) e os municípios integrantes do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

OBJETIVO DA META

Os Pontos de Cultura foram criados para estimular o acesso à Cultura, promover a cidadania e valorizar as manifestações culturais locais.

→ O QUE É UM PONTO DE CULTURA?

Pontos de Cultura são grupos, coletivos e entidades de natureza ou finalidade cultural que desenvolvem e articulam atividades culturais em suas comunidades, reconhecidos, certificados ou fomentados, pelo Ministério da Cidadania por meio dos instrumentos da Política Nacional de Cultura Viva.

Já os Pontões de Cultura, também considerados nesta meta, são entidades de natureza ou finalidade cultural ou educativa que desenvolvem, acompanham e articulam atividades culturais articulando redes regionais, temáticas e identitárias de Pontos de Cultura e grupos culturais diversos.

PREVISTO ATÉ 2024

15 mil pontos de cultura em funcionamento.

REALIZADO ATÉ 2022

4.329 pontos de cultura que receberam apoio do MinC.

Fonte de aferição: Ministério da Cultura.







CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Sim , mas sem consistência necessária.

Apenas o indicador proposto, nº de pontos de cultura, com apoio do MinC, não consegue medir questões como a promoção da cidadania e a valorização de manifestações culturais.

O termo "Em funcionamento", também gerou diferentes entendimentos ao longo dos anos. Por um período, foi considerado o número de projetos fomentados ao longo do tempo, de tal maneira que, não raro, um mesmo Ponto tenha contado com mais mais de um projeto fomentado, o que foi contabilizado desta forma.

Em período mais recente, passou-se a considerar apenas os Pontos certificados no Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, uma forma de manipular o conceito e retirar a obrigação do Estado em fomentar as iniciativas de base comunitária (e, portanto, invisibilizar o abandono e desmonte da PNCV no período mais recente). É necessário que a meta seja focada no fomento, e que se defina os parâmetros: não ser considerado o fomento cumulativo (ao longo dos anos), mas concomitante (número de Pontos fomentados simultaneamente por ano); ser considerada a unidade como o número de Pontos fomentados (não o de projetos).

PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 1.2; 3.1; 3.21; 3.5.

EM QUAL EIXO DA 4° CNC ESSE **TEMA SERÁ DISCUTIDO?**

Eixo 2 Democratização do acesso à cultura e Participação Social.

Eixo 3 Identidade, Patrimônio e Memória.

Eixo 4

Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural.



PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

2012 -

O MinC firmou convênios com 28 estados e 53 municípios para a implantação de Redes de Pontos de Cultura, ampliando o alcance do programa. Na época,o Programa Cultura Viva, que define as bases dos Pontos de Cultura, passava por uma reformulação.

2013 -

Foi dado início à renovação dos convênios do Programa Cultura Viva com os estados e municípios.Foram publicados pelos parceiros estaduais e municipais 10 editais para contemplar 244 pontos de cultura e 06 Pontões de Cultura;

Realização do Cadastro Nacional Georreferenciado de Pontos e Pontões de Cultura. Na esfera legislativa, elabora sugestões e acompanha a tramitação do Projeto de Lei (PL) 757/11, que transforma em lei o Programa Cultura Viva. O PL foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, no dia 27 de agosto de 2013, em seguida foi enviado para tramitação no Senado Federal.

2014 ->

Durante o ano, ocorreram diversas atividades para fortalecimento e ampliação dos Pontos de Cultura e, portanto, para o alcance da meta, sendo eles:

Realização da Teia Nacional da Diversidade;

Sanção da Lei nº 13.018/2014, Lei Cultura Viva, que transforma o Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva – em uma Política de Estado;

Implantação do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura.

2015 ->

Regulamentação da Lei 13.018/2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva – Instrução Normativa N° 1, de 07/04/2015;

Lançamento do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura (http://culturaviva.gov.br/).

2016 →

Implementação da Plataforma Rede Cultura Viva.Pagamento da Rede Municipal de Aparecida de Goiânia, que contemplou 21 pontos de cultura;

234 pontos/pontões fomentados no ano;

Edital de Mídias Livres com a contemplação de quatro projetos. Premiação de um Ponto de Cultura Indígena por meio do Edital de 2015.

2017 ->

767 propostas premiadas e/ou classificadas de ações culturais do projeto Edital de Cultura Popular 2017 – Leandro Gomes de Barros, que é objeto da Política Nacional de Cultura Viva, beneficiando 25 pontos de cultura que já foram cadastrados e certificados;

Ciclo de avaliação dos cadastros dos interessados em obter a certificação simplificada como Ponto/Pontão de Cultura, totalizando 182 novos Pontos de Cultura. Novos Pontos e Pontões fomentados por meio do Termo de Compromisso Cultural (TCC) do edital nº 04 de 2015, totalizando 8 Pontos e Pontões de Cultura.

2018 ->

767 propostas premiadas do Edital de Culturas Populares – Leandro Gomes de Barros (2017) e 394 propostas do Edital de Culturas Populares – Selma do Coco (2018). Essas propostas estão aptas a serem chanceladas como 64 Pontos de Cultura;

Em 2017, foi realizado um ciclo de avaliações na Plataforma Rede Cultura Viva dos cadastros que estavam aptos a serem analisados, a partir de 2018 as avaliações começaram a funcionar em fluxo contínuo, totalizando o número 592 Pontos de Cultura em todo o Brasil;

13 novos Pontos e Pontões fomentados por meio do Termo de Compromisso Cultural do edital nº 04 de 2015;

O Edital de Seleção do Estado de São Paulo foi um edital repactuado no ano de 2018, para a continuidade do projeto, com objetivo de atender 406 Pontos de Cultura.

2019 -

100 Pontos de Cultura diretos premiados por meio do Edital de Seleção nº 01/2019 – Culturas Populares Edição Teixeirinha;

RETOMADA MINC 2023

Em 2023, a Política Nacional Cultura Viva voltou, e do tamanho do Brasil! Com recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) vamos chegar a 696 municípios diretamente, e cerca de 800 municípios via editais estaduais – totalizando por volta de 1.500 municípios, com uma perspectiva de 5 mil Pontos e Pontões de Cultura fomentados e premiados.

EDITAL PRÊMIO CONSTRUÇÃO NACIONAL DA CULTURA HIP-HOP

Premiação de 325 iniciativas culturais da Cultura Hip-Hop, com investimento de R\$ 6 milhões.

O edital visa implementar os objetivos e as ações estruturantes da Política Nacional Cultura Viva, com destaque para o reconhecimento dos agentes culturais que promovem a preservação, a difusão da diversidade cultural brasileira, bem como a valorização das expressões culturais do Hip-Hop no Brasil, por sua influência no modo de vida da juventude.

O edital visa o reconhecimento e premiação de iniciativas culturais **que visem à criação e/ou produção e/ou circulação de obras, atividades**, produtos e ações, tais como: projetos de composição, arranjos, produção de beats, shows, vídeos, discos, arquivos audiovisuais, sítios de internet, revistas, batalhas, rodas culturais, cyphers, jams, espetáculos, slam, beatbox, pesquisas, mapeamentos, fotografias, seminários, ciclos de debates, palestras, workshops, oficinas e cursos livres, que possam contribuir com o desenvolvimento sociocultural do segmento.



60% dos municípios de cada macrorregião do país com produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais fomentados com recursos públicos federais.

OBJETIVO DA META

A produção artística e cultural brasileira conta, em grande parte, com recursos públicos. Mas esses recursos ainda estão bastante concentrados em algumas regiões. É preciso, portanto, distribuí-los na produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas das cidades de todas as regiões do Brasil. Esse é o objetivo desta meta.

QUEM É RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO?

Esta é uma meta é de responsabilidade exclusiva do MinC.

PREVISTO ATÉ 2024

60% dos municípios com produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais fomentados com recursos públicos federais.

REALIZADO ATÉ 2022

12% dos municípios com produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais fomentados com recursos públicos federais.

Fonte de aferição: Ministério da Cultura







CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Não, pois não possuímos meios adequados para aferir o indicador.

A aferição dessa meta sempre foi um desafio, pois os sistemas utilizados pelo MinC não permitem medir quais e quantos espetáculos e atividades artísticas e culturais fomentados com recursos públicos federais circularam pelo país. Ademais, não é possível obter dados harmonizados do Salic, Sistema de Convênio (Siconv) e Siafi, que são as fontes de informação para a medição do indicador.

O que se mede é o percentual de municípios, por região, com produção e circulação de espetáculos e exposições artísticas fomentadas com recursos públicos federais. PROPOSTAS DA 3° CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 1.24; 1.25; 2.1; 2.5; 3.21; 3.27.

EM QUAL EIXO DA 4º CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?

Eixo 2 Democratização do acesso à cultura e Participação Social.

Eixo 3 Identidade, Patrimônio e Memória.

Eixo 4 Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural.



PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

2013 -

40 iniciativas premiadas no Prêmio de Concertos Didáticos;

Realização do III Encontro Funarte de Políticas para as Artes;

55 iniciativas premiadas no Prêmio Música Brasileira;

21 projetos premiados no Prêmio Funarte de Arte Contemporânea;

15 projetos selecionados no Prêmio Funarte de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça;

50 Bolsas Funarte para a Formação em Artes Circenses;

108 projetos premiados no Prêmio Funarte de Teatro Myriam Muniz .

2014 -

Edital Prêmio Cultura Hip Hop 2014;

Prêmio Funarte Artes na Rua (Circo, Dança e Teatro)/ 2014;

Prêmio Funarte de Teatro Myriam Muniz/2014;

Bolsa Funarte de Estímulo à Produção em Artes Visuais 2014;

Prêmio Funarte Concertos Didáticos 2014;

Realização do IV Encontro Funarte de Políticas para as Artes;

Prêmio Funarte de Dramaturgia/2014;

Prêmio Funarte de Arte Contemporânea 2014;

Prêmio de Artes Plásticas Marcantonio Vilaça;

Prêmio Klauss Vianna;

Projeto Cultural Arte em Foco: ciclo de reflexões sobre as artes.

2015 -

Edital de Apoio ao Circuito Nacional de Feiras e Eventos

Literários;

Prêmio Funarte de Dança Klauss Vianna;

Prêmio Funarte de Apoio a Orquestras;

Prêmio Funarte de Teatro Myriam Muniz;

Prêmio de Artes Plásticas Marcantonio Vilaça.

2016 -

Prêmio Funarte de Composição Clássica;

Prêmio Funarte de Apoio a Orquestras;

Prêmio Conexão Circulação Artes Visuais;

Edital Mostra Funarte de Festivais de Música nas Olimpíadas;

Edital Ibermúsica;

Seleção de projetos para o Laboratório da Cena Funarte;

Edital Mostra Funarte de Festivais - Circo, Dança e Teatro; e

Edital Circuito Funarte Cena Pública.





2017 ->

Pré-Bienal de Música & Cidadania;

10 Prêmios Funarte de Dramaturgia;

25 Prêmios Funarte para Circulação de Espetáculos Circenses;

Bienal Funarte de Bandas de Música;

2019 -

Prêmio Funarte Descentrarte;

O2 concertos realizados por meio da Série UFRJ Funarte de Concertos Sinfônicos;

Prêmios Funarte de Artes Plásticas Marcantônio Vilaça – 9ª Edição;

Prêmios Funarte de Estímulo ao Circo;

7º Edição do Edital Culturas Populares.

2020>

1.589 Prêmio Funarte Respirarte;

05 prêmios e 10 exposições do Prêmio Funarte Artes Visuais 2020/2021;

24 Prêmios Funarte Festivais de Música 2020;

25 Prêmio Festival Funarte Acessibilidança Virtual 2020;

40 Prêmio Funarte de Apoio ao Espetáculo Circense 2020;

25 Prêmio Funarte Festival de Teatro Virtual 2020;

Edital de Chamada Pública em âmbito Nacional Arte do Quilombo.

2021 -

Prêmio Festival Funarte Acessibilidança Virtual 2021;

Prêmio de Artes Plásticas Marcantonio Vilaça 10^a edição;

XVI Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia;

Prêmio Funarte de Estímulo ao Circo 2021;

Prêmio Funarte de Dramaturgia - 200 Anos de Artes no Brasil;

Prêmio Funarte Festivais de Música 2021;

Edital de Credenciamento para Mostra de Atividades Artísticas e Culturais da Funarte SP;

Edital Funarte Circulação das Artes - Edição Centro-Oeste.

2022

Prêmio Funarte As Famílias Circenses e as Artes nas Localidades - Edição 2022;

Prêmio Funarte de Estímulo ao Teatro - 2022;

Prêmio Funarte Circulação e Difusão da Dança 2022;

Prêmio Funarte Festivais de Música 2022;

Prêmio Funarte Olimpíadas das Artes Visuais;

Prêmio Funarte Murais do Centenário da Semana da Arte Moderna;

XVI Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia Prêmio Funarte;

Medalhas do Bicentenário da Independência do Brasil;

Prêmio Funarte Medalhas do Centenário da Semana de Arte Moderna;

Projeto Funarte - Skate Arte e Cultura;

Projeto Um Novo Olhar;

Programação Cultural BDB (Biblioteca Demonstrativa do Brasil) com

96 apresentações artísticas, saraus, exposições e contações de histórias;

Il Edição Prêmio Palmares de Arte.

RETOMADA MINC 2023

A Funarte retomou o seu papel no fomento e na formulação de políticas estruturantes para as artes brasileiras com investimento de cerca de R\$ 100 milhões, atuando nos eixos da Criação e Acesso, Difusão Nacional e Internacional, Formação e Reflexão, Memória e Pesquisa. Além disso, atuou para a promoção das artes do Brasil no exterior e reconstruiu o diálogo com a diversidade dos segmentos artísticos das artes visuais, circo, dança, música e teatro. Foram lançados diferentes programas para atender a diversidade do campo artístico, a qualificação de iniciativas históricas e a inauguração de outras inéditas:

APOIO À AÇÕES CONTINUADAS

Com 102 iniciativas contempladas, por meio de três editais de fomento às redes produtivas das artes: grupos e coletivos; espaços artísticos; eventos calendarizados (festivais, bienais, mostras).

REDE DAS ARTES DE DIFUSÃO NACIONAL

Com fomento a 150 projetos de circuitos de obras e espetáculos artísticos em todo o território nacional.

PRÊMIO MESTRAS E MESTRES DAS ARTES

Reconhecimento da trajetória de 50 artistas com mais de sessenta anos que cultivam inegável legado para as artes do Brasil.

MOBILIDADE ARTÍSTICA NACIONAL E INTERNACIONAL

Fortalecimento da pesquisa e da produção artística brasileira por meio de intercâmbios e residências no Brasil e no exterior, com 102 projetos contemplados e presença brasileira em 4 continentes.

ESCOLA NACIONAL DE CIRCO LUIZ OLIMECHA

Formação técnica de 53 artistas circenses, alunos da única escola pública federal para o circo brasileiro.

EDITAL PRÊMIO CONSTRUÇÃO NACIONAL DA CULTURA HIP-HOP

Premiação de 325 iniciativas culturais da Cultura Hip-Hop, com investimento de R\$ 6 milhões.

O edital visa implementar os objetivos e as ações estruturantes da Política Nacional Cultura Viva, com destaque para o reconhecimento dos agentes culturais que promovem a preservação, a difusão da diversidade cultural brasileira, bem como a valorização das expressões culturais do Hip-Hop no Brasil, por sua influência no modo de vida da juventude.





Aumento em 70% nas atividades de difusão cultural em intercâmbio nacional e internacional.

OBJETIVO DA META

Ampliar a difusão e divulgação das expressões culturais e propiciar trocas interculturais, de conhecimentos e técnicas.

PREVISTO ATÉ 2024

Para chegar a 70% até 2024, seria necessário aumentar em 5% (32 atividades) a cada ano o número de atividades de difusão cultural. Isso significa sair de 637 em 2010 para 1.083 atividades em 2024, totalizando 12.889 atividades de difusão cultural apoiadas.

REALIZADO ATÉ 2022

46% da meta cumprida. (5.983 atividades de difusão cultural apoiadas).

Fonte de aferição: Ministério da Cultura.



CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Sim

PROPOSTAS DA 3º CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 2.3.

EM QUAL EIXO DA 4º CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?

Eixo 2 Democratização do acesso à cultura e Participação Social.

Eixo 3 Identidade, Patrimônio e Memória.

Eixo 4 Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural.





PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

PROGRAMAS RECORRENTES ENTRE 2012 A 2022

- · Apoio ao Programa Ibermedia;
- · Apoio ao Programa Ibercena;
- · Apoio ao Programa Ibermusica;
- · Apoio ao Programa Iberbibliotecas;
- Programa de Apoio à Participação de Filmes Brasileiros em Festivais Internacionais Programa de Apoio ao Oscar;
- Bolsas de tradução de obras brasileiras e bolsas de intercâmbio a autores brasileiros pelo Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior;
- · Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural Viagens Nacionais e Internacionais;
- Participação brasileira na Bienal de Arte de Veneza
- · Prêmio Luiz de Camões;
- · Bienal de Música Contemporânea;
- · Apoio a participação em feiras eventos literários;
- Seleção de filmes por meio de edital de coprodução entre, Brasil e Argentina, Brasil e Portugal e Brasil e Uruguai. Brasil e Itália e Brasil e México;
- Programa Ancine de Qualidade (filme premiado pelo desempenho em festivais nacionais e internacionais);
- Apoio a eventos previstos na edição do Programa de Apoio à Participação de Filmes Brasileiros em Festivais Internacionais e de Projetos de Obras Audiovisuais em Laboratórios e Workshops;
- Programa de Apoio à Participação de Produtores Brasileiros de Audiovisual em eventos de mercado e rodadas de negócios internacionais;
- · Programa Encontros com o Cinema Brasileiro;
- PRODAV 07 modalidade de financiamento público na qual as ações financiadas são selecionadas pelo beneficiário indireto, em face de seu desempenho artístico anterior em mostras e festivais cinematográficos.

2013 →

Apoio à Feira do Livro de Frankfurt;

Realização do ano do Brasil em Portugal e do ano de Portugal no

Brasil – Circulação de espetáculos de dança, circo, música, teatro e artes visuais em Portugal.

2014 >

Congresso e Conselho Geral da IFLA e Assembleia Geral da ABINIA; Participação nas feiras literárias do Livro Infantil e Juvenil de Bolonha/Itália;

FLIP - Paraty/RJ; de Gotemburgo/Suécia; de Frankfurt/Alemanha e Guadalajara/México;

III Concurso Itamaraty para Cinema Sul-Americano.

2015 →

Programa de Apoio à Participação de Produtores Brasileiros de Audiovisual em Eventos de Mercado e Rodadas de Negócios Internacionais;

Intercâmbio Internacional da Cultura Negra, com encontros e reuniões com instituições culturais de Angola e Moçambique;

Prêmio de Acessibilidade Audiovisual do Mercosul durante o festival de Mar del Plata;

Instalação da Rede de Salas Digitais do Mercosul;

Produção da XXV Reunião Ordinária da RECAM na ocasião da Presidência Pro-Tempore brasileira;

Chamamento público para seleção de filmes para a Rede de Salas Digitais do Mercosul;

Doação de kits da Programadora Brasil para o Itamaraty;

Reuniões organizadas ou que tiveram a participação do MinC (MERCOSUL, UNASUL, CELAC, IILP e MICSUL);

Declaração de Intenções Brasil-França para aprofundar o diálogo e reforçar a cooperação bilateral no domínio do livro;

Digitalização de AcervosCulturais - Diálogos Setoriais UE/BR;

Feira Internacional do Livro de Guadalajara;

Festival Internacional da Língua Portuguesa;

Prêmio Funarte de Internacionalização: Apoio à Tradução de

Espetáculos Teatrais.

2016 >

Lançamento das ações de audiovisual para as Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016: cinema acessível, rede social para a promoção da cultura brasileira e plataforma de vídeos colaborativos;

Feira Internacional do Livro de Guadalajara (FLIG), por meio do Edital Oliveira Silveira – 2015, que premiou a escritora Eliana Alves dos Santos Cruz, autora do livro "Água de Barrela";

Apoio a ações de difusão da cultura brasileira por ocasião do Ano Olímpico Brasileiro e Centenário do Samba.

2017 ->

Apoio a rodadas de negócios e BIG Ventures (line-up dedicado ao empreendedorismo, com startups e investidores), realizados no âmbito do BIG em São Paulo;

Participação de 03 realizadores no evento de lançamento das obras brasileiras resultantes do Programa CPLP Audiovisual;

Doação de livros para as embaixadas do Brasil em Havana, Cuba; Budapeste, Hungria; e Bogotá e Colômbia;

Apoio ao curso de pós-graduação em memória e acervos, da Fundação Casa de Rui Barbosa;

Participação na X Reunião de Ministros da Cultura da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Mercosul – Presidência Pro Tempore Argentina-1º semestre 2017, Mercosul;

Presidência Pro Tempore Brasileira, Comitê Internacional do Itinerário das Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos;

Oficina do Projeto de Mapa de Residências Artísticas do Mercosul;

XLII Reunião de ministros da Cultura na visita do viceministro da Cultura da China, Yang Zhijin, ao Brasil;

2ª Reunião de ministros da Cultura dos BRICS;

Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude;

Projeto de Cooperação Técnica Internacional: Resgate Barão do Rio Branco;

41 ^a sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura;

XII Reunião do Conselho Científico do IILP;

Programas Ibero-americanos: Iberescena e Ibermúsicas.

2018 ->

Seleção de 122 empreendedores culturais nas atividades de capacitação, mentoria e mercado, realizadas em São Paulo, para o Mercado das Indústrias Criativas do Brasil (MicBR);

Representação do Brasil no Colóquio Ibermúsicas no Peru;

Representação do Brasil na Classical Next - Holanda.

2019 -

7ª edição da Festa do Conhecimento, Literatura e Cultura Negra (FlinkSampa) Feira do Livro de Frankfurt (Alemanha).

2020>

Intercâmbio Nacional da Cultura Negra que premiou 09 pessoas físicas e instituições privadas sem fins lucrativos com natureza ou finalidade cultural expressa em seu estatuto, praticantes e/ou estudiosos das diversas expressões culturais afro-brasileiras, através da emissão de passagens aéreas nacionais para participação em eventos de cultura afro-brasileira;

RETOMADA MINC 2023

MIC BR

Em novembro de 2023, foi realizada, em Belém do Pará, a terceira edição do mercado criativo, com uma programação que contou com rodadas de negócios, atividades de networking, showcases, mentorias, conferências, mesas de debate e atividades culturais. Mercados criativos públicos, como o MICBR, constituem políticas públicas desenvolvidas pelos estados nacionais na América do Sul com vistas a proporcionar aos empreendedores e profissionais criativos da região a oportunidade de aumentar sua rede de contatos e negócios, bem como internacionalizar seus bens e serviços criativos. Nesta edição, o MICBR ampliou de nove para 13 o número de setores criativos em sua programação de negócios: Áreas Técnicas; Artesanato; Audiovisual & Animação; Circo; Dança; Design; Editorial; Hip-Hop; Jogos Eletrônicos; Música; Moda; Museus & Patrimônio; e Teatro.

AUDIOVISUAL

Novas Chamadas Públicas em andamento e seleção, sendo duas voltadas para Cinema, uma para Televisão e uma para coprodução Brasil/Portugal.

FUNARTE RETOMADA

236 projetos selecionados por meio de 5 editais setoriais para iniciativas de criação, pesquisa, memória, formação e intercâmbio.

MOBILIDADE ARTÍSTICA NACIONAL E INTERNACIONAL

Fortalecimento da pesquisa e da produção artística brasileira por meio de intercâmbios e residências no Brasil e no exterior, com 102 projetos contemplados e presença brasileira em 4 continentes.

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ARTES

Fortalecimento da participação do Brasil nos programas ibero-americanos Ibercena, Ibermúsicas e adesão ao Iberorquestras juvenis, e apoio à participação do Brasil na Quadrienal de Cenografia de Praga e na Bienal de Dança na África.

PROMOÇÃO E DIFUSÃO DO LIVRO, LEITURA E DA CRIAÇÃO LITERÁRIA NACIONAL NO BRASIL E NO EXTERIOR

Lançados os editais: Prêmio Carolina Maria de Jesus para seleção de 60 obras literárias produzidas por mulheres (R\$ 3 milhões); e edital de bolsas para tradução de obras literárias de autores brasileiros no exterior (R\$ 1 milhão).



12 milhões de trabalhadores beneficiados pelo Programa de Cultura do Trabalhador (Vale-Cultura).

EXPLICAÇÃO

Distribuir Vale-Cultura para os trabalhadores.

OBJETIVO DA META

Conceder aos funcionários que ganham até cinco salários mínimos, utilizando a renúncia fiscal e desconto de parte desse valor no salário do funcionário.

PREVISTO ATÉ 2024

12.000.000 de trabalhadores recebendo o Vale-Cultura.

REALIZADO ATÉ 2022

581.777 trabalhadores beneficiados com um valor de consumo no total de R\$ 615.301.645,95.

Fonte de aferição: Ministério da Cultura.





CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?



PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: não foram elaboradas propostas que se relacionam a esta meta.

EM QUAL EIXO DA 4° CNC ESSE **TEMA SERÁ DISCUTIDO?**



Eixo 2 Democratização do acesso à cultura e Participação Social.



PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

2012 →

Sancionada a Lei 12.761 de 27/12/2012, que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o Vale-Cultura.

INDICADOR	N° TRABALHA- DORES BENE- FICIADOS PELO VALE-CULTURA	N° EMPRESAS BENEFICIÁRIAS CADASTRA- DAS NO VALE- -CULTURA	N° OPERADO- RAS CADAS- TRADAS NO VALE-CULTURA	N° ESTABE- LECIMENTOS QUE ACEITAM O VVALE	VALOR DE CON- SUMO DO VVALE CCULTURA (R\$)
2013	806	1,361	31	5	R\$ 238.70
2014	367,003	7,751	43	6,281	R\$ 79,126,589.16
2015	467,398	8,951	40	38,626	R\$ 250,040,111.91
2016	520,562	9,286	42	40,731	R\$ 401,649,060.24
2017	537,092	9,552	42	42,541	R\$ 472,450,564.00
2018	551,76	9,732	41	45,568	R\$ 515,958,706.36
2019	553,931	9,757	50	53,234	R\$ 525,354,458.00
2020	559,937	9,895	46	213,025	R\$ 552,945,740.73
2021	574,75	9,947	50	235,499	R\$ 602,479,351.53
2022	581,577	10,023	51	261,535	R\$ 615,301,645.95

2013 →

Realização de campanhas de sensibilização para a adesão ao Vale-Cultura.

2014 →

Realização de campanhas de sensibilização para adesão ao Vale-Cultura. Além do processo de sensibilização junto às entidades de classe, também para adesão ao programa.

2015 ->

Início de uma nova etapa das ações de divulgação e mobilização para potencialização do Programa. Lançamento de uma nova campanha publicitária para divulgar o Vale-Cultura e a realização de uma jornada com as "Rodadas do Vale-Cultura", que circulou o país promovendo o Programa de Cultura do Trabalhador. Continuidade às articulações individuais por meio de processo de sensibilização para adesão ao programa junto à empresas, estatais e entidades de classe.



2016 >

A Rodada do Vale-Cultura – que tem como objetivo de compartilhar informações sobre o funcionamento do programa e ampliar a adesão de empregadores, estabelecimentos recebedores e cidadãos em todas as regiões do Brasil – foram quatro edições realizadas, em Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba e Brasília;

Tramitação na Câmara dos Deputados do projeto de lei sobre o tema, aguardando Designação de Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT). O projeto de lei estende até 2021 o prazo de vigência do benefício fiscal decorrente da aquisição do Vale-Cultura pelas empresas beneficiárias tributadas com base no lucro real.

2017 ->

Visita a entidades de classe e apresentação do Programa de Cultura do Trabalhador para a adesão de empresas e trabalhadores;

Ocorreram tratativas internas e externas (Receita Federal do Brasil) para Renovação do Incentivo Fiscal.

RETOMADA MINC 2023

Ao longo de 2023, os esforços foram multiplicados para dinamizar a economia da cultura e fortalecer o Programa de Cultura do Trabalhador, em 2024 haverá ampliação da adesão de instituições e empresas ao Vale-Cultura como benefício a seus funcionários.



27% de participação dos filmes brasileiros na quantidade de bilhetes vendidos nas salas de cinema.

EXPLICAÇÃO

Aumentar a venda de ingressos de filmes brasileiros.

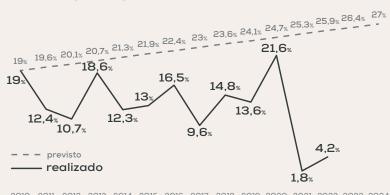
OBJETIVO DA META

Fortalecer as bases para o desenvolvimento de uma economia audiovisual competitiva e inovadora, baseada na produção e circulação de obras brasileiras, comprometida com a diversidade cultural e com a ampliação do acesso da população às obras audiovisuais.

PREVISTO ATÉ 2024

Sair de 19% ao ano para 27% ao ano de bilhetes vendidos. O escalonamento da meta previa um aumento gradual de 0.57% do número de bilhetes vendidos em relação ao ano anterior.

REALIZADO ATÉ 2022:



2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 Fonte de aferição: Observatório do Cinema e do Audiovisual (OCA).

EXECUÇÃO compartilhada com os entes federados. DESEMPENHO 16%

da meta cumprida.



CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO? Sim

PROPOSTA DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 3.9.

EM QUAL EIXO DA 4° CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?

Eixo 2 Democratização do acesso à Cultura e Participação Social.



PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

2012 ->

Prêmio Adicional de Renda - PAR: Iniciativa que, em 2012, contemplou 70 projetos;

Edital do Programa Ancine de Qualidade: apoio a 7 projetos;

Editais de coprodução internacional com a Argentina e o Uruguai: contemplou 6 coproduções;

Edital do Fundo Setorial do Audiovisual para a Linha de Ação A: produção de Obras Audiovisuais Cinematográficas de Longa- Metragem (para obras de ficção, documentário ou de animação);

Edital do Fundo Setorial do Audiovisual para a Linha de Ação C: aquisição de Direitos de Obras Audiovisuais Cinematográficas de Longa-Metragem (para obras de ficção, documentário ou de animação);

Edital do Fundo Setorial do Audiovisual para a Linha de Ação D: Comercialização de Obras Audiovisuais Cinematográficas de Longa- Metragem (para exploração de obras de ficção, documentário ou de animação em todos os segmentos de mercado, desde que a destinação e exibição inicial sejam prioritariamente no mercado de salas de exibição).

2013 -

Seleção de 51 projetos pelo Edital do Fundo Setorial do Audiovisual para a Linha de Ação A: produção de Obras Audiovisuais Cinematográficas de Longa-Metragem (para obras de ficção, documentário ou de animação).

17 projetos para a Linha de Ação C: aquisição de Direitos de Obras Audiovisuais Cinematográficas de Longa-Metragem (para obras de ficção, documentário ou de animação) e 2 projetos selecionados pelo para a Linha de Ação D: comercialização de Obras Audiovisuais Cinematográficas de Longa-Metragem.

2014 >

Edital do Prêmio Adicional de Renda – tem o objetivo de estimular o diálogo da cinematografia nacional com o seu público e premiar as empresas de acordo com o desempenho comercial dos filmes brasileiros no mercado de salas de exibição do País;

Edital do Programa Ancine de Qualidade – é um mecanismo de fomento à indústria cinematográfica brasileira, que concede apoio financeiro às empresas produtoras em razão da premiação ou indicação de longas-metragens brasileiros, de produção independente, em festivais nacionais e internacionais;

Editais de coprodução internacional – com o objetivo de promover a presença do cinema brasileiro no mercado externo;

Programa Brasil de Todas as Telas: tem o objetivo de transformar o país em um centro relevante de produção e programação de conteúdos audiovisuais e estimular o desenvolvimento dos agentes econômicos e promover o acesso de um número cada vez maior de brasileiros.



2015 ->

AncineNCINE + simples: Plano de ações para a qualificação da gestão do financiamento público do audiovisual. O Plano dinamizou as operações do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), aumentando a produtividade e a transparência dos processos e qualificando as análises e decisões da Agência.

Programa Brasil de Todas as Telas: dá continuidade ao Programa de Fomento ao Setor Audiovisual , com o objetivo de transformar o Brasil em um relevante centro produtor e programador de conteúdo. Algumas linhas de ação do programa são: aporte, distribuição e complementação na produção de longasmetragens; projetos de produção independente; incubação de núcleos criativos em empresas produtoras ou desenvolvedoras de projetos, entre outros;

Programa Cinema Perto de Você: disponibilização de linhas de crédito e investimento para abertura de novas salas de cinema;

Edital do Programa Ancine de Qualidade – mecanismo de fomento à indústria cinematográfica brasileira, que concede apoio financeiro às empresas produtoras em razão da premiação ou indicação de longas-metragens brasileiros, de produção independente, em festivais nacionais e internacionais.

2018 ->

Proposta de aferição da Cota de Tela por sessão para se adequar à prática já estabelecida do mercado de se programar os filmes também por sessão. A cota por sessão aumenta o incentivo para os exibidores programarem filmes brasileiros, expandindo a oferta e a diversidade de obras para o público. A aferição por grupo exibidor trará maior equilíbrio distributivo e alívio regulatório ao pequeno e médio exibidor.

2021 >

Modalidade de crédito reembolsável emergencial, aprovada pela resolução do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual – Ancine, propiciou o financiamento da folha de pagamento (salários), despesas operacionais e gastos com fornecedores, com o objetivo de contribuir para a manutenção de emprego e renda, e da atividade das empresas da cadeia produtiva do setor;

Celebrados 51 contratos da linha de crédito emergencial resultando em uma previsão de financiamento de R\$ 75,5 milhões, sendo o valor efetivamente desembolsado no período de R\$192,7 milhões.

RETOMADA MINC 2023

Em 2023 foram investidos mais de R\$ 2,8 bilhões no Setor Audiovisual, em diversas chamadas públicas de cinema e televisão, linhas de crédito para financiamento em infraestrutura, inovação e capital de giro das empresas do setor, apoio ao pequeno exibidor e acordos de coprodução. Não só o mercado voltou a receber apoio, mas fomento específico para jovens realizadores foram lançados, como editais de curtas metragem, formação e circulação de obras, além do Edital Ruth de Souza, idealizado para seleção de obras dirigidas por mulheres estreantes.



Aumento em 60% do número de pessoas que frequentam museus, centros culturais, cinema, espetáculos de teatro, circo, danças e música.

OBJETIVO DA META

Estimular a fruição, investir na formação de público e ampliar a oferta de bens culturais.

Dados referentes a 2013 ano de realização da Pesquisa Frequência de Práticas Culturais (Ipea).

	FREQUENTAM EVENTOS	BASE	:	REALIZADO 2013
	Museus/Centros culturais	7,40%	11,80%	14,90%
	Teatro/Circo/ Dança	14,20%	22,70%	18,10%
·	Música	18,90%	30,20%	13,80%
•	Cinema	18,40%	29,40%	24,60%

Fonte de aferição: Pesquisa Frequência de Práticas Culturais (Ipea) – 2013/2014.







CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Por um tempo, mas foi interrompido.

Para a aferição da meta, é utilizada a pesquisa de "Frequência de Práticas Culturais", do Sistema de Indicadores de Percepção Social (Sips), realizada pelo lpea. A pesquisa foi realizada somente entre os anos de 2013 – 2014 prejudicando a aferição da meta.

PROPOSTAS DA 3º CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: não foram elaboradas propostas que se relacionam a esta meta.

EM QUAL EIXO DA 4° CNC ESSE **TEMA SERÁ DISCUTIDO?**

Eixo 2 Democratização do acesso à cultura e Participação Social.



PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

Realização da gestão junto ao IPEA para elaboração e publicação de nova pesquisa sobre a Frequência de Práticas Culturais do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), com dados de 2013;

Para além da pesquisa, temos outros dados de visitação e atividades realizadas que podem ser destacadas.

MUSEUS

O Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) desenvolveu o Formulário de Visitação Anual (FVA), que coleta informações sobre os visitantes dos museus brasileiros ano a ano. A seguir dados do FVA:

De forma a engajar a maior participação de frequência aos museus, o IBRAM realiza a Semana Nacional de Museus, evento de agenda anual, em comemoração ao Dia Internacional dos Museus tem o propósito de mobilizar os museus brasileiros a partir de um esforço de concertação de suas programações em torno de um mesmo tema. O evento objetiva também a sensibilização da comunidade para o debate da atualidade;

Com a pandemia iniciada em 2020, a manutenção e ampliação da parceria entre lbram e o Google Arts & Culture foi importante para o aumento de visitas on-line do público. A busca por alternativas possíveis de entretenimento aumentou neste período de isolamento e muitas atividades tiveram que ser reinventadas.

ESPAÇOS ARTÍSTICOS DA FUNARTE

A Funarte mantém equipamentos culturais entre teatros, salas de exposições, salas de música, Escola Nacional de Circo e Espaços para Projetos de Residência para grupos de artistas, nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília. São espaços que se propõem a produzir e difundir as diferentes formas de expressão artística, como as artes visuais, artes cênicas, música, dança e circo. Esses equipamentos realizam e acolhem projetos de artistas reconhecidos e de novos artistas, promovendo uma interação maior entre a produção cultural;

Contribuem ainda para fomentar a arte cultural, apresentando ao público um retrato das expressões artísticas e a possibilidade de contato direto com artistas. Além disso, asseguram a preservação da memória cultural.

SALAS DE CINEMA

Para o aumento do público das salas de cinemas, a Ancine lançou o Programa Cinema Perto de Você, em 2014, criado para ampliar o mercado interno de cinema e acelerar a implantação de salas em todo o país;

Segundo dados do Relatório de Gestão da Ancine exercício 2020, de 2010 a 2019 foram assinados os 30 (trinta) contratos que somam R\$ 352,9 milhões em recursos do FSA,que abrangeram a implantação e modernização de cinemas em 14 estados da Federação, nas 5 regiões do país, totalizando 43 municípios atendidos, viabilizando a construção ou ampliação de 290 (duzentas e noventa) salas de cinema, além da digitalização de 1065 (um mil e sessenta e cinco) salas.

VALE CULTURA

Outra referência importante para essa meta é o Vale-Cultura, pois impacta diretamente no hábito de frequência das atividades culturais;

O Vale-Cultura é um benefício estimado no valor de R\$ 50, o qual determinadas empresas poderão conceder aos funcionários que ganham até cinco salários mínimos, utilizando a renúncia fiscal e desconto de parte desse valor no salário do funcionário;

Ao longo dos anos foram feitas campanhas de sensibilização para a adesão ao Vale-Cultura, além do processo de sensibilização junto às entidades de classe também para adesão ao Programa;

Mais informações sobre o Vale Cultura na meta 26.





100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência.

OBJETIVO DA META

Garantir que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos espaços culturais, seus acervos e atividades. A acessibilidade é uma das questões centrais para a qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania pelas pessoas com deficiência.

	LINHA BASE (2010)	PREVISTO (2024)	REALIZADO (2022)
Museus	761 (20%)	3868 (100%)	1520 (39%)
Cinemas	2206	3356 (100%)	3415 (102%)
Arquivos Públicos	sem informação	sem informação	sem informação
Teatros	sem informação	sem informação	sem informação
Bibliotecas Públicas	428 (7%)	5914 (100%)	525 (9%)
Centros Culturais	sem informação	1738 (100%)	272* (16%)

* Aqui estão contabilizados apenas os CEUs, porque foram os centros culturais com viabilidade de aferir informações.

Fonte de aferição: Ministério da Cultura.





CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Não , pois não possuímos meios adequados para aferir o indicador.

A meta tem o objetivo de garantir o cumprimento da Lei nº 10.098/2000 (Lei da Acessibilidade).

Entretanto, o Ministério da Cultura (MinC) e suas instituições vinculadas não possuem meios adequados para aferi-la.

As informações disponíveis sobre o cumprimento dessa meta dizem respeito aos museus e as bibliotecas públicas, mas, ainda assim, não está evidente quais os requisitos legais de acessibilidade são atendidos (ou não) por esses equipamentos culturais.

PROPOSTAS DA 3º CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 1.24; 3.11; 3.13; 3.18; 3.19.

EM QUAL EIXO DA 4° CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?

Eixo 4 Diversidade Cultural e Transversalidade de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural.



PARA REFLETIR

Nos últimos anos foram fechadas cerca de mil bibliotecas no Brasil, o que impacta o acesso e a acessibilidade das populações que antes contavam com este tipo de equipamento cultural. Além disso, boa parte das bibliotecas brasileiras ainda são uma espécie de "depósito de livros", sem projetos e estrutura de acessibilidade. É uma questão urgente a transformação dessas bibliotecas em centros culturais inclusivos para todos os



PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

2012 >

Projeto de Estruturação de Museus: visava, entre diversas ações, a concepção e execução de Plano Diretor de Acessibilidade Física e Linguística nas 30 unidades museológicas vinculadas ao Instituto Brasileiro de Museus.

2013 ->

Publicação do 2º volume da série Cadernos Museológicos, com o tema **Acessibilidade a Museus.** A publicação foi uma contribuição para a adaptação das práticas das instituições e dos espaços museais brasileiros de forma a torná-los acessíveis a todos;

Lançamento dos editais de acessibilidade para: i. fomento, produção, difusão e distribuição de livros em formato acessível; ii. ampliação e qualificação da acessibilidade em 10 bibliotecas públicas;

Os Ministérios da Cultura (MinC) e dos Direitos Humanos deram início às discussões para a ratificação do Tratado de Marrakech. O acordo permitiu que obras em Braille, Daisy ou audiobook pudessem ser distribuídas e publicadas sem a autorização do titular de direitos autorais das obras;

O MinC e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) constituíram Grupo de Trabalho Interministerial de Acessibilidade, com objetivo de propor as bases para uma Política de Acessibilidade Cultural no âmbito do Sistema Nacional de Cultura;

Realizada audiência pública de lançamento da Campanha Teatro Acessível: Arte, Prazer e Direitos.

2014 ->

Primeiro curso de Especialização em Acessibilidade Cultural, ministrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em parceria com o MinC;

Encontro Ibero-americano de Mobilidade e Acessibilidade como resultado de um acordo de cooperação técnica entre o Iphan e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e que contou com o apoio do Governo do Estado da Bahia;

Parceria com o British Council, que articulou uma oportunidade de estágio sobre acessibilidade cultural em duas instituições do Reino Unido;

Pesquisa Nacional de Acessibilidade em Bibliotecas Públicas para a realização de um diagnóstico sobre quais bibliotecas públicas atendem aos requisitos legais de acessibilidade;

Reuniões do grupo de trabalho interministerial com integrantes do MinC e da a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência com o objetivo de construção conjunta das bases de uma política nacional de acessibilidade na Cultura.

2015 ->

Modernização e implementação do Setor Braille em 53 Bibliotecas Públicas do Ceará;

Projeto de Acessibilidade Cultura: rede de articulação, fomento e formação em acessibilidade cultural, o qual buscou produzir em diversos formato e mídias (livros, vídeos, CDs, DVDs) com conteúdos culturais, como, publicações de planos de cultura, planos setoriais, leis, editais e informações públicas de forma acessível e adaptada às singularidades e especificidades da diversidade das expressões culturais;

GT acessibilidade cultural, que buscou definir os critérios mínimos de acessibilidade para os equipamentos culturais, entre outras providências.

2016 >

Seminário Internacional de Acessibilidade em Bibliotecas Públicas;

Lançamento de 25 livros acessíveis como parte do projeto Acessibilidade em Bibliotecas Públicas. O projeto prevê o envio de 300 títulos acessíveis a 10 bibliotecas públicas (duas em cada região do país), incluindo as recémlançadas, e 275 obras que já estavam disponíveis no mercado;

Alteração do art. 23 do Decreto nº 5.296/2004, que trata sobre a reserva de espaços e assentos em teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares conforme o art. 44 da Lei nº 13.146/2015 – que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;

Seminário Autonomia e Direitos para Todos, em comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência e lançamento do primeiro livro brasileiro em múltiplos formatos, oriundo do projeto Acessibilidade em Bibliotecas Públicas;

A Ancine publicou a Instrução Normativa nº. 128/2016 que estabelece prazos para a adaptação das salas à acessibilidade comunicacional. A SAV produziu o guia para Produções Audiovisuais Acessíveis, lançado no Seminário de Tradução Audiovisual e Acessibilidade. A publicação, realizada por 14 colaboradores, trouxe orientações das técnicas de acessibilidade. Além de detalhar formas para realizar a audiodescrição, a brochura trata da janela de interpretação de língua de sinais e da legendagem para surdos e mudos;

Entrou em vigor o Tratado de Marraqueche, que facilita o acesso a obras publicadas para pessoas cegas. A proposta do texto foi de autoria do Brasil, em parceria com Paraguai e Equador.

2017 →

5ª edição do Prêmio Culturas Populares que premiou 8 (oito) iniciativas que previam produtos e serviços direcionados às pessoas com deficiência;

Curso Acessibilidade Cultural, realizado pela SAV, com o objetivo de aprimorar os conhecimentos técnicos sobre as modalidades de acessibilidade audiovisual, possibilitando maior eficiência dos servidores que trabalham com a análise de Projetos Culturais;

V ENAC – Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural, que contou com a participação de 239 pessoas;

Estágio Internacional do programa Iberbibliotecas, com o tema: Acessibilidade, Diversidade e Inclusão em Bibliotecas Públicas;

53 bibliotecas contempladas por meio de convênio que visa à acessibilização de bibliotecas públicas no estado do Ceará. Conveniamento com a Biblioteca Pública de Ceilândia/DF, para modernização de equipamentos e acessibilidade.

2018 -

Cotas para as pessoas com deficiência no Edital de Culturas Populares que elegeu iniciativas para retomar, promover e difundir a diversidade cultural, como o Cordel, a Quadrilha, o Maracatu, o Jongo, o Cortejo de Afoxé, o Bumba-Meu-Boi e o Boi de Mamão, entre outros. Foram destinados 20 prêmios, tendo sido contemplados 3 (três) prêmios para grupos/comunidades e 8 (oito) prêmios para a categoria de pessoa jurídica, cujas iniciativas, produtos e serviços são direcionados às pessoas com deficiência;

VI ENAC – Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural. Nesta edição, foi ampliado o olhar sobre diferentes iniciativas de acessibilidade cultural, tendo sido lançada a chamada de apresentação para trabalhos científicos que retrataram a promoção da cidadania cultural das pessoas com deficiência;

Encontro em Acessibilidade Audiovisual. O encontro é parte do Plano de Acessibilidade Audiovisual da Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do Mercosul (Recam) para pessoas cegas e surdas e tem o objetivo de gerar reflexão e intercâmbio de ideias e boas práticas sobre o tema;

Projeto Biblioteca Acessível que auxilia portadores de deficiência visual e idosos na realização de pesquisas nos acervos físico e digital da Biblioteca – com ampliadores de textos eletrônicos, leitores de livros autônomos, linhas Braille, folheadores automáticos de livros, teclados e mouses especiais, impressoras Braille e programas para leitura de textos que fazem reconhecimento de voz.

2019 ->

Realização da 3ª edição do Curso de Especialização latu sensu em Acessibilidade Cultural, realizado em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

2020>

Concessão de 25 prêmios pelo Prêmio Festival Funarte Acessibilidança Virtual 2020, iniciativa destinada a valorizar e fortalecer a expressão da dança brasileira, assim como possibilitar a sua democratização, inclusão e acessibilidade.

2021 >

Promoção do curso de Acessibilidade Cultural para orientar os profissionais da Funarte sobre ambiente e comunicação inclusivos;

A Funarte, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ), realizou o curso on-line Dança + Educação + Acessibilidade;

Aprovação de linha de crédito para cofinanciamento de investimentos de empresas brasileiras da cadeia do audiovisual visando a implementação de soluções de inovação, acessibilidade/ou desenvolvimento ou aquisição de ferramentas de atualização tecnológica.

2022>

Edição da Instrução Normativa n.º 165, de 29 de setembro de 2022, que dispõe sobre normas gerais e critérios básicos de acessibilidade visual e auditiva, a serem observados nos segmentos de distribuição e exibição cinematográfica;

Em 2022, existiam 3.415 salas de cinema do circuito comercial com espaços para cadeirantes nos termos do artigo 12 da Lei Nº10.098, de 2000, 812 complexos com programação regular e/ ou sistema de apoio para as pessoas com deficiência auditiva.

RETOMADA MINC 2023

Houve a universalização do acesso das pessoas com deficiência visual ou auditiva aos filmes exibidos em salas de cinema brasileiras, conforme o disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Graças à inovação e à ampliação das soluções possíveis, atualmente 100% do parque exibidor brasileiro encontra-se acessível às pessoas com deficiência.

Na LPG todos os projetos devem prever medidas de acessibilidade, sendo indicado um mínimo de 10% dos recursos para esse fim.



37% dos municípios brasileiros com cineclube.

OBJETIVO DA META

Ampliar o acesso às produções recentes e aos filmes que estão fora do circuito de exibição e também promover oficinas de capacitação, que atendam, prioritariamente, aos bairros periféricos das cidades brasileiras.

PREVISTO ATÉ 2024

2.061 municípios com cineclubes.

REALIZADO ATÉ 2022

701 municípios com cineclubes. A última informação é de 2014, pois a execução do programa foi descontinuada.

Fonte de aferição: Ministério da Cultura.







CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?



PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: não foram elaboradas propostas que se relacionam a esta meta.

EM QUAL EIXO DA 4º CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?



Democratização do acesso à cultura e Participação Social.



PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

2012 >

Lançamento de plataforma online de cadastro para que os cineclubes e demais espaços alternativos de exibição audiovisual informassem seus dados e atualizações cadastrais;

Cine Mais Cultura, programa com objetivo de ampliar espaços não comerciais de cinema e fomentar o seu funcionamento por meio de oficinas, envio de equipamentos e acervos realizou o recadastramento de 1.043 espaços.

2013 ->

No segundo semestre de 2013, foram pactuados 120 cineclubes referentes ao Programa Cine Mais Cultura, sendo repassados recursos para execução em 2014, com a Universidade Federal do Mato Grosso, Fundação Municipal Cultural de Niterói;

Envio das obras audiovisuais brasileiras do catálogo da Programadora Brasil para compor o acervo do CEUs (Centros de Artes e Esportes Unificados).

2014 →

Foram implantados 19 novos cineclubes, a partir de repasses de recursos realizados no segundo semestre de 2013, à Universidade Federal do Mato Grosso, à Prefeitura Municipal de Aracaju (SE) e à Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas, além de 44 unidades CEUs (Centros de Artes e Esportes Unificados), inauguradas em 2014, que receberam obras audiovisuais brasileiras do catálogo da Programadora Brasil, totalizando 63 novos espaços de fruição.

2015 -

Início do redesenho do processo de implantação, difusão do conteúdo audiovisual brasileiro e de formação de público;

Entre as mudanças propostas destacam-se: a implantação do Canal de Cultura, o vídeo on Demand para ampliar a formação de público, bem como os mecanismos de acesso aos conteúdos audiovisuais, inclusive em parceria com os cineclubes brasileiros;

Realização da Jornada Nacional de Cineclubes para construir e atualizar as políticas voltadas para o segmento cineclubista brasileiro;

Edital Comunica Brasil que selecionou 40 cineclubes para serem implementados em 10 municípios (4 por município).

2016 →

Conveniamento com prefeituras de 10 municípios, selecionadas por meio do Edital Comunica Brasil 2015, para implantação de cineclubes ao longo do ano de 2017.





Municípios brasileiros com algum tipo de instituição ou equipamento cultural, entre museus, teatro ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação, cinema e centro cultural.

OBJETIVO DA META

Aumentar o número de cidades com espaços culturais para desconcentrar e interiorizar a infraestrutura cultural e democratizar o acesso às políticas culturais.

Dados referentes a 2021, ano da publicação da última edição da MUNIC.

FAIXA POPU- LACIONAL	NÚMERO DE EQUIPAMENTOS PREVISTOS	% DE MUNICÍPIOS QUE CUMPREM O NÚMERO DE EQUIPAMENTOS DA META		
NA META		LINHA DE BASE	2024	REALIZADO ATÉ 2021
Até 10.000 hab.	Pelo menos 1 equipamento	28,3%	35%	45.7%
De 10.000 a 20.000 hab.	Pelo menos 2 tipos de equipamento	16,6%	20%	29.2%
De 20.000 a 50.000 hab.	Pelo menos 3 tipos de equipamentos	16%	20%	100%
De 50.000 a 100.000 hab.	Pelo menos 3 tipos de equipamentos	43%	55%	55.4%
100.000 a 500.000 hab	Pelo menos 4 tipos de equipamento	46,8%	60%	64.6%
Mais de 500.000 hab.	Pelo menos 4 tipos de equipamento	80%	100%	91,8%

compartilhada com os entes federados.

DESEMPENHO
179%

META CONCLUÍDA.

(média dos indicadores)

EXECUÇÃO

Fonte de aferição: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic, 2021.





CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Sim

PROPOSTAS DA 3º CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 1.24; 3.1; 4.20; 4.24.

EM QUAL EIXO DA 4° CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?

Eixo 2 Democratização do acesso à cultura e Participação Social.



PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2021)

2012 ->

Instituição de linhas de crédito junto aos agentes financeiros credenciados do Fundo Setorial do Audiovisual – FSA, destinados à abertura, modernização e digitalização de salas de cinema;

Edital Mais Museus para apoiar financeiramente a implantação de museus em cidades que não tinham instituição museológica: pagamento 4º Edital, com 17 municípios e Lançamento 5º Edital;

Disponibilização de um serviço de **Fale Conosco**, com o objetivo de fornecer orientações para a criação de novos museus em diversas regiões do país.

2013 -

Aprovação da implantação de 5 complexos cinematográficos e 90 novas salas de cinema por intermédio do Programa Cinema Perto de Você;

Pagamento de editais e prêmios de modernização de museus lançados no ano anterior, que beneficiou 20 museus e 11 cidades de 7 estados brasileiros;

Mapeamento de 126 museus, no escopo do Sistema Nacional de Museus.

2014 →

Implementação do Regime Especial de Tributação para o Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica

- RECINE. O RECINE foi instituído pela Lei nº 12.599/2012 e teve seus dispositivos regulamentados pelo Decreto nº 7.729/2012. É um regime especial de tributação que integra o Programa Cinema Perto de Você, voltado à expansão e modernização do parque exibidor brasileiro, com ênfase na digitalização das salas. O RECINE determina que as operações de aquisição no mercado interno ou de importação voltadas à implantação ou a modernização de salas de cinema sejam desoneradas de todos os tributos federais incidentes;

Conclusão de obras civis e aquisição de equipamentos e mobiliários dos Centros de Artes e Esportes Unificados – CEUs –, tornando-os aptos para inauguração e funcionamento.

2015 ->

Implantação e inauguração de 92 Centros de Artes e Esportes Unificados – CEUs das Artes e dos Esportes, em 90 diferentes municípios brasileiros.

2016 >

3.168 cinemas instalados pelo programa Cinema da Cidade, que estimula, por meio de convênios com as Prefeituras e governos estaduais, a implantação de complexos de cinema em cidades com mais de 20 mil e menos de 100 mil habitantes que não disponham desse serviço.

47 Centros de Artes e Esportes Unificados – CEUs das Artes e dos Esportes implantados.

2017 ->

Total de 3.220 cinemas instalados, sendo que a maior parte se encontra em municípios com mais de 100 mil habitantes;

Implantação de 10 Centros das Artes e Esportes Unificados – CEUs das Artes e dos Esportes. 2018 ->

Convênio para a Implantação, instalação e modernização de espaços culturais no estado de São Paulo, bem como para a aquisição de 213 instrumentos e equipamentos para o **Espaço Cultural – Casa da Cultura – Aquisição de instrumentos musicais**;

Implantação de 40 Centros de Artes e Esportes Unificados – CEU -, em 180 diferentes municípios brasileiros mais o Distrito Federal.

2019 >

Implementação de 38 Estações Cidadania – Cultura (antigos Centros de Artes e Esportes Unificados – CEUs), em 216 diferentes municípios brasileiros mais o Distrito Federal.

2020>

Implantação de 16 Pracinhas da Cultura em diferentes municípios brasileiros mais o Distrito Federal.

2021 →

Implantação de 14 Pracinhas da Cultura em diferentes municípios brasileiros mais o Distrito Federal.

2022>

Implantação de 15 Pracinhas da Cultura em diferentes municípios brasileiros mais o Distrito Federal;

RETOMADA MINC 2023

TERRITÓRIOS DA CULTURA

300 CEUS PELA PNAB: 10% dos recursos da PNAB serão utilizados pelos estados para implantação dos CEUs da Cultura no âmbito do PAC, com a meta de entrega de 300 CEUs da Cultura em territórios vulnerabilizados socialmente.

30 A 45 MOVCEUS: equipamento cultural itinerante, projetado para locais com famílias de baixa renda, em municípios com menos de 20 mil habitantes, rurais ou urbanos, que tenham limitações para construção de equipamentos culturais públicos.

PATRIMÔNIO CULTURAL NO PAC: investimento de R\$700 milhões em 139 obras no Novo PAC, possibilitando a geração de milhares de empregos nas cinco regiões do país.

100 novos projetos pelo PAC Seleções, com propostas enviadas por estados e municípios, priorizando a integração das obras de patrimônio com a ampliação de oportunidades culturais e sociais nos territórios.





100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento.

OBJETIVO DA META

Garantir que todos os municípios tenham ao menos uma biblioteca em funcionamento, ou seja, aberta ao público e com renovação constante de seu acervo, que deve incluir publicações das diversas linguagens artísticas.

PREVISTO ATÉ 2024

5.570 municípios com pelo menos uma biblioteca pública em funcionamento.

REALIZADO ATÉ 2022

4.601 municípios (82.6%) com pelo menos uma biblioteca pública em funcionamento.

Fonte de aferição: Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP).



CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?



PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 1.24; 3.1; 4.20; 4.24

EM QUAL EIXO DA 4° CNC ESSE **TEMA SERÁ DISCUTIDO?**

Eixo 2 Democratização do acesso à cultura e Participação Social.

Eixo 3 Identidade, Patrimônio e Memória.



PARA REFLETIR

Nos governos Lula e Dilma, foram zerados o número de municípios sem bibliotecas. Mas, mais de mil bibliotecas públicas foram fechadas nos últimos anos e as prefeituras não as reabriram. É preciso uma grande campanha de valorização social da biblioteca e do livro e uma transformação desses equipamentos em centros culturais dinâmicos e atrativos.







PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

2012 >

Entrega de 96 kits para a instalação de novas Bibliotecas Públicas;

Seleção de projeto com o objetivo de apoiar a ação de instalação de Bibliotecas Públicas no Brasil;

Monitoramento de 1.704 municípios que receberam apoio na instalação de Bibliotecas Públicas de 2004 a 2011;

Implementação de ferramenta de controle e gestão da informação e da logística da ação de instalação de BP;

Visitas e reuniões técnicas para monitorar e assessorar 45 bibliotecas públicas.

2013 →

Projeto Mais Biblioteca Pública – Apoio à instalação e qualificação de Bibliotecas Públicas, resultado do convênio entre a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e o Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC), o Sistema Nacional de Biblioteca Públicas (SNBP);

Aprovação na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), do Projeto de Lei do Senado (PLS)156/2013, que tramitou com o PLS 259/2013, que estabelece acesso universal às bibliotecas públicas.

2014 →

No âmbito do projeto **Mais Bibliotecas Públicas** foram realizados encontros com governos locais com o objetivo de mobilizar e sensibilizar os gestores públicos e a sociedade civil com vistas a ampliar o número de bibliotecas públicas no território brasileiro. O Projeto Mais Bibliotecas Públicas articula com os municípios que ainda não têm bibliotecas ou que se encontram com esses equipamentos fechados, com objetivo de estimular os governos locais sobre a importância e a necessidade da democratização da leitura e da informação para a população brasileira;

20 encontros locais, com 349 municípios de 18 estados, envolvendo um número aproximado de 1.300 pessoas. As reuniões foram realizadas em Município de Curuçá (PA), Salvador (BA), Nova Iguaçu (RJ), Arapiraca (AL), Aracaju e Nossa Senhora do Socorro (SE), João Pessoa e Frei Martinho (PB), Belo Horizonte (MG), Natal (RN), Mato Grosso do Sul (MS), Fortaleza (CE), Rio Grande do Sul (RS), Espírito Santo (ES), Santa Catarina (SC), Cuiabá (MT), Pernambuco (PE), Porto Velho (RO), Piauí (PI) e Acre (AC).

2015 →

Edital de Fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas com o objetivo de apoiar projetos destinados à instalação e/ou modernização de bibliotecas públicas nos municípios que aderiram à proposta do SNC, instituíram seus Sistemas Municipais de Cultura por leis próprias, publicadas ou com o projeto de lei finalizado e em tramitação;

IV Fórum de Bibliotecas Públicas

2016 →

Parceria com a ONG Mais Diferenças, para publicação de 25 livros adaptados a pessoas cegas ou com alguma deficiência visual. Essa iniciativa possibilita a leitura de títulos importantes que serão produzidos em suporte de vídeo e áudio, com descrição de imagens, além de tradução de interpretação em libras;

2017 ->

O Brasil foi escolhido para sediar o estágio do Programa Iberbibliotecas. Durante uma semana, 27 bibliotecários selecionados pelos países e cidades membros do programa fizeram visitas, contatos e intercâmbios com instituições do setor. Eles trataram, durante os estudos e debates, dos seguintes temas: biblioteca para todos; biblioteca inclusiva e acessível; atendimento a diferentes públicos em situação de exclusão; e acessibilidade e desenho universal na área do livro, leitura e bibliotecas. O programa Iberbibliotecas é uma realização do Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe (Cerlalc), órgão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) responsável pelo fomento ao livro e à leitura na América Latina, no Caribe, em Portugal e na Espanha.

2018 >

Qualificação de 82 pessoas por meio do C**ursos de** Formação do Programa Iberbibliotecas;

Publicação de edital de incentivo à publicação de obras literárias inéditas que abordavam a temática do bicentenário da independência do Brasil. Foram contempladas, em 2019, 25 obras que receberam prêmios no valor de R\$ 40 mil;

Edital de Bibliotecas Digitais 2018 que buscou criar o conceito de Bibliotecas Digitais em bibliotecas públicas estaduais, municipais e do Distrito Federal. Os selecionados adquiriram leitores de livros digitais (e-readers), licenças e direitos para acesso digital a conteúdos e livros, além de colocar em prática ações de modernização e adequação de suas estruturas.

RETOMADA MINC 2023

CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECAS E ESPAÇOS DE LEITURA NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA E NOS CEUS.

Pelo Ministério das Cidades em parceria com o MinC: Os novos condomínios do Minha Casa, Minha Vida receberão bibliotecas de acordo com o porte dos empreendimentos. Situação atual: Cartilha de implementação das bibliotecas nos condomínios pronta.



1.000 espaços culturais integrados a esporte e lazer em funcionamento.

OBJETIVO DA META

Promover a cidadania e reduzir a pobreza por meio do acesso à infraestrutura cultural.

PREVISTO ATÉ 2024

1.000 Praças dos Esportes e da Cultura, do Governo Federal.

REALIZADO ATÉ 2022

272 CEUs implementados.

Fonte de aferição: Ministério da Cultura.



CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Em partes, os dados estão incompletos.

À época de sua elaboração, a meta buscava medir, além dos CEUs, outros espaços integrados a esporte e lazer em funcionamento. Entretanto, o MinC só possui dados referentes aos CEUs.

Além disso, o indicador acompanha o número de espaços, mas não seus resultados ou impactos no entorno.

PROPOSTAS DA 3º CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 3.1; 3.4; 4.20 - dessas, a meta 3.1 foi aprovada como prioritária.

EM QUAL EIXO DA 4° CNC ESSE **TEMA SERÁ DISCUTIDO?**

Eixo 2 Democratização do acesso à cultura e Participação Social.



PARA REFLETIR

Essa meta se referia aos CEUS, que na época ainda não tinham esse nome. Em 2023, havia 288 Ceus das Artes implementados em integração com esporte e CRAS. Em recente amostragem verificou-se que, destes, apenas 64% dos equipamentos estão sob gestão municipal da área da cultura, outros acabaram ficando sob gestão de áreas como desenvolvimento social, esporte ou segurança, deixando as atividades culturais como acessórias ou apenas de lazer, algumas vezes sem uma política efetiva para a Cultura.

META 33





PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

2012 ->

Foram pactuados 360 empreendimentos para os Centros de Artes e Esportes Unificados.

2013 ->

De acordo com o 8º balanço do PAC 2, foram contratadas 358 unidades dos CEUs em 325 municípios brasileiros. Do total contratado, 76% das unidades estão em obras ou foram entregues.

2014 ->

O Ministério da Cultura (MinC) deu início ao processo de ativação dos Territórios de Vivência que são as áreas próximas aos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs), nas quais se estabelecem as redes socioculturais e o cotidiano de vida da comunidade, que correspondem a um raio médio de até 50 km desses locais;

O MinC e a Fundação Nacional de Artes (Funarte) divulgaram o resultado final, após recursos, do Edital Funarte de Ocupação dos CEUs das Artes. Foram contempladas 27 iniciativas. O Edital Funarte de Ocupação dos CEUs das Artes vai contemplar um total de 80 projetos de ocupação.

2015 →

O Ministério da Cultura promoveu o "Ciclo de Ativação dos CEUs" com encontros para capacitar e estimular comunidades da região Centro-Oeste a aproveitar plenamente os recursos oferecidos nas Praças CEUs;

Foi realizado o chamamento público para a seleção de projetos para atividades nos laboratórios multimídia dos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs). A iniciativa é do programa LabCEUs – Laboratórios de Cidades Sensitivas, parceria entre o Ministério da Cultura (MinC), por meio da Secretaria de Políticas Culturais, e o InCiti – Pesquisa e Inovação para as Cidades da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O objetivo é que as propostas tenham a experimentação de métodos e processos criativos de ocupação dos territórios, podendo envolver iniciativas de criação, pesquisa, formação, produção, difusão, circulação, memória e demais ações que proporcionem interações entre a comunidade e a cidade.

2016 →

O MinC, em parceria com a Universidade Federal do ABC, capacitou 20 pessoas no Projeto Rede CEUs de Cineclubes, que tem como objetivo formar uma rede de cineclubes no país a partir de um núcleo inicial de nove cineclubes nos Centros de Arte e Esportes Unificados – CEUs, instalados pelo Governo Federal em parceria com os municípios de 357 cidades do Brasil.

2018 →

Reconhecimento e premiação de 58 iniciativas socioculturais realizadas nos Centros de Artes e Esportes Unificados – CEUs;

Elaboração e publicação da Cartilha "Praça CEU – série Produzindo" A cartilha informa como produzir um espetáculo de teatro, um festival de filmes ou de shows de música, utilizando a técnica de lista de checagem (check list) e mapas mentais;

Pesquisa qualitativa sobre sustentabilidade nas Praças CEUs realizada e disponibilizada aos 312 municípios integrantes do Programa.

2022>

Implementação e inauguração de 272 Pracinhas da Cultura (antigos Centros de Artes e Esportes Unificados – CEUs), em diferentes municípios brasileiros, mais o Distrito Federal. Todos os espaços foram construídos com requisitos de acessibilidade;

RETOMADA MINC 2023

TERRITÓRIOS DA CULTURA

300 CEUS PELA PNAB: 10% dos recursos da PNAB serão utilizados pelos estados para implantação dos CEUs da Cultura no âmbito do PAC, com a meta de entrega de 300 CEUs da Cultura em territórios vulnerabilizados socialmente.

O novo CEU da Cultura foi reformulado – é um projeto de edificação de uso cultural, de pequeno a médio porte e caráter comunitário, composta por espaços associados à expressão corporal, educação cidadã, arte e educação, trabalho e renda, meio ambiente, entre outras atividades interrelacionadas à cultura.

Os futuros equipamentos serão desenhados com colaboração das comunidades e em vez de um modelo padrão, os novos CEUS da Cultura se adaptarão à diversidade climática e cultural de cada lugar. Cada um deles oferecerá funcionalidades específicas de acordo com a demanda local.

30 A 45 MOVCEUS: Equipamento cultural itinerante, projetado para locais com famílias de baixa renda, em municípios com menos de 20 mil habitantes, rurais ou urbanos, que tenham limitações para construção de equipamentos culturais públicos.





50% de bibliotecas e museus modernizados.

EXPLICAÇÃO

Melhorar instalações, equipamentos e acervos de bibliotecas e museus.

OBJETIVO DA META

Oferecer aos cidadãos acervos atualizados e conservados, instalações adequadas, equipamentos modernos e em funcionamento.

PREVISTO ATÉ 2024

3.028 bibliotecas modernizadas e 1.885 museus modernizados.

REALIZADO ATÉ 2022

1.949 bibliotecas modernizadas e 302 museus modernizados.

Fonte de aferição: Sistema Brasileiros de Museus (SBM) e Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP).



CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Em partes , o indicador é impreciso.

O termo **modernizado** é impreciso, o que prejudica a apuração do indicador.

Em termos de modernização dos espaços físicos, o indicador em porcentagem da meta torna complicada a aferição, pois o número de museus e bibliotecas tem variado bastante, seja pelo apagão de pesquisas aferidoras, seja pelo surgimento contínuo de novas instituições. Avalia-se que a melhor forma de indicação da meta e seu alcance, por consequência, seja por um modo quantitativo.

PROPOSTAS DA 3º CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 1.24 e 2.2

EM QUAL EIXO DA 4º CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?

Eixo 2 Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social.

Eixo 3 Identidade, Patrimônio e Memória.



PARA REFLETIR

A modernização das bibliotecas públicas passa por gerar no brasileiro uma nova ideia desses equipamentos culturais, com atividades culturais permanentes, articulação de distintos suportes de leitura, físicos e digitais, além da modernização dos espaços físicos que as tornem atraentes para diferentes públicos e mais inclusivos.

Além disso, essa meta não inclui uma grande demanda de gestores e sociedade civil que são as modernizações de espaços culturais mais diversos: teatros, salas de cinema, galerias de exposições, centros culturais em geral (inclusive entidades privadas) etc.





PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

MUSEUS

2012 ->

Lançamento do 2º Prêmio de Modernização de Museus – Microprojetos. O prêmio foi destinado a 50 iniciativas de modernização voltadas à educação, a preservação do patrimônio museológico, a difusão e divulgação institucional, dentre outras, totalizando R\$110.000,00 em prêmios;

Lançamento do 6º Edital de modernização de museus. O objetivo do edital foi dar apoio financeiro aos projetos selecionados e que estejam voltados à cultura, à memória e ao patrimônio, para a modernização de instituições museológicas, totalizando R\$450.000,00.

2013 -

Lançamento do Edital de Chamamento Público nº 05/2013 Modernização de Museus com aporte de R\$3.890.000,00 (três milhões,oitocentos e noventa mil reais);

Realização de obras e aquisição de equipamentos de apoio, de segurança e de informática em 6 museus do Ibram.

2014 ->

Lançamento do Prêmio de Modernização de Museus 2014 - Microprojetos.

2015 →

Lançamento da 7ª Edição do Chamamento Público Modernização de Museus;

Modernização dos seguintes museus: Memorial JK, Museu da República, Museu Histórico Nacional, Museu Nacional de Belas Artes, Museu Chácara do Céu, Museu Villa-Lobos, Museu Lasar Segall, Museu de Arte Sacra de Paraty, Museu Forte Defensor Perpétuo, Museu Regional Casa dos Ottoni e Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio, Modernização do Museu Casa de Rui Barbosa e da Biblioteca do Mestrado Profissional.

2017 -

Modernização das seguintes instituições:

Fundação Casa de Jorge Amado, o Museu Lasar Segall, o Centro Cultural do Movimento Escoteiro, o Museu de Cinema (dentro do prédio denominado Rolo, no Centro Petrobras de Cinema), a Fundação de Arte de Niterói e o Centro Cultural Pagu, que abriga a Biblioteca Municipal Jaçanã Altair e o Museu Histórico e Pedagógico Dr. Armando de Salles Oliveira.

2018 →

Lançamento do edital de Modernização de Museus – Prêmios com vistas a contemplar 28 projetos com R\$ 100 mil cada, totalizando R\$ 2,8 milhões voltados a iniciativas bemsucedidas de modernização e preservação do patrimônio museológico implementadas por instituições museológicas ou por mantenedores de museus no período de 2015 a 2018;

BIBLIOTECAS

2012 →

Edital de Modernização de Bibliotecas que contemplou 82 bibliotecas públicas para a distribuição de 125 kits de modernização de bibliotecas públicas referentes aos contratos de comodatos estabelecidos entre a Fundação Biblioteca Nacional e municípios brasileiros nos anos de 2008 a 2012. Os Kits podem variar de ano a ano, mas geralmente é composto por livros; computador com software, impressora; TV; circuladores de ar e mobiliário.

2013 →

Monitoramento de 1.698 bibliotecas públicas localizadas em municípios que receberam apoio na instalação e modernização desse tipo de equipamento cultural.

2014 →

Prêmio Boas Práticas e Inovação em Bibliotecas Públicas – que contemplou 52 bibliotecas;

Acessibilidade em Bibliotecas Públicas – que contemplou 10 bibliotecas

Edital de Modernização de Bibliotecas que distribuiu 21 kits de modernização contendo acervo, mobiliário e equipamentos.

2015 ->

Parceria com o Comitê para a Democratização da Informática (CDI), por meio do Projeto CDI Bibliotecas, com objetivo de atuar diretamente junto a 48 bibliotecas públicas municipais e estaduais para aplicar a metodologia baseada nas propostas do educador brasileiro Paulo Freire;

Parceria com Fundação Bill&Melinda Gates e com o Instituto de Políticas Relacionais, foi realizado o projeto Tổ na Rede, que beneficiou duas bibliotecas. O objetivo foi melhorar e aumentar o engajamento das bibliotecas públicas com a comunidade e o uso de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) pelos funcionários da biblioteca;

Apoio à 53 bibliotecas, por meio do edital de fortalecimento do SNC, que destinou recursos para instalação e modernização de bibliotecas públicas municipais.

2016 >

O MinC, em parceria com a ONG Mais Diferenças, promoveu o Seminário Internacional de Acessibilidade em Bibliotecas Públicas. Durante o evento houve o lançamento de 25 livros acessíveis como parte do projeto Acessibilidade em Bibliotecas Públicas. O projeto previa o envio de 300 títulos acessíveis a 10 bibliotecas públicas (duas em cada região do país) e 275 obras que já estavam disponíveis no mercado;

O Iphan, em parceria com a prefeitura de São Francisco do Sul, iniciou a restauração e a requalificação da Biblioteca Augusto José Ribeiro (SC);

O Programa Ibero-americano de Bibliotecas Públicas, Iberbibliotecas, divulgou a lista dos projetos habilitados para a 4º Convocatória de Ajudas 2016. Foram 111 projetos habilitados referentes a serviços bibliotecários inovadores.

2018 >

Edital de Bibliotecas Digitais 2018 que buscou criar o conceito de Bibliotecas Digitais em bibliotecas públicas estaduais, municipais e do Distrito Federal para aquisição de leitores de livros digitais (e-readers), licenças e direitos para acesso digital a conteúdos e livros, além de colocar em prática ações de modernização e adequação de suas estruturas;

RETOMADA MINC 2023

RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MUSEUS

Em 2023, foram premiadas 100 práticas em museologia social e processos museais comunitários, também foram lançados editais de fomento ao setor museológico e realizados investimentos em 12 obras de recuperação de museus.

CAIS DO VALONGO

Após anos de negligência por parte do governo anterior, que quase resultou na perda do título de patrimônio mundial, foram retomadas,por parte do Governo Federal, as ações no Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, Patrimônio Mundial UNESCO desde 2017. Entre elas, a recriação do Comitê Gestor do Cais do Valongo, extinto em 2019 e empossado em março de 2023.

MUSEU DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

O Museu da Democracia brasileira será construído em Brasília, e pretende contribuir para a formação de uma sociedade mais participativa, informada e comprometida com a democracia e com os direitos humanos. Serão R\$ 40 milhões (PAC) para as obras do espaço, que irá abrigar um acervo com elementos da valorização da diversidade cultural e da pluralidade de ideias.





Gestores capacitados em 100% das instituições e equipamentos culturais apoiados pelo Ministério da Cultura.

OBJETIVO DA META

Para que os equipamentos tenham pleno e adequado funcionamento, é que se reconhece a necessidade de que seus gestores e funcionários sejam capacitados e qualificados.

PREVISTO ATÉ 2024

Pelo menos um gestor capacitado em todas as instituições e equipamentos apoiados pelo MinC.

REALIZADO ATÉ 2022

Das 5.559 instituições e equipamentos culturais apoiados pelo Ministério da Cultura, 3.523 tinham gestores capacitados.

Foram capacitados 18.660 gestores até o ano de 2022.

Fonte de aferição: Ministério da Cultura.



CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Em partes, o indicador é impreciso.

De acordo com o indicador da meta, é necessário ter o número total de equipamentos apoiados pelo MinC com ao menos um servidor capacitado em relação ao total de equipamentos apoiados pelo MinC. Mas não existe registro único do total de equipamentos apoiados. Além disso, não se sabe quantos servidores atuam nesses equipamentos – nem se foram ou não capacitados.

Para fins de apuração da meta, considerou-se como equipamentos culturais apoiados pelo MinC as bibliotecas públicas, os museus e os CEUs - Pracinhas de Cultura - uma imprecisão, pois "equipamentos apoiados" é um universo muito mais amplo, com espaços como Pontos de Cultura, Museus financiados pelo incentivo fiscal, por exemplo.

PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 1.14;

1.15; 2.40; 4.13

EM QUAL EIXO DA 4º CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?

Eixo 1

Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultur.a.





2012 >

Início da realização do Programa de Capacitação em Gestão de Equipamentos Públicos, realizado em parceria com a FGV, para capacitar gestores dos entes federados responsáveis pela implementação dos Céus das Artes e do Esporte nos municípios beneficiados pelo investimento do Governo Federal;

O Programa de Capacitação em Gestão de Equipamentos Públicos foi um investimento na preparação inicial de servidores públicos e representantes da comunidade para a gestão compartilhada dos equipamentos públicos a partir da reflexão sobre a sua importância.

2013 →

Foram capacitados 491 gestores no Programa de Capacitação em Gestão de Equipamentos Públicos.

2014 ->

Realização de seminários, encontros e ativações das áreas de entorno dos CEUs – Territórios de Vivência – que contaram com a presença de integrantes do grupo gestor do CEU, do Poder Público, da sociedade civil organizada, de agentes culturais e da comunidade vizinha ao CEU.

2015 →

Qualificação dos servidores e dos gestores do Ibram e de seus museus com 180 cursos, 102 servidores capacitados e 19 museus com servidores capacitados;

O MinC realizou o "2º Ciclo de Ativações dos CEUs", que aconteceu na forma de grandes encontros regionais nos diversos estados brasileiros, que contou com a participação de Gestores e Representantes da Sociedade Civil dos CEUs;

Outros Fóruns e Encontros na área de Bibliotecas:

- Fórum de bibliotecas públicas (200 gestores);
- Encontro do Projeto CDI Bibliotecas (48 gestores)
- Encontro Todos por um Brasil de Leitores / XX Encontro Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (261 gestores);
- Encontro do Projeto Feiro na Biblioteca (16 bibliotecas e 50 gestores);
- Encontro do Projeto Tô na Rede (15 bibliotecas e 116 gestores);
- Projeto Acessibilidade em Bibliotecas (52 bibliotecas e 1.220 gestores).

2016
O MinC, em parceria com a ONG Mais Diferenças, promoveu o Seminário Internacional de Acessibilidade em Bibliotecas Públicas;

Implementação e inauguração de 139 Centros de Artes e Esportes Unificados, em 133 diferentes municípios brasileiros. Além disso, realizou atendimento telefônico, por e-mail e comunicação oficial, visando orientar os 105 gestores sobre a mobilização social e a gestão das Praças CEUs.

2017

Capacitação de 28 gestores por meio do Estágio Internacional do Programa Iberbibliotecas (tema: Acessibilidade, Diversidade e Inclusão);

Cursos de Formação do Programa Iberbibliotecas com participação de 61 gestores culturais.

Criação do Programa Conecta Biblioteca, que lançou o edital para formação de funcionários de 108 bibliotecas públicas brasileiras. Os funcionários indicados pelas bibliotecas participantes receberam cursos presenciais e a distância.

Além disso, passaram a integrar uma rede de troca de boas práticas, ganhando visibilidade entre os principais atores desse setor no Brasil. A formação teve o objetivo de fortalecer o vínculo existente entre bibliotecas e sociedade.

4º Ciclo de Ativações das Estações Cidadania – Cultura, com 148 participantes em 3 encontros em 2019 (Estações de Cidadania foi nome dado aos antigos Centros de Artes e Esportes Unificados – CEUs pela Portaria Ministério da Cidadania).

2021 → Realização de Oficinas com a Metabooks na modalidade virtual, que capacitou 34 gestores;

Além disso, realizou o Encontro do Sistemas Nacional de
Bibliotecas Públicas que capacitou 40 gestores.



Gestores de cultura e conselheiros capacitados em cursos promovidos ou certificados pelo Ministério da Cultura em 100% das Unidades da Federação (UFs) e 30% dos municípios, dentre os quais, 100% dos que possuem mais de 100 mil habitantes.

EXPLICAÇÃO

Formar gestores culturais em todos os estados e cidades de médio e grande porte.

OBJETIVO DA META

Qualificar as políticas culturais dos entes federados, dotando as gestões e conselhos de maior capacidade de formular, implementar e monitorar as políticas culturais.

UNIDADES DA FEDERAÇÃO COM GESTORES DE CULTURA E CONSELHEIROS CAPACITADOS	LINHA BASE	PREVISTO	REALIZADO
Unidades da Federação com gestores de cultura e conselheiros capacitados	1	27 (100%)	27 (100%)
Municípios com mais de 100 mil habitantes com gestores de cultura e conselheiros capacitados	:	283 (100%)	209 (70%)
Municípios com menos de 100 mil habitantes com gestores de cultura e conselheiros capacitados	39 (2%)	1671 (30%)	1419 (85%)

EXECUÇÃO

MinC.

DESEMPENHO

86%

da meta cumprida.

(média dos indicadores)

Fonte de aferição: Ministério da Cultura.



CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Em partes, o indicador é impreciso.

Esta meta possui três indicadores com ponderações diferentes (27 estados e 1.671 municípios, sendo que, destes, devem ser 283 municípios com mais de 100 mil habitantes) o que compromete a visualização do seu alcance. Apesar do indicador estar bem construído conceitualmente, os registros administrativos do MinC não diferem quais capacitações foram para gestores e quais para conselheiros.

PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 1.14 e 4.13

EM QUAL EIXO DA 4º CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?

Eixo 1 Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura.









2012 >

Projeto piloto de capacitação de gestores públicos com 60 gestores estaduais e municipais da Bahia (BA);

Capacitação realizada em 8 estados, em 52 municípios com menos de 100 mil habitantes e em 20 municípios com população acima de 100 mil habitantes – no total, foram capacitados 45 gestores.

2014 >

Curso de Gestão Cultural para formação de Gestores Culturais do Estado da Paraíba (152 gestores de 58 municípios);

Curso de Gestão Cultural para formação de Gestores Públicos e Agentes culturais no Estado do Rio de Janeiro (400 concluintes, de 82 municípios);

Curso de Extensão e Aperfeiçoamento em Gestão Cultural (54 concluintes de 52 municípios);

Apoio técnico para elaboração de Planos Estaduais de Cultura (5 participantes de 5 estados).

2015 →

Curso de extensão de capacitação ao Sistema Municipal de Cultura, oferecido pelo Centro de Estudos em Gestão e Políticas Públicas Contemporâneas (GPublic), em parceria com a Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia – Fundace. O curso é voltado aos funcionários públicos das prefeituras envolvidas no Consórcio Intermunicipal Culturando (CIC);

Curso de extensão em Administração Pública da Cultura (em EAD), organizado pela Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em parceria com o MinC, para gestores públicos e conselheiros culturais dos municípios gaúchos que aderiram ao SNC;

Formação de Gestores Culturais do Estado do Acre e Roraima, curso de extensão e aperfeiçoamento em Gestão Cultural do Pará (Região do Capim) e do Centro Oeste.

2016 -

Capacitação de 588 gestores públicos nos seguintes cursos e oficinas:

- Oficinas de capacitação a estados e municípios para elaboração de planos estaduais e municipais de Cultura.
- Curso de Formação de Gestores realizado na Universidade Federal do ABC, Universidade Federal da Bahia e FUNDAJ, Secretaria de Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Cariri, e no Xingu com a Universidade Federal do Pará.
- Curso de Elaboração de Planos Municipais de Cultura na Universidade Federal da Bahia.

2017 ->

Projeto Formação para Elaboração de Planos Municipais de Cultura em Ambiente e Aprendizagem à Distância;

Curso de Formação de Conselheiros de Cultura e Patrimônio no estado de Minas Gerais – 40 municípios;

Curso de Extensão em Administração Pública da Cultura;

Curso de Formação de Gestores e Conselheiros Culturais - 27 municípios no CE.

2018 >

Curso de Extensão e Aperfeiçoamento em Gestão Pública Cultura realizado pelo Instituto Federal do Espírito Santo;

Curso de Formação de Gestores e Conselheiros de Cultura realizado no Tocantins;

Projeto em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) para Formação para Elaboração de Planos Municipais de Cultura em Ambiente de Aprendizagem à Distância – 2ª edição;

Parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a realização de estudos técnicos de avaliação das iniciativas de capacitação de gestores do Sistema Nacional de Cultura.

2021 -

Parceria com a Escola Nacional de Administração Pública – Enap para elaboração de curso para gestores culturais.



100% das Unidades da Federação (UFs) e 20% dos municípios, sendo 100% das capitais e 100% dos municípios com mais de 500 mil habitantes, com Secretarias de Cultura exclusivas instaladas.

OBJETIVO DA META

A construção de políticas de cultura pactuadas entre os entes federados, com participação da sociedade civil, demanda instituições politicamente fortalecidas, profissionalmente qualificadas e focadas na tarefa de contribuir para o avanço da política cultural no Brasil. Nesse sentido, é de fundamental importância estabelecer organizações **exclusivas** para lidar, no âmbito estadual e do Distrito Federal, assim como nos municípios de grande porte, com questões relativas às políticas culturais.

→ O QUE É UMA SECRETARIA OU FUNDAÇÃO EXCLUSIVA PARA A CULTURA?

São as secretarias e fundações gestoras da cultura responsáveis apenas pela pauta das políticas culturais – e que não sejam divididas com outras pautas, como turismo ou juventude.

Dados referentes a 2021, ano da publicação da última edição da MUNIC.

		PREVISTO ATÉ 2024 (META)	REALIZADO
Estados	27	27 (100%)	11 (41%)
Capitais	27	27 (100%)	11 (41%)
Municípios com mais de 500 mil habitantes	46	46 (100%)	22 (48%)
Demais municípios*	5.495	1041 (20%)	721 (13%)

*excluindo as 27 capitais e 46 municípios com mais de 500 mil habitantes.

Fonte de aferição: – Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic) e Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic).







CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Sim

A utilização da Munic e Estadic – pesquisas do IBGE que fazem o levantamento de como estão organizadas as gestões estaduais e municipais – é uma boa fonte de aferição.

PROPOSTAS DA 3º CNC QUE TEM A VER **COM ESSA META:** não foram elaboradas propostas que se relacionam a esta meta.

EM QUAL EIXO DA 4° CNC ESSE **TEMA SERÁ DISCUTIDO?**



Eixo 1 Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura.



2012 >

Aprovação da emenda constitucional – EM nº 34, em setembro de 2012, que acrescentou o artigo 216-A na Constituição Federal, criando o Sistema Nacional de Cultura (SNC).

2014 ->

As ações do MinC para o cumprimento desta meta estão diretamente relacionadas ao fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura, uma vez que muitos municípios estavam se estruturando para aderir e implementar o SNC;

Nesta perspectiva, foi realizado o curso de Gestão Cultural para formação, extensão e aperfeiçoamento de gestores públicos e agentes culturais, além do apoio técnico para elaboração de Planos Estaduais de Cultura.

2015 ->

Oficinas de Plano de Trabalho do SNC na Plataforma de Integração e Monitoramento que teve como objetivo capacitar responsáveis pela elaboração do plano de trabalho dos municípios integrados ao SNC, em todo o país, para inserir os respectivos planos de trabalho na plataforma.

2017 ->

Ações de formação para gestores e conselheiros realizadas:

- Projeto Formação para Elaboração de Planos Municipais de Cultura em Ambiente e Aprendizagem à Distância;
- Curso de Formação de Conselheiros de Cultura e Patrimônio no estado de Minas Gerais – 40 municípios;
- Curso de Extensão em Administração Pública da Cultura;
- Curso de Formação de Gestores e Conselheiros Culturais 27 municípios no CE.

2018 →

Formalização dos acordos de cooperação federativa com municípios para adesão ao SNC, com a efetivação de 96 municípios no ano de 2018.

2019 >

Formalização dos acordos de cooperação federativa com municípios para adesão ao SNC, com a efetivação de 01 estado (Pará) e 20 municípios no ano de 2019.

2020>

Formalização dos acordos de cooperação federativa com municípios para adesão ao SNC, com a efetivação da adesão de 43 municípios no ano de 2020;

Em 2020, foi publicada a Lei nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc) que definiu ações emergenciais destinadas ao setor cultural durante o estado de calamidade, em função da Covid-19. Ela previu o repasse de R\$ 3 bilhões a estados, municípios e ao Distrito Federal para medidas de apoio e auxílio aos trabalhadores da cultura atingidos pela pandemia;

Dos municípios que receberam recursos provenientes da Lei Aldir Blanc, apenas 2.313 (55,3%) tinham adesão ao Sistema Nacional de Cultura;

2021 →

Formalização dos acordos de cooperação federativa com municípios para adesão ao SNC, o que totalizou a adesão de 151 municípios no ano de 2021;

Foram enviados ofícios para alertar os municípios que aderiram ao Sistema Nacional Cultura sobre a importância de dar continuidade na institucionalização dos seus sistemas de cultural por meio da elaboração da Lei do Sistema Municipal de Cultura e dos demais normativos referentes aos seus componentes (conselho de política cultural, plano de cultura, fundo de cultura, entre outros). Nesta primeira fase, foram enviados 556 ofícios, os quais foram direcionados para as regiões do norte e nordeste.



Instituição Pública Federal de promoção e regulação de direitos autorais implantada.

EXPLICAÇÃO

Criar uma instituição pública federal para regular, mediar, promover e registrar os direitos autorais.

OBJETIVO DA META

Promoção e regulação de direitos autorais.

PREVISTO ATÉ 2024

Implantação de instituição pública federal de promoção e regulação de direitos autorais.

REALIZADO ATÉ 2022

Por se tratar de uma meta de processo, a sua apuração é feita por meio de um fluxograma de 09 fases. Cabe ressaltar que, de acordo com o fluxograma, a meta parou na fase 04 que corresponde à análise de possibilidades de aprimoramento e reforma de tópicos da lei de direito autoral (Lei 9.610/98).

Fonte de aferição: Ministério da Cultura.





CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Em partes , o indicador é impreciso.

O cumprimento total da meta se dará após a aprovação de uma lei da criação do instituto, sendo que a aprovação desse instituto é o indicador. Para a apuração, a meta foi desagregada pelo seu fluxo. Há uma fragilidade, pois é um indicador de resultado e de processo, sendo que suas etapas não estão definidas.

PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: não foram elaboradas propostas que se relacionam a esta meta.

EM QUAL EIXO DA 4ª CNC ESSE **TEMA SERÁ DISCUTIDO?**

Eixo 1 Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura.



PARA REFLETIR

A meta ficou voltada para a criação de uma instituição, mas isso não significa que o objetivo, de promoção e regulação de direitos de autor, tenha sido cumprido ou abandonado – pode, afinal, e está sendo desenvolvido por outros meios.

Verificou-se, na prática, uma alteração ou abandono da meta de criação de uma nova entidade da administração pública federal indireta denominada Instituto Brasileiro do Direito Autoral - IBDA.

Vale refletir se metas como essa, que já apontam para um caminho institucional específico – e não o resultado esperado por elas – fazem sentido para o longo prazo.



FOTO: Victor Vec / MinC



2012 >

Discussões sobre a Lei de Direito Autoral, com a participação do Ministério da Cultura, seja em audiências públicas ou seminários apoiados pelo MinC, como o VI Congresso de Direito do Autor e Interesse Público, promovido pela Universidade Federal do Paraná.

2013 →

O Ministério da Cultura, em atenção à Lei 12.853/2013, que dispõe sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e dá outras providências, disponibilizou ao público a minuta do Decreto para regulamentação e normatização dos procedimentos da aplicação da Lei em questão.

2014 ->

Iniciadas as tratativas com a Fundação Biblioteca Nacional – FBN – sobre uma futura migração do Escritório de Direitos Autorais – EDA- ali instalado, para uma Instituição Federal especializada em Direitos Autorais;

Articulação com as entidades de gestão coletiva de direitos autorais para subsidiar a criação da estrutura do Instituto Brasileiro de Direito Autoral – IBDA.

2015 ->

Publicação do Decreto nº 8.469/2015, que regulamenta a Lei no 9.610/1998, e a Lei no 12.853/2013, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais;

Publicação das Instruções Normativas nº 3 e 4/2015, que regulamentaram as leis 12.853/13 e 9.610/98, alteraram e acrescentaram dispositivos relacionados à Gestão Coletiva de Direitos Autorais;

Criação da Comissão Permanente de Aperfeiçoamento da Gestão Coletiva – CPAGC, e a criação do Grupo de Trabalho que teve por objetivo promover um debate amplo, participativo e democrático com todos os envolvidos com as novas modalidades de uso de obras intelectuais no ambiente digital e promover o aprimoramento da gestão coletiva de direitos autorais no Brasil.

2016 ->

Conclusão de estudo técnico com proposta de reformulação do sistema público de registro de obras artísticas e literárias, que considere as vantagens/ desvantagens da centralização/descentralização geográfica dos serviços de registro, considerando também a oferta do serviço em meio eletrônico;

Conclusão de estudo técnico com objetivo de identificar e analisar os desafios que vêm sendo enfrentados pelas bibliotecas e arquivos face às normas nacionais e internacionais de direitos autorais e comparar a experiência de diferentes países, identificando como vêm sendo tratados temas como a reprografia, o empréstimo, a preservação e a conservação do acervo;

Consulta pública da minuta de instrução normativa que estabelece procedimentos complementares para a habilitação para a atividade de cobrança, por associações de gestão coletiva de direitos de autor e direitos conexos, na internet;

Consulta pública da minuta da Instrução Normativa (IN), elaborada pelo Ministério da Cultura, para regulamentar o disposto no §3°, do artigo 22, do Decreto n° 8.469, de 22 de junho de 2015. Esse dispositivo atribuiu ao MinC a responsabilidade de expedir ato dispondo sobre as obrigações dos usuários no que se refere à execução pública de obras musicais e fonogramas inseridos em obras e outras produções audiovisuais, nos termos da Lei n° 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei de Direitos Autorais);

Instalação da Comissão Permanente de Aperfeiçoamento da Gestão Coletiva – CPAGC, que tem por finalidade promover o aprimoramento contínuo da gestão coletiva de direitos autorais no Brasil, por meio da análise da atuação e dos resultados obtidos pelas entidades brasileiras, bem como do exame das melhores práticas internacionais;

Realização de Oficina Inter-regional de Dirigentes dos Escritórios de Direitos Autorais dos Países Lusófonos" para atualizar os países lusófonos em relação ao trabalho sobre Direitos Autorais;

Participação de servidores e colaboradores em comitês, assembleias, eventos e reuniões internacionais em que são propostos e discutidos acordos multilaterais na área de direitos autorais.

2017 ->

Implantação do Sistema de Registro de Obras Intelectuais;

Acordo de cooperação com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), com vistas a apoiar a realização do IX Congresso de Direito de Autor e Interesse Público – CODAIP;

Seminário de Direitos Autorais, em parceria com a Organização Mundial de Propriedade Intelectual – OMPI e Ministério das Relações Exteriores, que tratou do tema: Fundamentos do Direito Autoral, Direito Autoral no Plano Internacional, Estratégias de Negociação Internacional relacionada ao Direito Autoral, Direito Autoral e Ambiente Digital, Direito Autoral e Gestão Coletiva e Mediação e Arbitragem em Direito Autoral;

Análise e produção de parecer com manifestação sobre a proposta de modificação de alguns artigos da LDA;

Seminário de Direitos Intelectuais e Economia Digital: Inovação e Desenvolvimento Econômico no Século XXI, em parceria com a Confederação da Ordem dos Advogados do Brasil – CFOAB.

2018 →

Análise de processos administrativos de habilitação, prestação de contas e representação das associações de gestão coletiva dos setores da música e do audiovisual, conforme competências atribuídas à Administração Pública Federal, pela Lei n 12.853/2013 e sua regulamentação;

Capacitação em Mediação e Arbitragem em Direitos Autorais para os servidores no âmbito da implementação da Câmara Técnica de Mediação e Arbitragem, conforme previsto pela Lei n°12.853/2013 e sua regulamentação.

2019 >

Retomada dos trabalhos para a reforma da Lei de Direitos Autorais, com a abertura de uma consulta pública;

Análise de processos de apuração e correção de irregularidades das associações de gestão coletiva dos setores da música e do audiovisual;

Requerimentos de habilitação (Apesar dos requerimentos, não houve novas habilitações concedidas em 2019) — as associações de gestão coletiva e o ente arrecadador que desejem realizar atividade de cobrança relativa a direitos de autor e direitos conexos devem submeter previamente um requerimento de habilitação à Secretaria de Direitos Autorais e Intelectuais (SDAI), do Ministério da Cultura.

RETOMADA MINC 2023

PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS AUTORAIS DO SETOR ARTÍSTICO

O ministério da Cultura atuou pelo resgate da agenda de promoção e defesa dos direitos autorais e conexos do setor artístico, defendendo a aprovação de um direito de remuneração para artistas, intérpretes e criadores pelo uso de suas obras em ambiente digital bem como uma regulação responsável da Inteligência Artificial em nossa legislação como também em fóruns internacionais. Também deu início à elaboração de proposta de marco legal de proteção de conhecimentos e expressões culturais tradicionais.

Também retomou o processo de modernização e de fortalecimento da supervisão estatal sobre as sociedades de gestão coletiva, aprovado em 2013 com a reforma da Lei de Direito Autoral em 2013, a partir de uma nova Instrução Normativa e abertura do edital para seleção de árbitros e mediadores em conflitos de gestão coletiva.



Sistema Unificado de registro público de obras intelectuais protegidas pelo direito de autor implantado.

OBJETIVO DA META

Melhorar a gestão da informação dos direitos autorais. E, também, de criar um banco de dados que possa simplificar a pesquisa e o acesso ao conhecimento nesse campo.

Esta meta é medida pelo Grau de implantação do sistema de registro de obras intelectuais protegidas pelo direito de autor.

PREVISTO ATÉ 2024

Sistema implantado.

REALIZADO ATÉ 2022

Inclusão do Sistema Unificado de Registro de obras no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) 2021-2022. Fonte de aferição: Ministério da Cultura.







CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Em partes , o indicador é impreciso.

O Sistema Unificado de Registro Público de Obras Intelectuais Protegidas pelo Direito do Autor faz parte do escopo do Instituto Brasileiro do Direito Autoral.

PROPOSTAS DA 3º CNC QUE TEM A VER **COM ESSA META:** não foram elaboradas propostas que se relacionam a esta meta.

EM QUAL EIXO DA 4° CNC ESSE **TEMA SERÁ DISCUTIDO?**

Eixo 1 Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura.



2012 ->

Participação do MinC na "Missão União Européia", que permitiu o contato com experiências de digitalização de acervos e formatos alternativos de proteção dos direitos de autor de diversos países da Europa.

2016 ->

Instalação da Comissão Permanente de Aperfeiçoamento da Gestão Coletiva – CPAGC, que tem por finalidade promover o aprimoramento contínuo da gestão coletiva de direitos autorais no Brasil, por meio da análise da atuação e dos resultados obtidos pelas entidades brasileiras.

2018 →

Tratativas com a Biblioteca Nacional e com o Coordenador do Escritório de Direitos autorais que teve como pauta a importância de um sistema unificado de registro de obras intelectuais, suas vantagens e impactos;

Videoconferência com o Escritório Direção Nacional de Direito de Autor da Colômbia, no intuito de buscar informações sobre o sistema e procedimento de Registro de Obras Intelectuais adotados naquele país – referência no tema;

Visita de estudos a instituições relacionadas a direitos autorais na Coreia do Sul, oportunidade em que a equipe da Secretaria pode conhecer o sistema de registros coreano que é centralizado e automatizado, e desta forma, conseguem reunir dados estatísticos, como por exemplo, sobre o número de registros por categoria de obra (ex. literária, musical, artística, fotográfica etc.); os tipos de registro; se foi online ou offline; se é individual ou corporativo;

Levantamento de informações sobre todos os órgãos de registro de obras Intelectuais no Brasil, com o intuito de se conhecer os procedimentos adotados por cada órgão. O estudo considerou, de acordo com a natureza da obra que se deseja registrar: o local de registro, custo do registro, documentação exigida, procedimento, prazo para a conclusão do procedimento de registro, normativo que regulamenta o registro pelo órgão, se conta com sistema informatizado e outras observações. Essa atividade visou buscar subsídios para o Plano de Ações da Implantação do Sistema Unificado de Registro de Obras Intelectuais que está sendo elaborado.

2019 →

Projeto de Implantação do Sistema Unificado de Registro de Obras, contendo os objetivos do sistema, os impactos de sua implementação, os riscos, o orçamento previsto, o levantamento de informações sobre os órgãos de registro no Brasil, incluindo o fluxograma dos procedimentos realizados atualmente por esses órgãos, juntamente com minuta de Ato Normativo sugerido pela equipe de pesquisa à época;

Pactuação de colaboração junto à Biblioteca Nacional no desenvolvimento do sistema para futura implantação piloto;



Visita ao Escritório da Organização Mundial da Propriedade Intelectual no Brasil para solicitar apoio ao projeto;

Participação em Workshop realizado pelo Instituto Nacional de Defesa da Concorrência e da Proteção da Propriedade Intelectual do Peru – INDECOPI, em Lima/Peru, com o apoio da Organização Mundial de Propriedade Intelectual – OMPI, no qual a equipe da Secretaria teve a oportunidade de conhecer o modelo de sistema de registro em funcionamento naquele país. Na ocasião, foram apresentados, também, os modelos de sistemas utilizados no Chile e Equador.

2020→

Início das tratativas sobre o desenvolvimento e implantação do sistema unificado de registro com a Dataprev, que demonstrou interesse na criação e manutenção do sistema, que resultou na elaboração do documento preliminar de negócio. Foram realizadas as especificações do sistema de registro para modelagem e precificação pela Dataprev.

2021 >

O projeto do Sistema Unificado de Registro de obras foi encaminhado para a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Inovação – STII, do então Ministério do Turismo;

Inclusão do Sistema Unificado de Registro de obras no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) 2021-2022.

2022>

Identificação de que a necessidade de desenvolvimento do sistema unificado de registro de obras poderia ser suprida pela automação dos serviços de registro de obras intelectuais por meio do Plano de Transformação Digital do ME, de forma que a oferta de todos os serviços de registro de obras pudesse ser abarcada pela Estratégia e ficassem disponíveis na plataforma Gov.Br;

Automação dos serviços de registro de obras do Escritório de Direitos Autorais EDA/FBN, por meio da inclusão do serviço de registro ou averbação de obras intelectuais, realizado pela Fundação Biblioteca Nacional no Plano de Transformação Digital do Ministério da Economia.



Disponibilização na internet dos conteúdos que estejam em domínio público ou licenciados.

OBJETIVO DA META

Oferecer na internet, de forma livre e gratuita, o acesso a obras e bens que estão em domínio público, ou cuja divulgação foi autorizada pelos autores.

% Conteúdos em domínio público ou licenciados oferecidos na Internet .

TIPOS DE CONTEÚDOS	PREVISTOS ATÉ 2024	REALIZADO ATÉ 2022
Obras audiovisuais do Centro Técnico Audiovisual (CTAv)	100%	18%
Obras audiovisuais da Cinemateca Brasileira	100%	3%
Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB)	100%	20%
Inventários e das ações de reconhecimento realizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)	100%	123%
Obras de autores brasileiros do acervo da Fundação Biblioteca Nacional (FBN)	100%	_ *
Acervo iconográfico, sonoro e audiovisual do Centro de Documentação da Fundação Nacional das Artes (Cedoc/Funarte)	100%	57%

*Não há levantamento sobre obras em domínio público no acervo da FBN. A partir de 2013 foram apresentados os dados de páginas digitalizadas. Obs: As obras digitalizadas da FBN não são somente de autores brasileiros, e incluem livros, partituras, jornais, revistas, desenhos, mapas e fotografias. EXECUÇÃO
MinC.

DESEMPENHO
37%
da meta cumprida.
(média dos % diferentes obras)





CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Não

Essa é uma meta muito complexa, pois não há como aferir com precisão a quantidade de itens de domínio público, já que esses ampliam constantemente. Portanto, há uma impossibilidade técnica para apuração das informações.

PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: não foram elaboradas propostas que se relacionam a esta meta.

EM QUAL EIXO DA 4º CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?

Eixo 2 Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social.

Eixo 3 Identidade, Patrimônio e Memória.



2012 >

Elaboração de registros descritivos de documentos digitais do Fundo da Fundação de Casa de Rui Barbosa e coleção Ubaldino do Amaral;

Com a finalidade de aprimorar as políticas de digitalização de acervos, o Ministério da Cultura participou da chamada "Missão à União Européia", onde pôde conhecer as melhores práticas europeias neste assunto.

2013 -

Aquisição de acervo, processamento técnico, conservação, restauração e acondicionamento de acervos; modernização do sistema de controle do acervo bibliográfico do Centro de Documentação (CeDoc) da Funarte;

Contratação de de serviços em telecinagem (método para a conversão de filmes em película para vídeo) de imagem e som a partir de filmes de 35mm e 16mm em cores e preto e branco e contratação de empresa especializada na área de audiovisual para realização dos serviços de diagnóstico, higienização, análise técnica e armazenamento de acervo audiovisual nos suportes fotoquímicos para o Centro Técnico Audiovisual;

Aquisição de equipamento de digitalização de acervos pelo projeto FINEP, contratação empresa digitalização e contratação de empresa para viabilizar ferramenta web;

Novo portal do Iphan com facilitação de acesso às informações;

Seminário Internacional sobre os Sistemas de Informação e Acervos Digitais de Cultura;

I Encontro da Rede de Cinemas Digitais na Cinemateca Brasileira;

Edital de Preservação e acesso aos bens do patrimônio Afro-brasileiro, com objetivo da criação da futura plataforma Acervo Digital Afro Brasileiro.

2014 ->

Implantação e operacionalização da versão beta da plataforma de gerenciamento e disponibilização de acervos, em desenvolvimento a partir do edital de preservação e acesso aos bens do patrimônio afro-brasileiro em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);

Parceria com a Universidade Federal de Goiás para o início do desenvolvimento da plataforma Tainacan;

Lançamento da nova versão do CulturaDigital.br, com a modernização do serviço público de hospedagem de blogs, focando no seu objetivo original de ser uma plataforma de rede social.

2015 >

Documentação sobre centros históricos das cidades de Belém/PA, Cidade de Goiás/GO, João Pessoa/PB e Lapa/PR compondo a fase piloto do Projeto Rede de Arquivos do Iphan;

Lançamento do Portal Brasiliana Fotográfica, projeto desenvolvido em parceria com o Instituto Moreira Salles;

Projeto Biblioteca Digital Luso Brasileira em parceria com a Biblioteca Nacional de Portugal;

Edital de **Preservação e Acesso aos Bens do Patrimônio Afro-Cultural** que viabilizou o desenvolvimento de projetos acerca do patrimônio afro-brasileiro;

Edital dos Povos Originários do Brasil: como etapa inicial do projeto Memória dos Povos Originários do Brasil em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);

Projeto Laboratório de Políticas Públicas Participativas – ação rede Acervos Digitais em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG) para produção de estudos que possam subsidiar o MinC no mapeamento de Sistemas de Repositórios institucionais e funcionalidades no desenvolvimento de um projeto de arquitetura em rede para integração federada atrelado a processos de formação presencial e à distância. Avanço na sistematização em torno do projeto Tainacan;

Participação no Diálogos Setoriais União Europeia-Brasil para cooperação na área de pesquisas sobre sistemas de informação e acervos digitais da cultura.

2016 ->

Digitalização de parte do Acervo InFoto (realizado pela equipe do Centro de Conservação e Preservação Fotográfica/CCPF e Centro de Documentação e Informação/CEDOC);

Licitação para contratação de empresa que executará o de serviços de conservação, catalogação, digitalização e liberação de direito autoral do **Projeto Memória das Artes**;

Digitalização de 1.175 documentos pertencentes ao Arquivo Histórico e Institucional, 1.128 folhas do Arquivo José de Alencar pertencente ao Arquivo Museu de Literatura Brasileira e 1.091 páginas de obras das Bibliotecas Rui Barbosa e São Clemente;

Suporte técnico à plataforma utilizada pelo RUBI – Repositório Rui Barbosa de Informações Culturais para garantir a disponibilização online do acervo da FCRB

Lançamento da Biblioteca Digital Luso-Brasileira (BDLP) em parceria com a Biblioteca Nacional de Portugal;

Estudo técnico sobre Domínio Público no Direito Autoral, realizado por meio de contratação de consultoria, via PRODOC UNESCO, que teve por objetivo propor metodologia e normativa para a gestão de obras artísticas e literárias brasileiras em domínio público;

Projeto Tainacan, que consiste em uma parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), para a elaboração e implantação de uma plataforma da Rede Nacional dos Núcleos de Produção Digital (NPDs, para a troca de conteúdos audiovisuais, acompanhamento das realizações (produções audiovisuais, cursos, editais etc.) e para a publicização dos encaminhamentos do Comitê Gestor de cada Núcleo.

2018 →

Lançamento da nova versão do Banco de Conteúdos Culturais da Cinemateca Brasileira. (http://www.bcc.gov.br).

2019 →

Aquisição de novos equipamentos para atualizar o fluxo dedicado à digitalização de documentos não fílmicos (fotos, cartazes e textos) e tratamento de arquivos digitais da Cinemateca Brasileira;

Levantamento detalhado dos materiais do acervo do CTAV para atualização da base de dados.

2021 ->

Digitalização do "Arquivo Vinicius de Moraes" por meio de Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a VM Cultural e a FCRB.



100% de bibliotecas públicas e 70% de museus e arquivos disponibilizando informações sobre seu acervo no SNIIC.

EXPLICAÇÃO

Disponibilizar informações na internet sobre o acervo de 100% das bibliotecas públicas e 70% dos museus e arquivos.

OBJETIVO DA META

Facilitar o acesso de toda a sociedade ao conteúdo dessas instituições, o que também contribui com a difusão da informação sobre a cultura no país.

3	PREVISTO ATÉ 2024	REALIZADO ATÉ 2022	% DA META REALIZADO
Bibliotecas públicas	100%	0%	0%
Museus	70%	83%	119%
Arquivos públicos, centros de documentação e arquivos privados (FCRB)	70%	*	*



*não é possível aferir por falta de informações.

Fonte de aferição: Ministério da Cultura.

CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Não), pois não há dados para aferi-la. Até 2018, quando foi descontinuado, o SNIIC não possuía uma ferramenta que permitisse apurar a meta. Seria necessário integrar os acervos dos equipamentos culturais referenciados na meta ao SNIIC. Portanto, as informações que alimentam o indicador são diferentes do que se pretendia medir originalmente.

PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 2.2.

EM QUAL EIXO DA 4ª CNC ESSE **TEMA SERÁ DISCUTIDO?**

Eixo 2 Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social.

Eixo 3

Identidade, Patrimônio e Memória.

PARA REFLETIR

Para além do SNIIC, que não era um sistema preparado para a coleta e organização de catálogos de acervos de instituições de memória, cabe ressaltar a necessidade de estabelecer padrões para a publicação e difusão de catálogos de acervos. Projetos que vão na linha da Brasiliana Museus (https://brasiliana.museus.gov.br/) estabelecem políticas de governança de dados e padrões mínimos interoperáveis que poderiam servir de referência para a criação de um projeto Brasiliana Cultura, criando as condições técnicas e informacionais para a coleta organização e publicação de acervos de instituições de memória no país. Tal iniciativa permitiria a criação de uma infraestrutura informacional adequada para o estabelecimento de indicadores e metas como a presente 41.



FOTO: Filipe Araújo / MinC



2012 ->

De acordo com relatórios de atividades de 2012 da Fundação Biblioteca Nacional, foram preservados, por meio de processamento técnico, 28.174 bens do acervo de livros e de publicações seriadas da Biblioteca Nacional e foram inventariados 151.631 bens da Coleção Memória Nacional;

Informação do Departamento de Processos Museais do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) destaca que em 2012 foram inventariados todos os 30 museus ligados ao Ibram;

Com relação à coleção geral da Biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa (livros, folhetos, recortes de jornal, etc.), em 2012, ela estava 95% inventariada, sendo que a totalidade das obras raras. Todas as bases de dados estão disponibilizadas na Internet, porém com diferentes porcentagens de acervo catalogado.

2013 →

Lançamento do Registro Aberto da Cultura (RAC), um dos módulos do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), com o intuito de coletar, armazenar, e difundir os dados e informações sobre agentes e objetos culturais em âmbito nacional.

2014 ->

O Ibram desenvolveu o Programa Acervo em Rede, cujos objetivos foram a disseminação e democratização do acesso do cidadão ao patrimônio museológico brasileiro preservado em museus e iniciativas de memória. O programa foi criado atendendo às premissas do Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados. Os dados deste Inventário foram disponibilizados na plataforma digital do Projeto Acervo em Rede, ainda em construção;

Desenvolvimento do Plano de diretrizes e metas para o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), criado em 2010, para produção, monitoramento e avaliação de indicadores culturais. Os integrantes da comissão responsável pelo SNIIC participaram de atividades com objetivo de subsidiar a criação do Plano.

2015 →

Preservação dos acervos arquivístico, bibliográfico e museológico da FCP contemplando salvaguarda com ações de aquisição, armazenamento, conservação preventiva, restauro, documentação, catalogação e estudo das coleções e comunicação com ações de exposição, publicações e ações educativas;

Aplicação da Pesquisa Anual de Museus - PAM 2015

Projeto Preservação e Acesso aos Bens do Patrimônio Afro-Culturalem parceria com Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para desenvolvimento de projetos acerca do patrimônio afro-brasileiro, com envolvimento de bibliotecas públicas, instituições arquivísticas e museais na digitalização dos seus acervos e disponibilização dos mesmos na internet.

2021 ->

A Fundação Casa de Rui Barbosa revisou e incluiu os registros bibliográficos e de exemplares das obras, nas bases de dados do sistema de recuperação das informações referentes aos acervos em suporte papel, visando correções, atualizações e aprofundamento das descrições bibliográficas;

RETOMADA MINC 2023

BRASILIANA MUSEUS

A riqueza do patrimônio cultural dos museus brasileiros poderá agora ser acessada de maneira ampla pela população. Isso porque o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), lançou, em 2023 a Brasiliana Museus – plataforma on-line gratuita destinada a conectar e disponibilizar ao público acervos de museus brasileiros em um repositório acessível, ampliando o alcance dos acervos para além das fronteiras físicas dos museus.



Política para acesso a equipamentos tecnológicos sem similares nacionais formulada.

EXPLICAÇÃO

Criar política para facilitar a importação de tecnologias que não possuem similares disponíveis no mercado nacional e são usadas em atividades culturais.

OBJETIVO DA META

Que as tecnologias que não tenham similares nacionais sejam mais acessível a produtores, criadores e empreendedores culturais.

PREVISTO ATÉ 2024

Política implementada.

REALIZADO ATÉ 2022

Não iniciada.

Fonte de aferição: Ministério da Cultura.



cumprimento da meta iniciado.



CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Não, pois não há dados para aferi-la. A implantação de um fluxo dos processos para efetivação e monitoramento da meta não foi implementada.

PROPOSTAS DA 3º CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 4.31

EM QUAL EIXO DA 4° CNC ESSE **TEMA SERÁ DISCUTIDO?**

Eixo 2 Democratização do acesso à cultura e Participação Social.



PARA REFLETIR

Com uma política de importação específica pretende-se estimular o desenvolvimento de micro e pequenos empreendimentos criativos, assim como o desenvolvimento local e regional de muitos setores da economia criativa que dependem de um acesso a essa tecnologia para potencializar sua atuação.



2012 >

Elaborada lista de equipamentos audiovisuais sem equivalentes nacionais no âmbito do Plano Brasil Maior. A lista teve como finalidade a solicitação de desoneração de ex-tarifário.

2016 -

Formulação do projeto para solicitação à Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) de concessão de isenção fiscal temporária por dois anos (ex-tarifário) do Imposto de Importação para bens de capital (BK) e de informática e telecomunicação (BIT), sem similares produzidos no país, para modernização da estrutura produtiva com a aquisição de novos equipamentos e novas tecnologias pelos empreendedores culturais e criativos.

175



100% das Unidades da Federação (UFs) com um Núcleo de Produção Digital Audiovisual e um Núcleo de Arte, Tecnologia e Inovação.

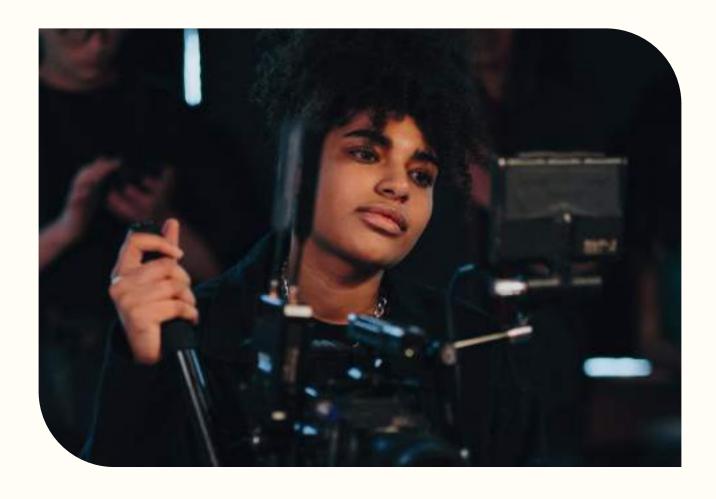
OBJETIVO DA META

Promover o desenvolvimento, formação, pesquisa, produção audiovisual e experimentação na interface entre cultura, comunicação, arte e tecnologia.

	•		REALIZADO 2022
Número de UFs com Núcleo de Produção Audiovisual (NPA)		:	22 (81%)
Número total de núcleos de arte tecnológica e inovação instalados (Labs)	O (O%)	27 (100%)	5 (19%)

Fonte de aferição: Ministério da Cultura.





CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Em partes, o indicador é impreciso.

Apesar do indicador ser de fácil apuração, pois é acompanhado através dos registros administrativos do MinC, esta meta precisaria definir melhor os conceitos de núcleo de produção digital audiovisual e de arte tecnológica e inovação.

PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 2.28

EM QUAL EIXO DA 4º CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?

Eixo 2 Democratização do acesso à cultura e Participação Social.

Eixo 6 Direito às Artes e Linguagens Digitais.







2012 ->

O Programa Olhar Brasil, que responde pelos Núcleos de Produção Digital (NPD), destinou equipamentos para núcleos de 12 estados da federação (Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Sergipe e São Paulo);

Implantação de núcleos de arte, tecnologia e inovação nas cidades de Brasília, Belo Horizonte e São Paulo através da parceria com a Rede Nacional de Estudos e Pesquisas (RNP).

2013 →

Conveniamento com os Núcleos de Produção Digital de Mato Grosso e Belo Horizonte para que sejam instalados em 2014;

I Encontro #RedeLabs que reuniu atores envolvidos no projeto Rede de Laboratórios de Arte e Cultura Digital: membros do Colegiado de Arte Digital, pesquisadores, realizadores e a RNP.

2014 →

Repasse de recurso aos 12 atuais entes parceiros para realização de capacitações técnicas (realização de cursos, workshops, palestras);

Institucionalização do Programa #RedeLabs — Articulação com os laboratórios dos Pontões de Cultura (SCDC), Núcleos de Produção Digital (SAV), Laboratórios de Arte e Cultura Digital (SPC), os LabCEUs, assim como os Observatórios e as Incubadoras Criativas (SEC), para sensibilização sobre pertinência de um programa de laboratórios em rede;

Criação de Grupo de Trabalho Rede Labs MinC no âmbito das iniciativas de implementação de espaços públicos de formação em habilidades digitais e de experimentação e inovação em tecnologias abertas

Programa #RedeLabs – Laboratórios de Experimentação em Arte, Tecnologia e Inovação – Repasse de recursos para os 5 (cinco) laboratórios em rede pertencentes ao projeto piloto do Programa;

Mapeamento de arranjos experimentais colaborativos em cultura digital no Brasil para analisar modelos de organização voltados à produção criativa transdisciplinar na fronteira entre arte, tecnologia, ciência e educação e identificar possibilidades de interação com iniciativas brasileiras no campo da cultura;

3 novos Núcleos de Produção Digital instalados nos seguintes estados: Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Santa Catarina.

2015 ->

Início da contratação de equipamentos de Núcleos de Produção Digital para integrar as Unidades da Federação que faltavam (11 UFs) de modo a alcançar as 27 Unidades da Federação que estavam estabelecidas na Meta;

Acompanhamento, coordenação e apoio a cinco laboratórios participantes do projeto piloto Rede de Laboratórios de Arte, Tecnologia e Inovação. Essas ações permitiram a consolidação do desenvolvimento da rede integrada de projetos que envolvem espaços de inovação, experimentação e formação no âmbito das políticas públicas de cultura (Rede Lati);

Apoio dos Laboratórios de Arte, Tecnologia e Inovação ao projeto Open Labs em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco. O projeto foi uma ação transdisciplinar que, por meio dos pontos de cultura, incentivou o desenvolvimento de soluções no contexto de inovações, arte e tecnologia.

2016 →

Conveniamento com o município de Serra Talhada/PE, para implantação de um Núcleo de Produção Digital em 2017, a partir de projeto selecionado no âmbito do Edital Comunica Brasil 2015;

Aquisição de 16 novos kits de equipamentos, por meio de pregão realizado pelo Centro Técnico Audiovisual, para implantação de 11 novos núcleos e atualização dos já existentes;

Bahia, Ceará, Goiás, Pará, Rio Grande do Sul com Núcleos de arte, tecnologia e inovação (conhecidos atualmente como Laboratórios de arte, tecnologia e inovação – LATI).

2017 ->

Acordos de cooperação técnica com as prefeituras de Aracaju, Niterói, Curitiba, Gramado, com os estados de Alagoas e Paraíba e com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília para implementação de Núcleos de Produção Digital.

2018 →

Aquisição de equipamentos para Núcleos de Produção Digital em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA);

Il Encontro dos Núcleos de Produção Digital.

2019 >

Realização de termos de execução descentralizada para apoio ao funcionamento dos Núcleos de Produção Digital.

2022

Implantação do Núcleo de Produção Digital no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), no Campus Guarapari – ES.



Participação da Produção Audiovisual Independente brasileira na programação dos canais de televisão.

EXPLICAÇÃO

Aumentar a exibição de produções audiovisuais independentes nacionais nos canais de TV aberta e por assinatura.

OBJETIVO DA META

Criar mais espaço para as produções brasileiras na televisão – espaço estratégico de exibição – é fundamental para permitir maior acesso da população à diversidade do audiovisual e das histórias brasileiras produzidas no território nacional.

PREVISTO ATÉ 2024:.

25% nos canais da TV aberta e 20% nos canais da TV por assinatura.

REALIZADO ATÉ 2022:.

10% nos canais da TV aberta (média entre os anos).

12% nos canais da TV por assinatura (média entre os anos).

Fonte de aferição: Ministério da Cultura.







CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Em partes, o indicador é impreciso.

Devido à ausência de informações para o ano de 2018, optou-se por estimar o percentual através de projeção linear, tomando como base os resultados dos anos anteriores. A partir desse ano, a Ancine deixou de acompanhar os resultados da TV aberta.

Destaca-se ainda que não existe legislação específica que determine quantas horas de obras audiovisuais de produção independente devem ser exibidas nos canais de TV aberta.

A Lei 12.485/2011 dispõe somente sobre a participação da produção audiovisual nas TVs por assinatura.

PROPOSTAS DA 3° CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 3.9

EM QUAL EIXO DA 4° CNC ESSE **TEMA SERÁ DISCUTIDO?**

Eixo 2 Democratização do acesso à cultura e Participação Social.







PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

2012 >

Regulamentação da Lei nº 12.485/2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado;

Contrato entre Ancine e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa-RNP para a criação e implementação de um serviço de monitoramento da programação veiculada em TV por assinatura, que envolveu a captura de dados e de conteúdo audiovisual, processamento e posterior armazenamento;

Edital do Fundo Setorial Audiovisual para a produção de obras audiovisuais destinadas ao mercado de televisão como minisséries, seriados de ficção, documentário e animação com metragem superior a 52 minutos.

2014 ->

Lançamento do **Programa Brasil de Todas as Telas** que visa transformar o País em um centro relevante de produção e programação de conteúdos audiovisuais;

O Programa teve como principais desafios expandir o mercado interno, universalizar o acesso da população aos serviços audiovisuais e transformar o país em um dos cinco maiores centros produtores e programadores de conteúdos do mundo.

2015 →

Criação e implementação de um serviço de monitoramento da programação veiculada em canais de acesso condicionado (TV por assinatura), que envolveu a captura de dados e conteúdo audiovisual, processamento e posterior armazenamento, com o fornecimento dos equipamentos e da infraestrutura, bem como o acompanhamento e o suporte técnico necessários à sua prestação;

Verificação contínua e planejada da conformidade do mercado audiovisual às normas legais; aferição das cotas de exibição da produção nacional e monitoramento do envio obrigatório de informações pelos agentes econômicos.

2016 →

Divulgação do informe de Acompanhamento do Mercado de TV Aberta, realizado pela Superintendência de Análise de Mercado (SAM) da Agência, que apresentou o resultado do monitoramento da programação das principais redes de televisão;

Lançamento de edital para seleção, por intermédio de concurso público, de propostas de Núcleos Criativos para o desenvolvimento de Carteira de Projetos de obras audiovisuais seriadas, de obras audiovisuais não seriadas de longa-metragem e de formatos de obra audiovisual, brasileiros de produção independente;

Lançamento de 5 editais de Chamada Pública da Linha de Produção de Conteúdos destinados às TVs Públicas do Programa Brasil de Todas as Telas – para a seleção de projetos de produção independente de obras audiovisuais brasileiras, com destinação inicial ao campo público de televisão (segmentos comunitário, universitário, educativo e cultural).

2017 ->

O MinC lançou o Programa Nacional de Fomento ao Audiovisual (Proav) destinando mais de R\$ 8,6 milhões para 135 projetos do setor.

6ª edição do Programa DOCTV América Latina, coordenado no Brasil pelo Ministério da Cultura (MinC) em parceria com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC);

O concurso, que englobou os 18 países participantes da Rede DOCTV, selecionou projetos de documentários para televisão. Cada projeto selecionado recebeu 70 mil dólares;

Realização de chamada pública da Linha de Produção de Conteúdos destinados às TVs Públicas do Programa Brasil de Todas as Telas;

O campo público de televisão recebeu os conteúdos audiovisuais inéditos produzidos por 83 produtoras brasileiras independentes das cinco regiões do país. Um total de 199 canais de televisão de 26 unidades federativas teve à disposição, gratuitamente, 94 produções, sendo 17 séries de ficção, 19 séries de animação, 48 séries documentais e 10 telefilmes documentários.

2018 -

Edital da Chamada Pública BRDE/FSA – que usou um sistema de financiamento público no qual as ações financiadas foram selecionadas pelo Beneficiário Indireto, em face de seu desempenho e práticas comerciais anteriores nos segmentos de mercado de TV aberta, TV fechada e Vídeo por demanda, para destinação, via investimento, na produção, desenvolvimento de projetos e distribuição de obras audiovisuais brasileiras de produção independente.O edital foi uma parceria entre a Agência Nacional do Cinema (Áncine) e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

2020

Lançada linha de crédito emergencial do Fundo Setorial do Audiovisual de R\$ 400 milhões;

RETOMADA MINC 2023

COTA DE TELA PRODUÇÕES BRASILEIRAS

O Senado aprovou a prorrogação da cota obrigatória para produções brasileiras na TV paga. O Projeto de Lei 3.696/2023 segue agora para sanção presidencial. Com a aprovação, o Brasil volta a garantir que produções brasileiras tenham espaço na programação das TVs por assinatura até 2038, desenvolvendo a indústria audiovisual nacional, pois, incentiva a produção e a distribuição de filmes, séries, documentários e outros programas brasileiros na janela televisiva, além de ser mecanismo importante para disponibilizar a sociedade conteúdos nacionais





450 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados com ações de comunicação para a cultura.

OBJETIVO DA META

Incentivar e fomentar a comunicação da cultura e sua diversidade em várias mídias e ampliar a recepção pública e o reconhecimento das produções comunicacionais, artísticas e culturais alternativas não inseridas na indústria cultural. Também almeja fortalecer as redes, os coletivos e os produtores de comunicação alternativa já existentes.

PREVISTO ATÉ 2024

450 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados.

REALIZADO ATÉ 2022

415 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados.

Fonte de aferição: Ministério da Cultura.







CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Em partes, o indicador é impreciso.

O termo "beneficiado" é bastante impreciso, subentende-se que ele se refere aos os grupos, comunidades ou coletivos que receberam recursos para execução de ações de comunicação para a cultura. Além disso, destaca-se a dificuldade em mensurar os grupos e comunidades.

Era uma meta prevista para ser apurada através do SNIIC.

PROPOSTAS DA 3º CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 2.26; 2.27; 2.30

EM QUAL EIXO DA 4ª CNC ESSE **TEMA SERÁ DISCUTIDO?**



Eixo 2 Democratização do acesso à cultura e Participação Social.



PARA REFLETIR

A comunicação é um dos temas centrais para a cultura, mas esta meta evidencia uma lacuna das políticas culturais - que ainda não possuem uma proposta efetiva de potencializar a comunicação comunitária de forma mais efetiva.

Além disso, a escala desta meta parece bastante aquém da dimensão do território brasileiro.





PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

EDITAIS E PRÊMIOS REALIZADOS:

2014 Edital Comunica Diversidade 2014;

2016 Edital Mídia Livre;

2019 Edital de Culturas Populares 2019 – edição Teixeirinha 158 comunidades ou coletivos beneficiados com ações de Comunicação para a Cultura;

2021 Premiação Vozes Regionais - SP e MG;

2022 Edital Contando Nossa História

2012 - Seminário e Oficina Nacional de Indicação de Políticas de Cultura e Comunicação;

1º Seminário Internacional Sonhar TV;

Lançamento da Plataforma virtual Sonhar TV.

2013 → Conferência Livre sob o subtema "Democratização da Comunicação e Cultura Digital" como parte da III Conferência Nacional de Cultura (CNC);

Lançamento da Publicação sobre Políticas Públicas para Cultura e Comunicação;

I Seminário Cultura e Universidade em parceria com a UFBA.

2014 → Lançamento do Prêmio Comunica Diversidade – Edição Juventude para seleção de 60 jovens, entre 15 e 29 anos, que desenvolvem ações de comunicação para a cultura em suas comunidades.

Concurso de Ponto de Mídia Livre 2015, que destina-se ao reconhecimento e estímulo de iniciativas de mídia livre e toda e qualquer iniciativa que articule comunicação e outras áreas do conhecimento. O edital premiou 80 entidades e coletivos culturais;

Criação do Programa Comunica Brasil;

Lançamento do edital Comunica Brasil que objetiva fortalecer o campo público da comunicação;

Portaria Interministerial nº 4.074 de 26 de agosto de 201, na qual os Ministérios das Comunicações e da Cultura estabelecem diretrizes para operacionalização do Canal da Cultura, um dos quatro canais do Executivo, previstos no Decreto nº 5.820/2006 que regulamentou a TV digital no país.

2016 >

Conveniamento com prefeituras de 10 municípios para implantação de cineclubes ao longo de 2017;

Conveniamento com o município de Serra Talhada/PE para implantação de um NPD em 2017.

2017 →

Apoio ao Projeto Rádio Encena: adaptação e criação de roteiros de peças radiofônicas com repertório cultural da América Latina, presente na tríplice fronteira (lendas, mitos, folclore etc.);

Disponibilização e difusão de acervos digitais de programas estratégicos da Secretaria do Audiovisual (SAV), por meio da solução tecnológica Tainacan em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG).

2022→

Pactuação de 16 termos de fomento com ações de comunicação para a cultura que promovem o auto-registro cultural e produção de comunicação alternativa; a produção de conteúdos sobre a cultura brasileira e sua diversidade pelos próprios atores culturais em mídia impressa, rádio e internet; e a disponibilização do conteúdo em plataforma online;

RETOMADA MINC 2023

EDITAL DE FOMENTO À PONTÕES DE CULTURA

O edital selecionou pontões de cultura estaduais e temáticos para desenvolverem ações culturais relevantes para a diversidade cultural brasileira e para o fortalecimento da Política Nacional de Cultura Viva no Brasil.

Uma dessas temáticas de seleção foi cultura, comunicação e mídia livre.





100% dos setores representados no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) com colegiados instalados e planos setoriais elaborados e implementados.

OBJETIVO DA META

A efetivação das políticas culturais depende do reconhecimento e valorização da diversidade expressos nas diversas linguagens artísticas, identidades e manifestações culturais que atualmente constituem setores culturais distintos. As políticas de cultura devem contemplar as particularidades desses setores, os propósitos que as impulsionam e as suas necessidades específicas no que diz respeito ao reconhecimento social e aos instrumentos adequados de financiamento.

Dados referentes a 2018. Em 2019, ocorreu a reestruturação do CNPC.

INDICADORES	PREVISTO ATÉ 2024	REALIZADO ATÉ 2018
Setores representados no CNPC	24	24
Setores com colegiados instalados setoriais instalados	24	18
Setores com planos setoriais elaborados	24	15
Setores com sistemas de acompanhamento, avaliação e controle social em funcionamento	24	1

Após 2018, os segmentos representados são: Técnicoartístico (teatro; circo; dança; artes visuais; fotografia; arte digital; música;livro, leitura e literatura; audiovisual; games; moda; e design), Patrimônio cultural (patrimônio material, patrimônio imaterial e museus), Culturas populares, Culturas dos povos indígenas e Expressões culturais afro-brasileiras.

Fonte de aferição: Ministério da Cultura.



CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Por um tempo, mas foi interrompido.

Após a publicação do Decreto nº 9.891/2019, o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) extinguiu a previsão de colegiados setoriais na estrutura do conselho.

PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 1.27 e 3.10

EM QUAL EIXO DA 4° CNC ESSE **TEMA SERÁ DISCUTIDO?**

Eixo 2 Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social.



OBSERVAÇÕES

O setor do audiovisual não possuía assento no CNPC mas era representado pelo Conselho Superior de Cinema (CSC) e pelo Comitê Consultivo da Secretaria do Audiovisual (CCSA). O Plano de Diretrizes e Metas do Audiovisual foi elaborado pela Ancine em 2012.

Em 2016, os segmentos "Capoeira; Cultura Alimentar Cultura dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, Culturas Quilombolas; e Cultura Hip Hop" passam a compor o plenário do CNPC, sendo indicados por meio de listas tríplices.

Os representantes das expressões culturais LGBT também passaram a ter assento no CNPC, sendo conselheiros convidados e sem direito a voto. Esses segmentos e representantes destacados não possuíam colegiado setorial instalado.

Os planos setoriais aprovados em 2016, até o presente momento, não foram publicados pelo Ministério da Cultura e suas instituições vinculadas.



SETORES CULTURAIS COM REPRESENTAÇÃO NO CNPC (ATÉ 2018)	PLANO SETORIAL ELABORADO	ANO DE APROVAÇÃO	VIGÊNCIA DO PLANO	POSSUI METAS?
Arquitetura e urbanismo	•	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	* · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	* · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
Arquivos	sim	2016	2026	sim
Arte digital	•		* · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	•
Artes visuais	sim	2010		não
Artesanato	sim	2016	2025	sim
Audiovisual		2012	2020	sim
Capoeira				•
Circo	sim	2010	•	não
Cultura Alimentar		•	* • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	•
Cultura dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana				
Cultura Hip Hop			* · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
Culturas indígenas	sim	2010	2020	não
Culturas populares	sim	2010	2020	não
Culturas Quilombolas				
Dança	sim	2010		sim
Design	sim	2016	2026	sim
Expressões artísticas culturais afro-brasileiras	sim	2016	2026	sim
Livro, leitura e literatura	sim	2011		não
Moda	sim	2016		sim
Museu	sim	2010	2020	sim
Música	sim	2010	•	não
Patrimônio imaterial				
Patrimônio material			•	•
Teatro	sim	2010	•	não



PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

2012 >

Processo eleitoral para os Colegiados Setoriais do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), mandato 2012 a 2014. Foram instituídos dezessete Colegiados Setoriais: Arquitetura e Urbanismo; Arquivos; Arte Digital; Artes Visuais; Artesanato; Circo; Culturas Afro-brasileiras; Culturas Indígenas; Culturas Populares; Dança; Design; Livro, Leitura e Literatura; Moda; Música; Patrimônio Imaterial; Patrimônio Material; e Teatro;

5° Fórum Nacional de Museus com o objetivo de refletir, avaliar e delinear diretrizes para a Política Nacional de Museus – PNM e consolidar as bases para a implantação de um modelo de gestão integrada dos museus brasileiros, representado pelo Sistema Brasileiro de Museus – SBM.

2013 ->

Realização de reuniões dos Colegiados Setoriais de Arquitetura e Urbanismo; Arquivos; Arte Digital; Artes Visuais; Artesanato; Circo; Culturas Afro-brasileiras; Culturas Indígenas; Culturas Populares; Dança; Design; Livro, Leitura e Literatura; Moda; Música; Patrimônio Imaterial; Patrimônio Material; e Teatro;

2014 >

Colegiados de Culturas Indígenas e Culturas Populares construíram metas para os seus respectivos planos setoriais e realizaram consultas públicas até o final do ano;

O colegiado de dança revisou o plano setorial e decidiu que o documento não deveria sofrer alterações;

O Colegiado de Música colocou a versão de revisada do plano setorial em consulta pública até o dia 13 de dezembro;

Revisão do Plano Nacional Setorial de Museus foi um dos temas tratados no Fórum Nacional de Museus realizado em dezembro;

Elaboração dos planos setoriais dos colegiados setoriais de arquivo, arte digital artesanato, cultura afro-brasileira, design e moda e submeteram a consultas públicas;

2015 →

Processo de renovação dos Colegiados Setoriais e representantes da Sociedade Civil das áreas técnico-artísticas e do Patrimônio Cultural no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), para o biênio 2015 a 2017. O processo eleitoral foi realizado por meio dos Fóruns Nacionais Setoriais, que foram realizados de maneira descentralizada e presencial, em duas etapas: estadual e nacional.

2016 →

Aprovação dos planos setoriais de Moda, Expressões artísticas culturais afro-brasileiras, Design, Artesanato e Arquivo.

2017 →

Aprovação do Plano Setorial de Culturas Afrobrasileiras;

Realização da 1^a Semana Nacional de Arquivos (05 a 10/06/17);

Estudos das Leis dos conselhos estaduais e nacionais quanto à sua composição e funcionamento;

Elaboração da minuta com a proposta de reestruturação do CNPC para subsidiar o grupo de trabalho que será criado pelo Ministro da Cultura. 2018 -

Grupo de Trabalho instituído pelo MinC, para propor nova estrutura ao CNPC, com prazo de 30 dias para finalização do trabalho;

No dia 17/12/2018 foi publicada consulta pública para colher contribuições sobre o Decreto que trata das competências, composição e funcionamento da nova estrutura do CNPC;

2019 >

Edital Nº 01 de 09 de agosto de 2019 — Chamada Pública para Composição dos Representantes da Sociedade Civil no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) no Triênio 2019/2022;

Posse e instalação do CNPC, triênio 2019-2022;

Publicação do Decreto nº 9.891/2019, com estrutura do Conselho Nacional de Política Cultural-CNPC sem colegiados setoriais.

2022

Eleição de representantes da sociedade civil para compor o Conselho Nacional de Política Cultura triênio 2022/2025;

RETOMADA MINC 2023

REFORMULAÇÃO CNPC

A composição atual do CNPC não contempla o conjunto dos setores da cultura devido às mudanças na estrutura do CNPC realizadas no governo anterior.

Foi instaurada comissão para reformulação do CNPC de forma a reconsiderar a presença das setoriais e seus planos.



100% dos planos setoriais com representação no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) com diretrizes, ações e metas voltadas para infância e juventude.

OBJETIVO DA META

Incluir políticas culturais para jovens e crianças em todas as áreas da cultura de forma a promover a cidadania cultural e garantir os direitos das crianças e jovens.

Dados referentes a 2018. Em 2019, ocorreu a reestruturação do CNPC.

PREVISTO ATÉ 2024

24 planos setoriais representados no CNPC.

18 planos setoriais elaborados.

18 planos setoriais com diretrizes, ações ou metas voltadas para a infância e juventude.

REALIZADO ATÉ 2018

Dos 15 planos setoriais existentes, 12 previam diretrizes, ações ou metas voltadas para infância e juventude.

Com a publicação do Decreto nº 9.891/2019, a previsão de colegiados setoriais na estrutura do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC).

Fonte de aferição: Ministério da Cultura.





CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Por um tempo, mas foi interrompido.

Com o fim dos colegiados setoriais, os planos setoriais ficaram sem instâncias de referência. Seu monitoramento, portanto, também ficou inviabilizado pela paralisação das ações.

Destaca-se que essa é uma meta estruturante e que expressa na sua formulação um exemplo interessante de como incorporar a transversalidade nos processos de planejamento.

PROPOSTAS DA 3º CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: não foram elaboradas propostas que se relacionam a esta meta.

EM QUAL EIXO DA 4º CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?

Eixo 1 Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura.

Eixo 2 Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social.





PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

2012 >

5º Fórum Nacional de Museus com o objetivo de refletir, avaliar e delinear diretrizes para a Política Nacional de Museus (PNM), além de consolidar as bases para a implantação de um modelo de gestão integrada dos museus brasileiros, representado pelo Sistema Brasileiro de Museus (SBM).

2013 -

Reuniões dos colegiados setoriais de Arquitetura e Urbanismo; Arquivos; Arte Digital; Artes Visuais; Artesanato; Circo; Culturas Afro-brasileiras; Culturas Indígenas; Culturas Populares; Dança; Design; Livro, Leitura e Literatura; Moda; Música; Patrimônio Imaterial; Patrimônio Material; e Teatro.

Nelas teve início a elaboração e/ou revisão dos planos dos respectivos setores;

Até novembro de 2014, os colegiados de cultura Indígenas e Populares estavam construíram metas para seus respectivos planos setoriais e previam a realização das consultas públicas até o final do ano;

O Colegiado de Dança revisou o plano setorial e decidiu que o documento não deveria sofrer alterações;

O Colegiado de Música colocou a versão revisada do plano setorial sob consulta pública;

A revisão do Plano Nacional Setorial de Museus foi um dos temas tratados no Fórum Nacional de Museus;

Os colegiados setoriais de Arquivo, Arte Digital, Artesanato, Cultura Afro-brasileira, Design e Moda elaboraram seus respectivos planos setoriais e submeteram às consultas públicas.

2015 ->

Adesão formal do MinC à Rede Nacional da Primeira Infância (RNPI);

Reunião com o Grupo Nacional de Cultura Infância para discutir a busca de alternativas viáveis para a inclusão da infância no âmbito da cultura;

Processo de renovação dos Colegiados Setoriais e representantes da sociedade civil das áreas técnico-artísticas e do Patrimônio Cultural no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), para o biênio 2015 a 2017.

2016 →

Aprovação dos planos setoriais de Moda, Expressões Artísticas Culturais Afro-brasileiras, Design, Artesanato e Arquivo.

2017 -

Aprovação do Plano Setorial de Culturas Afrobrasileiras;

2019 →

Edital Nº 01 de 09 de agosto de 2019 – Chamada Pública para Composição dos Representantes da Sociedade Civil no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) no Triênio 2019/2022;

Posse e instalação do CNPC, triênio 2019-2022

Publicação do Decreto nº 9.891/2019, com estrutura do Conselho Nacional de Política Cultural-CNPC sem colegiados setoriais.



Plataforma de governança colaborativa implementada como instrumento de participação social com 100 mil usuários cadastrados, observada a distribuição da população nas macrorregiões do país.

EXPLICAÇÃO

Ter uma plataforma na internet que permita o acompanhamento das políticas culturais com, no mínimo, 100 mil usuários de diferentes regiões do país.

OBJETIVO DA META

Aprimorar os processos de consulta e participação da sociedade na formulação de políticas culturais e contribuir para a estruturação de redes de acompanhamento público dos processos de realização das políticas culturais.

PREVISTO ATÉ 2024

100 mil usuários cadastrados nas seguintes plataformas:.

http://pnc.culturadigital.br/.

http://culturadigital.br/.

http://sniic.cultura.gov.br/.

http://cultura.gov.br/votacultura.

REALIZADO ATÉ 2022

95.051 usuários cadastrados nas plataformas.

A última informação é de 2017, pois, em 2018, o SNIIC e a plataforma culturadigital foram descontinuados.

Fonte de aferição: Ministério da Cultura.





CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Por um tempo, mas foi interrompido. Desde 2018 não é possível apurar a meta pois o SNIIC e as plataformas relacionadas às respectivas iniciativas foram descontinuadas. PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: não foram elaboradas propostas que se relacionam a esta meta.

EM QUAL EIXO DA 4º CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?

Eixo 6 Direito às Artes e Linguagens Digitais.







PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

2013 -

Lançamento do Registro Aberto da Cultura (RAC), um dos módulos do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), que tem o intuito de coletar, armazenar e difundir os dados e informações sobre agentes e objetos culturais em âmbito nacional;

Lançamento da Plataforma de Monitoramento das metas do Plano Nacional de Cultura;

Disponibilizado os módulos de consulta pública e de discussão (Delibera), que integram o Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) e a sociedade.

2014 ->

Iniciado o desenvolvimento do plano de diretrizes e metas para o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), criado em 2010, para produção, monitoramento e avaliação de indicadores culturais. Os integrantes da comissão responsável pelo SNIIC participaram de atividades com objetivo de subsidiar a criação do plano;

Comissão debate Plano Nacional de Informações e Indicadores Culturais, na qual o MinC discutiu o plano de diretrizes e metas para o SNIIC.

2015 ->

Lançamento da Plataforma do CNPC para a realização do processo eleitoral para eleição dos novos representantes da sociedade civil;

Lançamento da primeira fase da consulta pública de revisão das metas do PNC, por meio da plataforma do Plano;

Renovação do sistema tecnológico do SNIIC, substituindo uma plataforma proprietária por versão livre, denominada "Mapas Culturais";

Início da integração das bases de dados do MinC com as bases do Cadastro de Pontos de Cultura, do Cadastro de Bibliotecas Públicas (DLLLB) e do Registro de Museus (Ibram) integrados ao SNIIC.

2016 →

Capacitação dos membros dos colegiados setoriais na palestra informativa a respeito da plataforma colaborativa durante 8º Reunião Extraordinária do CNPC;

Capacitação de 168 pessoas por meio de oficina pública online também referente ao funcionamento da plataforma do CNPC;

Capacitação de 132 Gestores e Desenvolvedores da Plataforma Mapas Culturais;

Reuniões do Grupo de Trabalho "Ontologias da Cultura", que visa à padronização dos conceitos associados a dados e informações culturais.

2017 ->

Duas oficinas de capacitação sobre a plataforma digital do CNPC;

Lançamento da nova plataforma do Plano Nacional de Cultura.

2018 >

Utilização da plataforma do CNPC para realização de Consulta Pública sobre proposta de Reestruturação do CNPC – de 17 de dezembro de 2018 a 17 de fevereiro de 2019.



Conferências Nacionais de Cultura realizadas em 2013 e 2017, com ampla participação social e envolvimento de 100% das Unidades da Federação (UF) e 100% dos municípios que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura (SNC).

OBJETIVO DA META

Fortalecer a gestão democrática e participativa, ampliando o diálogo entre os governos Federal, municipais e estaduais, com os cidadãos que fazem cultura e com os que usufruem dela.

PREVISTO ATÉ 2024

Realizar Conferências Nacionais de Cultura a cada quatro anos.

REALIZADO ATÉ 2022

Três Conferências Nacionais de Cultura realizadas até 2013. Para a aferição desta meta é considerado o Número de UF e municípios integrados ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) participantes da Conferência Nacional, em relação ao total de UF e municípios que integram o SNC.

A última informação é de 2013, ano da realização da 3^{α} CNC.

Fonte de aferição: Ministério da Cultura.





CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO? Sim

PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER **COM ESSA META:** não foram elaboradas propostas que se relacionam a esta meta.

EM QUAL EIXO DA 4° CNC ESSE **TEMA SERÁ DISCUTIDO?**

Eixo 1 Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura.



PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

2012 >

Eleições para os Fóruns Estaduais Setoriais – Foram eleitos 444 candidatos como delegados titulares e 10 como suplentes;

Realização dos Fóruns Nacionais Setoriais.

2013 >

3ª Conferência Nacional de Cultura que contou com a participação de representantes dos 26 estados e do Distrito Federal. O Nordeste foi a região que mais enviou representantes para o evento: 31% do total, seguida do Sudeste, com 22%, Centro-Oeste, com 21%, Sul (12%) e Norte (9%).

2016 >

27º Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural com o objetivo de debater o temário da IV Conferência Nacional de Cultura;

Realização de 18 reuniões de Colegiados Setoriais, nas quais foi debatido, entre outros temas, o temário da 4ª CNC.

2021 >

Realizadas três reuniões ordinárias do Conselho, as quais trataram da deliberação da 4º Conferência Nacional de Cultura (4º CNC);

Houve também a publicação das Câmaras Temáticas para deliberar sobre a 4ª CNC e a revisão do Plano Nacional de Cultura.

RETOMADA MINC 2023

4º CONFERÊNCIA NACIONAL DA CULTURA: DEMOCRACIA E DIREITO À CULTURA

A retomada do diálogo e das instâncias de participação social, iniciadas com a Posse do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), em abril deste ano, segue intensificada com a realização da 4ª Conferência, após um intervalo de 10 anos.

O Encontro que reunirá fazedores de cultura, trabalhadores, sociedade civil e gestores, será realizado entre 4 e 8 de março de 2024, em Brasília. As diretrizes aprovadas no encontro promovido pelo Ministério da Cultura (MinC) e o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) irão resultar em um novo Plano Nacional de Cultura (PNC). Para ampliar o debate, a etapa nacional do evento está dividida em seis eixos temáticos: Institucionalização: Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura; Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social; Identidade, Patrimônio e Memória; Diversidade Cultural e Transversalidade de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural; Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade e Direito às Artes e Linguagens Digitais.





10% do Fundo Social do Pré-Sal para a cultura.

EXPLICAÇÃO

Definir 10% dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal para a área da cultura.

OBJETIVO DA META

Instituir uma fonte de receita estratégica para a política cultural diversificando, assim, o financiamento das políticas culturais.

PREVISTO ATÉ 2024:

REALIZADO ATÉ 2022

3 Conferências Nacionais de Cultura realizadas até 2013.

Fonte de aferição: Ministério da Cultura.





CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Não. A meta não foi realizada.

PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 1.27.

EM QUAL EIXO DA 4° CNC ESSE **TEMA SERÁ DISCUTIDO?**

Eixo 5 Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade





Aumento de 37% acima do PIB, dos recursos públicos federais para a cultura.

EXPLICAÇÃO

Aumentar os recursos públicos federais investidos na cultura de 0,032% para 0,043% do PIB.

OBJETIVO DA META

Aumentar os recursos orçamentários do Ministério da Cultura. Esses recursos são essenciais para que as políticas públicas de cultura possam ser realizadas.

PREVISTO ATÉ 2024

0,043% dos recursos federais para a cultura/PIB.

REALIZADO ATÉ 2022

0,034% dos recursos federais para a cultura/PIB.

Fonte de aferição: SIAFI (Siga-Brasil) e Tabela 8 – Valores Correntes, dados preliminares – 4º Trimestre 2021; Contas Nacionais – IBGE.





CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Não, a meta apresenta um problema de cálculo que desvirtua seu resultado final.

Esta meta é medida pela despesa da União, na função cultura, dividida pelo PIB do país em porcentagem.

Esta meta é calculada pela soma das renúncias fiscais federais pelo uso das leis de incentivo à cultura, no ano, dividido pelo PIB do país no ano, em relação ao indicador em 2010.

Ao longo dos anos percebeu-se que o PIB tem crescido menos que os recursos públicos para a cultura o que faz a a evolução da meta apresentar um resultado positivo que não condiz com a realidade.

PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 1.11; 1.25; 1.30

EM QUAL EIXO DA 4º CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?

Eixo 5

Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade.





RETOMADA MINC 2023

No ano de 2023, foi destinado à cultura o maior orçamento de sua história com o compromisso ambicioso de reconstruir as políticas culturais extintas ou paralisadas, reestruturar a cadeia produtiva cultural, retomar a participação social, descentralizar recursos para estados e municípios e retomar o diálogo federativo para implantar o Sistema Nacional de Cultura.



Aumento de 18,5% acima do PIB da renúncia fiscal do Governo Federal para incentivo à cultura.

EXPLICAÇÃO

Aumentar a renúncia fiscal do Governo Federal para incentivo à cultura de 0,027% para 0,032%.

OBJETIVO DA META

Aumentar os recursos orçamentários do Ministério da Cultura. Esses recursos são essenciais para que as políticas públicas de cultura possam ser realizadas.

PREVISTO ATÉ 2024

Aumentar a renúncia para algo em torno de R\$ 2.216.347.401,60.

REALIZADO ATÉ 2022

R\$ 2.095.225.269.24 (valor da renúncia fiscal em 2022 que equivale a 0.0211%).

Fonte de aferição: Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic), Contas Nacionais do IBGE.



207



CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Sim

Em que pese ser uma meta de baixa governabilidade pelo MinC, o indicador está bem definido.

PROPOSTAS DA 3º CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 1.11; 1.25; 1.30

EM QUAL EIXO DA 4° CNC ESSE TEMA SERÁ DISCUTIDO?

Eixo 5 Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade.

RESULTADO DO INDICADOR ANO A ANO

	VALOR (R\$) DAS RENÚNCIAS FISCAIS	PIB (MILHÕES)	% DAS RENÚNCIAS FISCAIS
2010	R\$ 954.102.784,00	R\$ 3.885.847,00	0,0246%
2011	R\$ 1.117.608.261,00	R\$ 4.376.382,00	0,0255%
2012	R\$ 1.033.205.545,00	R\$ 4.814.760,00	0,0215%
2013	R\$ 1.079.201.477,00	R\$ 5.331.619,00	0,0202%
2014	R\$ 1.155.724.415,00	R\$ 5.778.953,00	0,0200%
2015	R\$ 1.226.698.569,00	R\$ 5.995.787,00	0,0205%
2016	R\$ 1.051.203.957,00	R\$ 6.269.328,00	0,0168%
2017	R\$ 1.094.470.535,00	R\$ 6.585.479,00	0,0166%
2018	R\$ 1.147.862.229,00	R\$ 7.004.141,00	0,0164%
2019	R\$ 1.203.884.539,00	R\$ 7.389.131,00	0,0163%
2020	R\$ 1.246.426.269,00	R\$ 7.467.616,39	0,0167%
2021	sem informação	R\$ 8.679.489,57	sem informação
2022	R\$ 2.095.225.269,24	R\$ 9.915.316,43	0,0211%



PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

2012 >

Acompanhamento e melhorias no projeto do Procultura, que propôs novas bases para o financiamento cultural com o objetivo de substituir a Lei 8313/91, do Pronac;

Quatro encontros com empresários e contadores, a fim de recrutar potenciais patrocinadores, doadores e elevar o montante de recursos destinados ao incentivo de projetos culturais;

Participações no Comitê de Patrocínio da Presidência da República, responsável por sugerir políticas e diretrizes; definir parâmetros e procedimentos; e analisar e opinar sobre as propostas de ações de patrocínio no âmbito do Governo Federal;

Capacitação de agentes culturais de regiões que menos utilizam os incentivos fiscais, com a finalidade de fornecer ferramentas de gestão empreendedora de projetos culturais;

Elaboração do manual do investidor, a fim de informar os potenciais patrocinadores e doadores sobre os procedimentos para apoiar um projeto cultural.

2013 ->

Lançamento do Vale-Cultura e campanhas de sensibilização para a adesão desse programa. Houve o credenciamento de 24 operadoras de cartão e a adesão de 1.224 empresas. Há 26 produtos e serviços que podem ser comprados com o Vale.

2019 >

Publicada a Instrução Normativa nº 2, de 23 de abril de 2019, que estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, homologação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais financiados por meio do mecanismo de Incentivo Fiscal do Pronac;

RETOMADA MINC 2023

LEI ROUANET

Liberação de R\$ 1 bilhão para Lei Rouanet, bloqueados pelo governo anterior, que já tinham isenção fiscal realizada (1.946 projetos), além da retomada da CNIC (Comissão Nacional de Incentivo à Cultura), instância de participação social do Pronac (Programa Nacional de Apoio à Cultura), responsável por ajudar nas decisões sobre o uso dos incentivos fiscais oferecidos pela lei de incentivo.

PROGRAMA ROUANET NAS FAVELAS

Para garantir a descentralização de recursos de incentivo a projetos culturais, o MinC lançou em outubro o Programa Rouanet nas Favelas. A iniciativa, resultado de uma parceria entre o MinC, a Central Única das Favelas (CUFA), a Vale e o Instituto Cultural Vale, irá investir inicialmente R\$5 milhões nos estados do Pará, Maranhão, Ceará, Bahia e Goiás. Serão beneficiadas pessoas

moradoras de comunidades e favelas. Caberá à CUFA articular ações junto às unidades estaduais abrangidas pelo edital para fazer a divulgação em cada território e acompanhar a execução dos projetos nos locais definidos.

PROGRAMA ROUANET NORTE

Para garantir a descentralização de recursos de incentivo a projetos culturais, o MinC lançou em agosto o Programa Rouanet Norte. A iniciativa, resultado de uma parceria entre o MinC, a SECOM/PR, o Banco da Amazônia, o Banco do Brasil, os Correios e a Caixa, irá investir R\$ 24 milhões nos estados do Pará, Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia, Tocantins e Amapá. Serão beneficiados — exclusivamente — projetos e agentes culturais da Região Norte, que historicamente recebem menos investimentos na área cultural.





4,5% de participação do setor cultural brasileiro no Produto Interno Bruto (PIB).

EXPLICAÇÃO

Aumentar para 4,5% a participação do setor cultural no PIB brasileiro.

OBJETIVO DA META

Potencializar o impacto econômico da cultura, expandindo seu papel na produção de riqueza nacional, ocupando um papel estratégico no desenvolvimento.

PREVISTO ATÉ 2024

4.5% de participação do setor cultural brasileiro no Produto Interno Bruto (PIB).

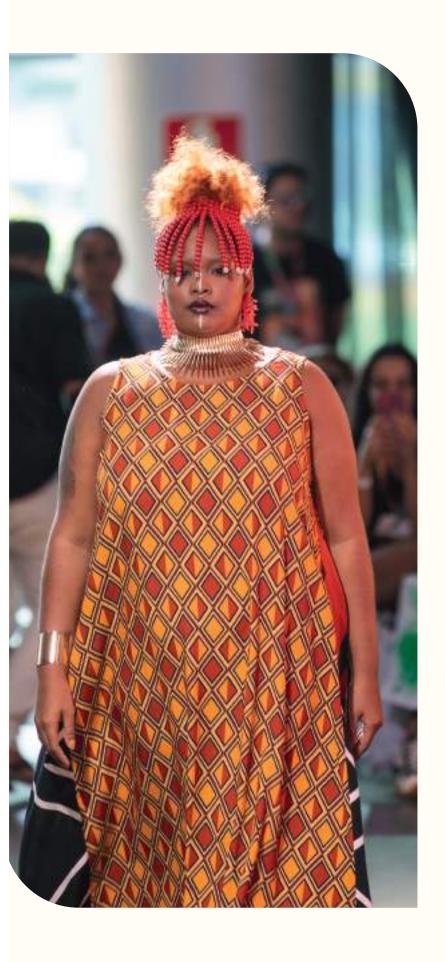
REALIZADO ATÉ 2022

Não é possível medir o desempenho da meta

Fonte de aferição: IBGE, Federação das Indústrias do Rio (FIRJAN).



DESEMPENHO Não foi possível aferir.



CONSEGUIMOS MEDIR O OBJETIVO PRETENDIDO?

Não , pois não há dados para aferi-la.

Trata-se de um indicador de difícil mensuração, já que o setor cultural abarca não somente áreas formais, mas também segmentos informais e artesanais. As etapas e cadeias de produção cultural também são complexas e diversas, complexificando essa aferição.

Para mensurar a meta, a Portaria Interministerial nº 130, de 20 de dezembro de 2010, que envolve os Ministérios da Fazenda, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão, instituiu o Comitê Gestor para Desenvolvimento da Conta Satélite da Cultura, para desagregar o PIB, possibilitando mensurar com precisão e periodicidade o impacto das atividades culturais na economia do Brasil ("PIB da Cultura").

Até 2022, a Conta Satélite ainda não tinha sido implementada, o que impossibilita medir o percentual de participação do setor cultural no PIB do país. Necessita-se ainda de conceituar o que seria "montante de recursos gerados pelo setor cultural".

De acordo com o IBGE, "as contas-satélites são uma extensão do Sistema de Contas Nacionais. Elas permitem a elaboração de análises sobre o perfil e a evolução de um setor de forma comparável ao total da economia, medido pelas Contas Nacionais."

PROPOSTAS DA 3ª CNC QUE TEM A VER COM ESSA META: 1.11; 1.25; 1.30

EM QUAL EIXO DA 4° CNC ESSE **TEMA SERÁ DISCUTIDO?**

Eixo 5 Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade.



PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL (2012 A 2022)

2012 ->

Desde 2011, o Ministério da Cultura compõe um grupo de trabalho formado também pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento, com o intuito de elaborar a Conta Satélite da Cultura. As atividades incluem estabelecer, em termos conceituais e metodológicos, uma delimitação das atividades culturais em sua dimensão econômica; e o levantamento de informações quantitativas sobre o setor. A Conta Satélite é uma extensão do Sistema de Contas Nacionais que expande a capacidade de análise sobre o setor cultural em formato comparável com o conjunto da economia.

2013 ->

Foram definidas 40 atividades culturais para compor a Conta Satélite da Cultura e o conceito operacional da mesma. A SEC articulou, em parceria com o IBGE, a publicação da 2ª edição do Sistema de Informações e Indicadores Culturais, que está em fase de conclusão.

2014 ->

A Firjan lançou o estudo intitulado Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil, no qual estima que a indústria criativa brasileira gere um Produto Interno Bruto equivalente a R\$ 126 bilhões ou 2,6% do total produzido no Brasil em 2013. Embora essa informação não seja suficiente para aferir o desempenho desta meta, o estudo da Firjan apresenta um dado interessante sobre a relevância da produção do setor cultural para a economia brasileira.

2015 -

Em 2015 foi realizada a 14ª reunião do Comitê Gestor da Conta Satélite da Cultura. Para subsidiar o trabalho de construção da Conta Satélite da Cultura no IBGE, foi feito um aditivo à parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para viabilizar a realização de novos produtos que atendessem a algumas demandas específicas do IBGE.

2016 ->

O MinC iniciou a construção do Atlas Econômico da Cultura Brasileira, o projeto consistirá em uma ferramenta que possibilitará aos investidores e profissionais da cultura o acesso a uma dimensão real do mercado cultural no que se refere aos seus diversos segmentos;

Em 2016, uma consultoria técnica especializada contratada pelo MinC, desenvolveu um estudo analítico e metodologia padronizada para que haja comparabilidade entre os mapeamentos das cadeias econômicas dos seis segmentos escolhidos. A consultoria foi finalizada em 2016. Das cadeias propostas para mensuração, a econômica da música já está mapeada e tem proposta de política para catalisar o segmento.

2017 ->

Participação nos projetos de lei em tramitação na Câmara e no Senado que versam sobre a constituição de fundos patrimoniais para apoio a entidades públicas de cultura (participação em audiências, contribuições técnicas, diálogos com assessorias e parlamentares);

RETOMADA MINC 2023

LEI ROUANET

Liberação de R\$ 1 bilhão para Lei Rouanet, bloqueados pelo governo anterior, que já tinham isenção fiscal realizada (1.946 projetos), além da retomada da CNIC (Comissão Nacional de Incentivo à Cultura), instância de participação social do Pronac (Programa Nacional de Apoio à Cultura), responsável por ajudar nas decisões sobre o uso dos incentivos fiscais oferecidos pela lei de incentivo.